



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL  
SABINO BOMDESPACHO RODRIGUES

**A VIDA QUILOMBOLA EM FLUXOS E TRÂNSITOS NO TERRITÓRIO DE  
CHAPADA DOS GUIMARÃES: DANÇAR PARA RE(EXISTIR)**



CUIABÁ – MT

2025

SABINO BOMDESPACHO RODRIGUES

**A VIDA QUILOMBOLA EM FLUXOS E TRÂNSITOS NO TERRITÓRIO DE  
CHAPADA DOS GUIMARÃES: DANÇAR PARA RE(EXISTIR)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social vinculado ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso para obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Professora Dra. Sonia Regina Lourenço.

CUIABÁ – MT

2025

## Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R696v Rodrigues, Sabino Bomdespacho.  
A Vida Quilombola em Fluxos e Trânsitos no Território de Chapada dos Guimarães:  
Dançar Para Re(Existir) [recurso eletrônico] / Sabino Bomdespacho Rodrigues. -  
Dados eletrônicos (1 arquivo : 140 f., pdf). -- 2025.

Orientadora: Sonia Regina Lourenço Lourenço.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de  
Antropologia e Museu Rondon, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social,  
Cuiabá, 2025.

Modo de acesso: World Wide Web: <https://ri.ufmt.br>.  
Inclui bibliografia.

1. Modos de Vida, Viver Multiespécie, Quilombola, Território, Parentes. Chapada dos  
Guimarães.. I. Lourenço, Sonia Regina Lourenço, *orientador*. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**TÍTULO: A VIDA URBANA DE QUILOMBOLAS NO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES**

**AUTOR: MESTRANDO SABINO BOMDESPACHO RODRIGUES**

Dissertação defendida e aprovada em **03 de Junho de 2025**.

**COMPOSIÇÃO DA BANCA EXAMINADORA**

**1. Profª Drª Sonia Regina Lourenço** [Presidente Banca / Orientadora]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT

**2. Prof. Dr. Ryanddre Sampaio de Souza** [Examinador Interno]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT

**3. Profª Drª Luiza Dias Flores** [Examinadora Externa]

INSTITUIÇÃO: Universidade Federal do Amazonas/UFAM

**CUIABÁ-MT, 03 de Junho de 2025.**



Documento assinado eletronicamente por **RYANDDRE SAMPAIO DE SOUZA, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/06/2025, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **SONIA REGINA LOURENCO, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso**, em 27/06/2025, às 12:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Dias Flores, Usuário Externo**, em 01/07/2025, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufmt.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufmt.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8095395** e o código CRC **87436784**.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu pai Eterno, que pela sua graça, existimos.

A minha esposa Aucilene, companheira de todas as horas, quero expressar todo meu amor e carinho com você que compartilhou comigo os momentos de alegrias e de frustrações, diante desse desafio em construir uma dissertação. Gratidão! As minhas filhas, Safira, Ana Nely e Rebeca que sempre souberam expressar seus carinhos, alegrias, amores, e sempre foram compreensivas, contribuindo muito para que eu pudesse de a maneira mais tranquila possível concluir esse trabalho.

Aos meus pais, Francisco (in memória) e Dona Chica, que sempre se dedicaram a mim. Obrigado por tudo!

Agradeço a minha família, aos meus irmãos Jurandir, Reginaldo, Renato e Tata, minhas tias Juví e Maci, por todo incentivo, dedicação e paciência, contribuindo diretamente para que eu pudesse alcançar meus objetivos. Aos meus amigos e parentes, de perto e de longe, que sempre demonstraram suas preocupações e afeto para comigo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFMT), pela excelência de seu quadro docente. Em especial, a minha orientadora Sonia Regina Lourenço que tive o prazer em conhecer antes de ingressar na graduação, serei sempre grato a você por me incentivar a fazer um curso superior e aceitar ser a minha orientadora na pós-graduação, assim como ao professor Ryanddre Sampaio de Souza que aceitou fazer parte da minha banca sendo o examinador interno, grato pelas considerações. Sou grato também a Denize da Silva Mesquita técnica administrativa do programa, por sua atenção e dedicação em atender bem os discentes.

Ao professor Cauê Fraga Machado (in memória), foi o examinador externo da minha banca de qualificação, me trouxe boas recomendações e chamou a minha dissertação de tese, fez sua passagem em 14/04/2025, na banca ele afirmou como estava ansioso para ler essa etnografia concluída. Agradeço a professora Luiza Dias Flores por aceitar compor a banca com pouca mais de 30 dias para a defesa, contribuiu muito. Sou grato à CAPES pelo incentivo com a bolsa, sem a qual seria muito complicado realizar essa pesquisa. Agradeço também aos colegas do PPGAS/UFMT; em especial a turma de 2023, Zeca, Jac, João, Carla, Octavio, Jucila, Hermínio, Rosa e Sarah, sou grato pelos embates teóricos, pela partilha, conversas, trocas e vivências que foram fundamentais para o amadurecimento e a compreensão antropológica.

Aos meus parentes do Ribeirão do Itambé e do Morro do Cambambi.

A todos, meus agradecimentos!

Aos quilombolas de Chapada dos Guimarães.

## **RESUMO**

Nessa etnografia propus dimensionar minha atenção para investigar como estão vivendo os quilombolas que foram despejados dos seus territórios das áreas rurais para a zona urbana do município de Chapada dos Guimarães - MT, entre os anos de 1930 e 2000. A implicação por parte de fazendeiros gerou tensões e conflitos em territórios onde os quilombolas moravam. A migração para a cidade foi por questão de sobrevivência, pois afugentados, ficaram desabrigados na zona rural. Na cidade, tiveram que se reinventar, recomeçaram a vida em um local diferente. Mas, o laço desse povo com o território e outros seres que os habitam é muito forte, e por isso se iniciou um movimento de ida e volta ao território, e nesse movimento, estão sempre se envolvendo no território, com os rios, com as matas, com os animais, com os espíritos, para trabalhar, coletar, fazer política, celebrar e o que envolve tudo isso é o princípio de viver o território. Os quilombolas em Chapada dos Guimarães são resilientes, e estão sobrevivendo ao vários “desastres” causados por pessoas em posse dos seus territórios, assim como na extração de diamantes, na derrubada da vegetação para a plantação de pastagens para a criação de gado, e no agronegócio com o plantio de outras monoculturas como o soja, milho, algodão e o eucalipto, a construção da Barragem de Manso pode ser considerada também como um desastre ao desamparar quilombolas dos seus lugares de origens, é nesse cenário de resistência que apresento as performances dos quilombolas em Chapada dos Guimarães.

**Palavras-chave:** Modos de Vida, Viver Multiespécie, Quilombola, Território, Parentes. Chapada dos Guimarães.

## **ABSTRACT**

In this ethnography, I proposed to focus my attention on investigating how the quilombolas who were evicted from their territories in rural areas to the urban area of the municipality of Chapada dos Guimarães - MT, between 1930 and 2000, are living. The involvement of farmers generated tensions and conflicts in the territories where the quilombolas lived. The migration to the city was a matter of survival, as they were driven away and left homeless in the rural area. In the city, they had to reinvent themselves and start their lives over in a different place. However, the bond between these people and the territory and other beings that inhabit it is very strong, and so a movement of coming and going to the territory began. In this movement, they are always getting involved in the territory, with the rivers, with the forests, with the animals, with the spirits, to work, collect, do politics, celebrate, and what involves all of this is the principle of living in the territory. The quilombolas in Chapada dos Guimarães are resilient and are surviving several “disasters” caused by people in possession of their territories, such as diamond mining, clearing vegetation to plant pastures for cattle raising, and agribusiness with the planting of other monocultures such as soy, corn, cotton and eucalyptus. The construction of the Manso Dam can also be considered a disaster by leaving quilombolas in their places of origin. It is in this scenario of resistance that I present the performances of quilombolas in Chapada dos Guimarães.

**Keywords:** Ways of Life, multispecies living, Quilombola, Territory, Relatives, Chapada dos Guimarães.

## **LISTA DE MAPA**

Mapa 1 – Localização de Chapada dos Guimarães – MT.....	13
Mapa 2 – Localização no Lago de Manso no Município.....	13
Mapa 3 – Localização do Quilombo Ribeirão do Itambé.....	44
Mapa 4 – Chapada dos Guimarães e algumas comunidades em seu entorno.....	84

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

Foto 1 – Rio Cachoeira Rica.....	1
Foto 2 – Sabino Rodrigues.....	16
Foto 3 – Aucilene Rodrigues.....	20
Foto 4 – Imprevistos da pesquisa.....	20
Foto 5 – Cemitério antigo em Cachoeira Rica.....	21
Foto 6 – No lago do rio Quilombo.....	21
Foto 7 – Dona Chica, fogão a lenha, cozinha de palha.....	23
Foto 8 – Morro da Lage .....	24
Foto 9 – Na casa de dona Rolinha.....	26
Foto 10 – Dona Chica, tia Maci e tia Juví na comunidade Paiol Velho.....	28
Foto 11 – Lourença Sabina Dias .....	33
Foto 12 – Tia Juví .....	36
Foto 13 – Lago do manso, comunidade Barra do Bom Jardim, rio Quilombo.....	43
Foto 14 – Fecho do Morro .....	45
Foto 15 – Área degradada por garimpo manual.....	47
Foto 16 – Área degradada por garimpo manual.....	48
Foto 17 – Área degradada pela mineradora .....	48
Foto 18 – Área degradada pela mineradora .....	49
Foto 19 – Cascalho lavado pela mineradora .....	49
Foto 20 – Dona Mariinha em sua residência na comunidade do Peba .....	52
Foto 21 – Enfeitando o Mastro.....	54
Foto 22 – Documentos do Camundá .....	57
Foto 23 – Dona Chica e sua irmã Juví, ambas com seus Filhos .....	63
Foto 24 – Geruza com bacia na cabeça .....	63
Foto 25 – Seu Chiquinho, Dona Chica e Leonice prima de Dona Chica .....	65
Foto 26 – Josefa, Zacarias e Dona Chica .....	68
Foto 27 – Sala mobilhada na casa do Santa Cruz .....	69
Foto 28 – Seu Chiquinho em reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais .....	70

Foto 29 – Francisco Jurandir Rodrigues .....	71
Foto 30 – Júlio Cesar Rodrigues .....	71
Foto 31 – Benedito Santana Rodrigues.....	72
Foto 32 – Reginaldo Bondespacho Rodrigues, Renato Dias Rodrigues e o primo Marcos.....	72
Foto 33 – Sabino Bomdespacho Rodrigues, Jônatas e dona Chica.....	73
Foto 34 – Luísa Bondespacho Rodrigues.....	73
Foto 35 – Reginaldo com a sobrinha Safira.....	76
Foto 36 – Tia Laudelina e a prima Maria Luiza.....	77
Foto 37 – Dona Chica contando causos.....	81
Foto 38 – Dona Chica, fogão a lenha, cozinha de alvenaria.....	82
Foto 39 – Santuário de Sant’Ana.....	84
Foto 40 – Casa da tia Maci na cidade.....	88
Foto 41 – Dana Rolinha e Aucilene colhendo abacate.....	88
Foto 42 – Criação de galinha e plantas de dona Rolinha.....	89
Foto 43 – Frente da casa de dona Rolinha.....	89
Foto 44 – Negão, Kelly e eu.....	93
Foto 45 – Serviço do Negão.....	95
Foto 46 – Pé de bacaba.....	98
Foto 47 – Fruto de Bacaba.....	98
Foto 48 – Natanael descendo do pé de bacaba.....	99
Foto 49 – Pai e filho na coleta.....	100
Foto 50 – Pequizeiro com frutos.....	101
Foto 51 – Daniel cortando pequi.....	102
Foto 52 – Eu cortando pequi.....	102
Foto 53 – Buritizal, comunidade Pingador.....	104
Foto 54 – Angê com polpa de buriti.....	106
Foto 55 – Parentes na coleta de cascudo.....	108
Foto 56 – Mãe e filho coletando cascudo.....	109
Foto 57 – Primo Manoel Bom Despacho.....	109
Foto 58 – Casa de dona Preta.....	114
Foto 59 – Casa de dona Alice.....	114
Foto 60 – Estrada para o Pantanalzinho.....	115
Foto 61 – Colhendo na roça dos parentes.....	115

Foto 62 – Casa do seu João e dona Guilhermina.....	116
Foto 63 – Cida Lessa na Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães.....	117
Foto 64 – Altar de santos na Biquinha.....	119
Foto 65 – Tia Maci, vovó Josefa e eu, festa na Biquinha.....	119
Foto 66 – Festa de São Benedito, Cachoeira Rica.....	120
Foto 67 – Churrasco de São Benedito.....	120
Foto 68 – Aniversário de dona Chica.....	121
Foto 69 – Encontro na Semana Santa.....	121
Foto 70 – Tatiana Reis.....	123
Foto 71 – Grupo Elementares do Quilombo.....	124
Foto 72 – Micheli, Tatiana, Grazielli e Gonçalina.....	125
Foto 73 – Tatiana Reis, curada, livre, viva.....	126
Foto 74 – Encontro das águas do Quilombo com as do Casca.....	129
Foto 75 – Condomínios à beira do lago.....	130
Foto 76 – Lago, condomínios e muros.....	130
Foto 77 – Embaúba, babaçal ao fundo, nascer do sol no quilombo Ribeirão do Itambé, sítio de dona Chica.....	136

## **LISTA DE GENEALOGIAS**

Genealogia 1 – Família Conceição/Dias.....	31
Genealogia 2 – Família Rondon/Rodrigues.....	58
Genealogia 3 – Família Dias/Rodrigues.....	64

## **LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS**

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso.

PPGAS – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

MEC – Ministério da Educação.

PIBIC-AF – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ações Afirmativa.

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência.

PROINQ – Programa de Inclusão de Estudantes Quilombolas.

ACOREQUIRI – Associação de Remanescentes de quilombolas do Ribeirão do Itambé.

SECEL – Secretária de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso.

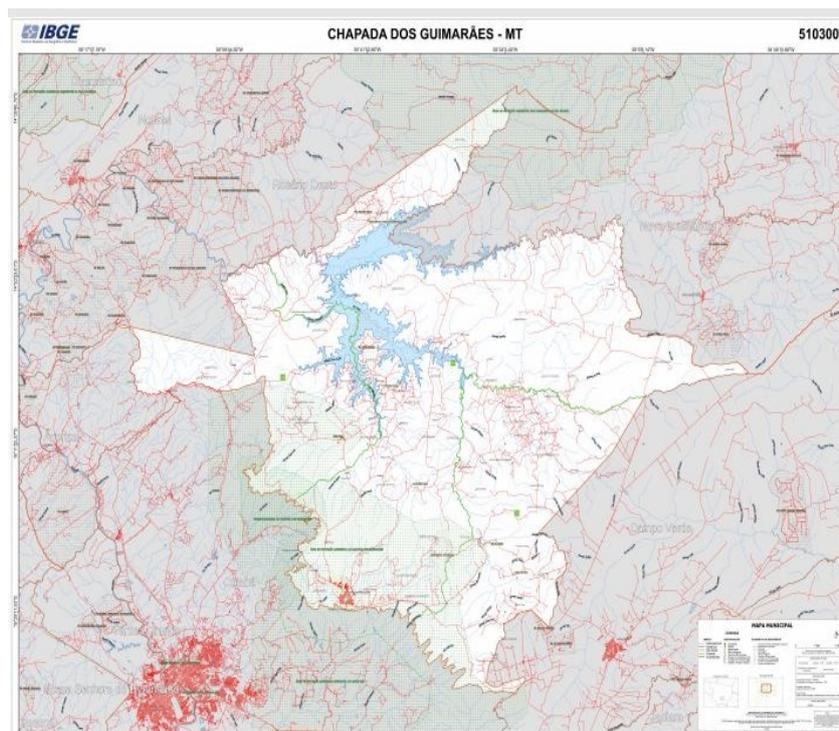
Mapa 1 – Localização de Chapada dos Guimarães - MT



Fonte: Wikimedia Commons disponível em:

[https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MatoGrosso\\_Municip ChapadadosGuimarae\\_s.svg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MatoGrosso_Municip ChapadadosGuimarae_s.svg)

Mapa 2 – Localização no Lago de Manso no Município



Fonte: IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/chapada-dos-guimaraes/panorama>

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1.....	24
Rastros e memórias.....	24
1.1 Vivência no Varjão.....	28
1.2 Cachoeira Rica (Peba).....	43
1.3 O Camundá.....	56
CAPÍTULO 2.....	60
Itinerário de Dona Chica.....	60
2.1 A Infância, Varjão e Biquinha.....	60
2.2 O Casamento, Construindo Família em Camundá.....	64
2.3 Um Lugar indesejável.....	68
2.4 De Volta ao Território.....	75
CAPÍTULO 3.....	83
A Dança dos Corpos Quilombolas Pelo Município de Chapada dos Guimarães.....	83
3.1 Dança Para o Trabalho.....	91
3.2 Dança Para Coleta.....	96
3.3 Dança Para Fazer Política.....	110
3.4 Dança Para Celebrações.....	118
3.5 Danças, Um Ato de Liberdade.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
BIBLIOGRAFIA.....	137

## INTRODUÇÃO

Chapada dos Guimarães é uma cidade serrana do Brasil Central, localizada na região centro-sul do Estado de Mato Grosso, distante 65 km de Cuiabá capital do estado, o município é conhecido por suas belezas naturais como as cachoeiras, mirantes, a cidade de pedra e o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. Sua vegetação se compõe de cerrado com rios cristalinos, ainda há muitos animais silvestres. Contudo, a paisagem do município tem mudado a cada ano por causa das fazendas de monocultura e pecuária que vem impactando a biodiversidade do cerrado e com a construção da Hidrelétrica de Manso. Segundo o IBGE (2022), a população atual do município é de 22.521, não se sabe quantos descendem dos antigos escravizados, mas basta olhar para as pessoas que transitam por Chapada dos Guimarães, para perceber que há muitos pretos. Ao longo da sua história, esse município tivera outros nomes, tais como: Freguesia De Sant’Anna Da Chapada (1751), Sant’Anna Da Chapada Dos Guimaraes (1769), Sant’Anna Da Chapada Do Sacramento (1814), entre outros, nesse tempo a região central era apenas uma “aldeia” com uma vasta área rural cultivando cana-de-açúcar a partir de mão de obra de pessoas escravizadas. Segundo um recenseamento de 1872, Chapada tinha a seguinte população; “homens livres 942, homens escravos 416, mulheres livres 925, mulheres escravas 328, população total 2611”, (Costa, 2008, p. 53).

Não se sabe ao certo se esse número corresponde a todo o território de Chapada dos Guimarães desse período ou apenas a região que hoje é a zona urbana do município, sabe-se, porém, que em várias localidades da região pessoas pretas eram escravizadas, entre esses lugares cito, fazenda do Engenho Abrilongo, local do quilombo Lagoinha de Cima e Lagoinha de Baixo, Cachoeira Rica região do quilombo Ribeirão do Itambé, Buritizinho região do quilombo Morro do Cambambi, entre outras. Da vila da Chapada afirma Costa (2008), partiam os vários caminhos para os garimpos e fazendas de engenhos, nessa época toda a região era tida como próspera, com a mão de obra escravizada produziam, cana, café, milho e mandioca, e a extração do diamante e ouro, dessas produções a capital do estado era abastecida. Contudo não será essa Chapada dos Guimarães conhecida até no exterior que vou apresentar nessa dissertação, a **Vida Urbana dos Quilombolas no Município de Chapada dos Guimarães**<sup>1</sup>, (título que

---

<sup>1</sup> Por sugestão da Banca Examinadora a dissertação recebeu outro título que ressoa melhor com o trabalho etnográfico. Após fazer uma releitura, achei por bem intitular com “**A Vida Quilombola em Fluxos e Trânsitos no Território de Chapada dos Guimarães: Dançar Para Re(Existir)**”.

mudei depois da Banca de Defesa), pode ser considerada uma viagem para apresentar uma cidade partir dos modos de ser, de como o meu povo percebe e procura viver o mundo, uma vivência digna de ser registrada.

A construção desse trabalho é importante por várias características, como já afirmei, a cidade de Chapada dos Guimarães é bem conhecida, não a partir dos povos quilombolas que habitam esse município, os visitantes desconhecem os quilombolas e vão à Chapada dos Guimarães conhecer cachoeiras, o Parque Nacional, a cidade de pedra, o Lago de Manso, as cavernas e grutas existentes na região, ou qualquer outro lugar turístico. Definitivamente essa rota de turismo é parcial e não significa conhecer a Chapada dos Guimarães a partir das populações tradicionais, os conflitos e o modo de viver dos quilombolas. Os relatos que trago nessa etnografia não estão nos livros de histórias sobre o município, assim como verão ao longo do texto, os relatos dos parentes de sua perspectiva histórica e como contribuíram para a construção do território do município, vem colidindo com as “histórias oficiais”. Procurei destacar os relatos de pessoas que contam as suas próprias histórias.

Foto 2 – Sabino Rodrigues, na estrada do Peba



Arquivo pessoal, 2023.

## **Primeiro contato com a Antropologia**

Por volta de 2015 quando a equipe técnica de pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), coordenada pela professora Sonia Regina Lourenço realizava o estudo antropológico para a produção do Relatório Antropológico para a Identificação e Delimitação do território quilombola do Ribeirão do Itambé, tive a oportunidade de acompanhar o desenvolvimento da pesquisa, pois sou descendente direto desse quilombo. Na época, estava com disponibilidade para conduzir a equipe de pesquisa e estudantes pela comunidade, levando-os até os marcadores territoriais importantes para a descrição do território de ocupação histórica e tradicional. Esse foi o primeiro contado com a Antropologia, e percebi que estava me interessando muito por essa área de conhecimento. Nesse período, acompanhei as entrevistas feitas com os moradores em Cachoeira Rica, uma comunidade dentro do território do quilombo Ribeirão do Itambé, conhecida também como Peba, lugar onde atualmente moramos.

Durvalina Dias Rodrigues, minha mãe, conhecida como dona Chica, (vai aparecer em várias fotos ao longo da dissertação), em uma entrevista das várias que ela concedeu, a ouvi falar algo que me intrigou e despertou para escrever essa dissertação, ela disse; “parece que não basta existir, temos que provar que existimos”. Muitas reflexões poderiam ser feitas a partir dessa fala da minha mãe, mas me interesseo pela consciência que ela tem da nossa existência, e com essa dissertação não tenho como objetivo provar nada, o que pretendo é mostrar tão somente como existimos, e enquanto descendentes de pessoas que foram escravizadas e que sempre resistiu à morte e/ou ao desaparecimento, desistindo definitivamente de se entregar a morte, dedico essa etnografia para mostrar como vivemos, existindo e contribuindo na construção de mundos.

### **Do Quilombo para UFMT, Outros Encontros com Antropologia**

Durante o processo de pesquisa para a identificação e delimitação do território do meu quilombo, aconteceu o primeiro processo seletivo exclusivo para candidatos quilombolas em Mato Grosso (PROINQ), ao ensino superior da Universidade Federal de Mato Grosso. Por meio dessa ação afirmativa, ingressei no curso de Filosofia-Licenciatura da UFMT. Comecei a licenciatura em 2018/1, nesse primeiro semestre tive a disciplina de Introdução Antropologia com a professora Heloisa Afonso, e como trabalho final da disciplina apresentei um seminário sobre uma festa de santo que minha avó realiza na comunidade Biquinha em Chapada dos Guimarães. Nesse momento, não estava somente me interessando pela Antropologia, já estava amando o trabalho

antropológico. No entanto a graduação não foi de muitas “flores”, em 2018 eu já tinha mais de 30 anos, casado e com três filhas, tive que sair da comunidade com a família e morar na zona urbana do município. Fiquei dois anos, indo todos os dias para a UFMT campus de Cuiabá para assistir as aulas, e voltando para Chapada dos Guimarães após as aulas a noite. A licenciatura em Filosofia é um curso integral, por isso saía de casa pela manhã e chegava por volta das 00h, fazia essas viagens de moto, de ônibus, de carona, de van, com chuva, neblina, não foi fácil, quando começou ficar cansativo e caro, resolvemos mudar para Cuiabá. Nos mudamos para Cuiabá no final de 2019, e logo no início de 2020 iniciou a pandemia da covid-19, fiz aulas remotas, dos quatro estágios obrigatórios, os dois primeiros foram completamente remotos, o terceiro foi realizado de modo híbrido. Todo esse caos que vivemos entre 2020 e 2022 não foram fáceis, e com tudo isso ainda tinha a cobrança da PRAE para os discentes quilombolas alcançar os 70% de aproveitamento das disciplinas para não perder a bolsa permanência do MEC, que na época o valor era de R\$ 900,00.

Com todas as dificuldades que tive aproveitei ao máximo a minha inserção na UFMT, pois durante o curso de ensino de graduação, fui bolsista no Programa de Iniciação Científica – Ações Afirmativas (PIBC-AF) em dois momentos, no primeiro (2019/2020) desenvolvi uma pesquisa com o objetivo de compreender os direitos dos povos tradicionais, o conceito de cidadania, o modo de fazer política e a educação no contexto quilombola. A pesquisa se alicerçou em uma perspectiva interdisciplinar entre a Antropologia e a Filosofia, essa pesquisa foi desenvolvida sob a orientação do professor Moises Lopes e coorientação da professora Sonia Lourenço, docentes do Departamento de Antropologia. No segundo momento, entre (2021/2022), desenvolvi uma pesquisa sobre a história da educação quilombola em um mapeamento das escolas quilombolas em Chapada dos Guimarães, essa pesquisa foi realizada no Departamento de Educação orientado pela professora Nilce Vieira. Em seguida, fui bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), em um projeto interdisciplinar de Filosofia e Sociologia, coordenado pela professora Maria Cristina Theobaldo. No último ano do curso de graduação, fui monitor inclusivo de um discente com deficiência visual do curso de Educação Física, sendo bolsista no Programa de Monitoria Inclusiva da Pró-reitoria de Assistência Estudantil.

A graduação e todos os projetos que participei dentro da UFMT, contribuíram significativamente para o meu crescimento intelectual, profissional e também como ser humano. Realizar as pesquisas no PIBIC, me fez perceber que eu poderia contribuir muito

com o meu povo como um futuro antropólogo pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMT. Assim, tomei a decisão de desenvolver essa pesquisa, e como os meus parentes estão em sua maioria fora do território, pensei em suas vidas na zona urbana e por todo o município de Chapada dos Guimarães. Sei que existimos, e por isso mostrar quem somos, como estamos, o que fazemos, e como fazemos é o conteúdo dessa dissertação.

## **Pesquisa e método**

A construção textual da etnografia, procura articular os relatos e as teorias antropológicas, o que faz com que o texto não seja um extenso relatório. A etnografia é o estudo das diversas comunidades tradicionais, de suas formações socioculturais, baseia-se no contato entre pesquisador e grupo estudado, este contato é chamado por Malinowski (1976), de “observação participante”. Para a elaboração de um bom texto etnográfico é necessário pensar as condições de produção obtida a partir de um olhar e um ouvir treinado conforme Oliveira (2006), olhar, ouvir e escrever demandam estudos das teorias antropológicas e, no período que cumpri os créditos tive professores dedicados que ministravam com clareza e domínio na transmissão das teorias, assim como busquei ler os textos pesquisar e sempre procurei sair sem dúvidas das aulas. Para o desenvolvimento desse trabalho procurei ter sensibilidade no olhar e disciplina na escrita do diário de campo. Em meu caso se faz necessário uma ressalva ao estilo “Anthropological blues”, no sentido de que sou quilombola e vou estudar com meu próprio grupo, os quilombolas no município de Chapada dos Guimarães, onde o modo de ser é natural para mim, ou seja, tive que ser cirúrgico para “transformar o exótico no familiar e o familiar em exótico” segundo Da Matta (1978), eu estava no lugar “nativo” postulando-me a antropólogo. Uma vantagem que tive na construção desse aprendizado foi o acesso com os parentes, que provavelmente outros pesquisadores não teriam, e aproveitando-me dessa vantagem, fiz visitas em suas casas sem um aviso prévio, fazia ligação de voz e chamada de vídeo, porém consciente de que poderia ou não abordar assuntos da pesquisa, e se percebesse que não era o momento, estava tudo certo pois a situação se tornava uma visita ao parente, algo costumeiro entre nós. O desafio foi me afastar do que é cotidiano para mim, o estranhamento e distanciamento necessários para o bom andamento da pesquisa.

Durante o meu trabalho de campo, que comecei assim que iniciei os créditos, todas as oportunidades de subir a serra para Chapada dos Guimarães aproveitava e, fazia um

registro, incitava um diálogo, realizava uma entrevista. Desse modo visitei os parentes na zona urbana e nas comunidades, essas viagens sempre foram feitas de moto, e na maioria das vezes, acompanhado pela minha esposa, a Aucilene, a pessoa que me ajudou fazendo algumas gravações, registrando algumas fotos, dando uma contribuição importante para essa construção.

Foto 3 – Aucilene Rodrigues



Arquivo pessoal, 2025.

Foto 4 – Moto sem Bateria



Arquivo pessoal, 2025.

Veza ou outra o pneu da moto furava, ou dava algum problema elétrico, e ficávamos na estrada, no registro da imagem a cima, eu e minha companheira estávamos indo à comunidade Morro do Bom Jardim, no território do quilombo Morro do Cambambi, dialogar com o Daniel sobre a coleta do pequi, a bateria da moto perdeu a carga, e tive que empurrá-la por 10 Km, quando chegamos na casa do Daniel, ele nos

cedeu a bateria de sua moto. Do Morro do Bom Jardim nos deslocamos para a casa da minha mãe em Cachoeira Rica, no quilombo Ribeirão do Itambé.

Os parentes sempre foram receptivos, todos que procurei para me ajudar na construção dessa dissertação, aceitaram com alegria. Fizemos entrevistas dentro de carro, ao coletar frutas, no cerrado ou na mata, fomos ao cemitério antigo em Cachoeira Rica onde a minha avó paterna e outros parentes estão sepultados, e dialogamos ali, fizemos rotas de barco no Lago de Manso, conversamos à beira de rios, em suas casas na cidade, em fazendas onde trabalham.

Foto 5 – Antigo cemitério em Cachoeira Rica



Arquivo pessoal, 2023.

Foto 6 – Francisco a esquerda, Apolônio no meio e eu a direita



Arquivo pessoal, 2025.

Meus parentes Apolônio (Polô) e Francisco (Chiquinho), me levaram para mostrar o encontro do lago do rio Quilombo com o lago do rio da Casca, onde anteriormente

existia a comunidade Varjão. Pela filiação matrilateral, sou descendente do quilombo Morro do Cambambi, e pela patrilateral, sou descendente do quilombo Ribeirão do Itambé, ambos os territórios localizados em Chapada dos Guimarães. O cerne da minha dissertação é o capítulo três, porém para se ter clareza que a vida quilombolas em Chapada dos Guimarães está em um contínuo fluxo e trânsito pelo município, e que estar na zona urbana nunca foi uma opção do grupo, achei por bem, mostrar através das memórias de algumas pessoas, como eram seus modos de vida quando estavam em seus territórios. Com esta preocupação, escrevi dois capítulos, no primeiro, **Rastros e Memórias**, proponho um percurso até as localidades do antigo Varjão, de Cachoeira Rica (Peba) e de Camundá, por meio das memórias de Marcelina Dias (tia Maci), Juvinita da Cruz (tia Juví), minhas tias maternas, Durvalina Dias (dona Chica) minha mãe, Emidia da Paixão Santos (dona Rolinha), uma parenta do Peba e Faustino Santana, irmão de meu pai. Na dissertação, aparecerão os apelidos das interlocutoras, pois elas gostam de ser chamadas por eles, em rastros e memórias procuro expor um povo artístico, político e de fé, um povo completamente oposto da percepção de um senso comum, que concebe o povo da roça como “atrasado”, o primeiro capítulo dessa dissertação traz essa crítica, e teorizo que foi a partir da arte, da política e da fé que os meu parentes resistiram ao modo escravagista, os donos de garimpos, o crescimento do latifúndio, e sempre mostrando a possibilidade de vivenciar o mundo sem destruí-lo.

O segundo capítulo, **Itinerários de dona Chica**, faço uma exposição da trajetória da minha mãe, percorrida do Varjão a Camundá/Cachoeira Rica, posteriormente para a cidade em Chapada dos Guimarães, e por fim o retorno para o território. Dona Chica tem uma história de resistência desde quando “se entende por gente” como ela bem afirma, cresceu com a ausência dos pais, a mãe faleceu precocemente e o pai a abandonou. Por isso, foi criada pelos avós maternos, junto aos tios e tias, primas e primos, irmãos e irmãs, a quem ela reconhece todos como uma irmandade.

Dona Chica, assim como outras pretas, é a pura resistência, mulher que aprendeu fazendo os *troncos velhos*, e que se dedicou a ensinar a geração posterior, em 2025 ela vai completar 70 anos, e até o momento é uma mulher ativa nos seus afazeres, cuida da criação, do plantio em volta da sua casa, torra farinha, e dança um baile sempre que tem a oportunidade, assim como afirmo no capítulo três, dona Chica é um território de experiências.

Foto 7 – Dona Chica, fogão a lenha, cozinha de palha



Arquivo pessoal, 2019.

O terceiro e último capítulo dessa dissertação intitulado **A Dança dos Corpos Quilombolas pelo Município de Chapada dos Guimarães**, apresento, nós os quilombolas “fora” do território, mas ainda vivendo relações multiespécies. Embora eu viva junto com meus parentes em constante deslocamento pelo município, foi somente nessa pesquisa que me atentei para essa não fixação dos quilombos na zona urbana da cidade, os meus parentes nesse município, apesar de terem se deslocado para a cidade por não ter a opção de continuar no território, mantém um modo de vida em plena conexão com o território, vão ao território para trabalhar, coletar sementes, plantas e frutas, fazer política e celebrar, delineando uma socialidade entre pessoas, território, animais e plantas. As minhas interlocutoras dos dois primeiros capítulos nasceram entre as décadas de 40 e 50, dona Rolinha e a tia Maci são da década de 1940, a minha mãe dona Chica e a tia Juví são da década de 1950, e o irmão do meu pai, o tio Faustino é também da década de 1950. Logo, os seus relatos compreendem a vivência desde a infância e as histórias ouvidas de seus pais, avós e outros *trancos velhos*, assim a expressão “naquele tempo”, “antigamente”, “de primeiro” compreende um período que pode ser estabelecido desde as primeiras décadas do século XX. Os interlocutores do terceiro capítulo são os parentes da minha geração, e entre os interlocutores em toda a dissertação se percebe uma linha de filiação potencialmente feminina.

## CAPÍTULO 1

### Rastros e Memórias

“Naquele tempo, a terra não tinha dono” período que pode ser compreendido entre 1900 e 1970 aproximadamente, anos dos avós e pais da minha mãe e tias, essa é uma afirmação da tia Maci ao falar sobre o Varjão, lugar em que foi “nascida e criada”. A expressão nascida e criada é corriqueira entre o meu povo, e tem o sentido de afirmar o lugar geográfico de onde a pessoa é oriunda. Varjão era uma comunidade familiar à margem esquerda do rio quilombo, próximo onde o quilombo fazia barra com o rio da casca, essa comunidade era parte do território do quilombo Morro do Cambambi. Me refiro a essa comunidade no tempo passado, pelo motivo de estar, desde o ano 2000 submersa pelas águas da Usina Hidrelétrica de Manso. Uma das rotas para chegar ao quilombo Morro do Cambambi passa pelo Morro da Lage, uma antiga rota que ligava o interior da região à capital do estado.

Foto 8 – Morro da Lage



Arquivo pessoal, 2024.

A fala da tia Maci sobre a terra não ter dono, tem muitos significados para nós quilombolas, e compreendemos muito bem a colocação dela, a tia Maci está afirmando que a terra não tinha um dono exclusivo, mas que esse território era um bem comum, compartilhados com todos que tinham o interesse de ficar na região, sendo parentes ou

não, pois, o parentesco era construído através de alianças, de pactos, questão que abordarei mais adiante nessa dissertação. Contudo, a terra como um bem comum era um território “sem cercas” onde as pessoas podiam morar, plantar roças, ter criações, fazer parentes e formar família. A afirmação da tia Maci, vem de uma memória que foi silenciada e permanece escondida na história, essas são as “memórias subterrâneas” que contrapõe as “memórias oficiais” Pollak (1989). Aqueles discursos estabelecidos e autorizados por pessoas que se apossaram do poder, ideias que refletiram por décadas e ainda reflete até o momento, silenciando e escondendo memórias de pessoas que sofreram dominações, contudo esse silêncio não significa um esquecimento, assim como aponta Michael Pollak.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas, (POLLAK, 1989, P. 5).

Uma resistência, me parece definir bem a vida dos meus parentes quilombolas do Ribeirão do Itambé e do Morro do Cambambi. Resistimos às opressões, violências, despejos por fazendeiros posseiros, pelo governo. Entretanto, estamos vivos, resistindo, e as lembranças dos *troncos velhos* são cuidadosamente disseminadas aos mais novos, ato que nos leva a entender o nosso contexto histórico, quem somos, de onde viemos, e como devemos agir para expor essas “memórias subterrâneas”, como já disse, essas memórias que foram silenciadas contrapõe as histórias “oficiais”, porém nessa dissertação não pretendo expor as memórias de sofrimentos, a exemplo daquele parente que foi morto no tronco, daquela que foi abusada, ou daquele que teve seus animais queimados vivos. Estamos resistindo a muitas crueldades, mas como decidimos viver, é sobre essa vida que vou me preocupar em expor, sim, terão trechos de momentos tristes, porém o que me interessa é mostrar como os meus parentes viviam, e como estão vivendo, resistindo ao “tempo”.

Em um diálogo com dona Rolinha<sup>2</sup> sobre o modo de vida das famílias na comunidade Cachoeira Rica (Peba) no tempo em que ela era menina/jovem, ela discorre

---

<sup>2</sup> Dona Rolinha nos recebeu em sua casa em Chapada dos Guimarães em 24/02/2024 e, contou a sua história, ela foi nascida e criada em Cachoeira Rica, e como a maioria dos descendentes do quilombo teve que mudar para a cidade, mas o seu quintal mostra que o quilombo não se restringe ao território, vou voltar a esse assunto no terceiro capítulo dessa dissertação e mostrar como a Dona Rolinha fez do seu pequeno espaço na cidade um lugar que lembra muito o lugar de nascimento, pois ali tem plantas e criações, vivendo de maneira parecida de quando morava no quilombo.

sobre as relações que faziam o social na comunidade, relações que permaneceram e são praticadas até os dias de hoje,

**Dona Rolinha:** O pessoal, as famílias que viviam lá, eram pobres, mas viviam assim, numa paz, uma união tão bonita, até hoje eu acho bonito... Os casais iam nas casas dos amigos, dos parentes conversar... Viviam na paz, tinham amor um pelo outro né... servia o vizinho.

**Pesquisador:** Como era isso, servir ao vizinho?

**Dona Rolinha:** Era assim, às vezes alguém queria uma mandioca e ainda não tinha, ia lá no vizinho, ele arrancava e *dava*. Cortavam cachão de banana e *dividia* as pencas, esse é de fulano, esse é beltrano. Matava boi lá em casa, nós não comprávamos carne de quilo, matava boi e tirava um pedaço para os vizinhos ao redor todinho, e quando os vizinhos tinham também, era a mesma coisa, eles *davam* para a minha mãe e meu pai e nós enchia a barriga.

Foto 9 – Eu e Dona Rolinha, em sua casa na Chapada



Arquivo pessoal, 2024.

Na atualidade, os parentes nos quilombos Ribeirão do Itambé e Morro do Cambambi, ainda vivem aspectos dos modos de vida dos parentes antigos, esse sistema de troca contado por dona Rolinha é presente ainda nas comunidades. Combinei com a minha mãe, dona Chica, para irmos na casa da tia Maci conversar sobre a vivência delas, seus dias de meninas, juventude, enfim, sobre o tempo que viviam nos territórios “sem cercas” ou “donos” exclusivos.

No dia 05 de fevereiro de 2024, saí da casa onde moro em Cuiabá e fui para a casa da minha mãe, em Cachoeira Rica. Cheguei lá a noitinha e ela me disse que no outro dia, antes de sair para a casa da tia Maci, era para eu *lutar* com um porco para levar de presente para o tio Maneco, marido da tia Maci. A expressão *lutar*, significa todo o processo preparatório para deixar um animal pronto para o cozimento, e muitas vezes pronto para

ser servido, nesse caso *lutar* com o porco envolve o abate, a limpeza externa e a evisceração. No dia seguinte após *lutar* com o porco, saímos para a casa da tia Maci, eu minha mãe, minha tia Juví, irmã da minha mãe e minha sobrinha Tayla. A tia Maci mora na comunidade Paiol Velho aproximadamente 40 quilômetros da casa da minha mãe, passamos o dia lá, as senhoras aproveitaram bem o tempo juntas, relembrou e sorriram dos acontecimentos que viveram no varjão, relatos que vão aparecer logo adiante no texto. No final do dia, quando preparávamos para voltar para casa, a tia Maci foi até o galinheiro e pegou dez galinhas para mamãe e para a tia Juví, assim, chegamos com um presente, e saímos com outro. Esse sistema de troca que acabei de expor entre a minha mãe e tias, e que foi também relatado por Dona Rolinha, atravessa tempo, espaço e gerações, dessa maneira entendemos que a troca não é exclusiva em uma comunidade ou em um povo. Um sistema parecido foi observado entre as sociedades da Polinésia, Melanésia e noroeste americano por Marcel Mauss (2003), essas sociedades mostram uma vida social fundada nas relações de trocas. Mauss chama de “fatos sociais totais”, tudo aquilo que se articula e se relaciona entre o social, o político, o econômico, o religioso, o estético e a ética, a perspectiva teórica maussiana se interessa em apontar como nessas sociedades, as pessoas trocam e estabelecem contratos umas com as outras, o autor diz que.

O que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. (Mauss, 2003. p. 191).

Esse sistema de troca, Mauss chama de “sistema das prestações totais” que funciona a partir de três obrigações que é o dar, o receber e o retribuir. A princípio parece uma ação voluntária aparente, contudo, as trocas são atos que conduzem as pessoas há uma relação de obrigatoriedade, de dívida com o outro, pois passa a ser uma questão moral e de sobrevivência, elevando as trocas ao nível de obrigatoriedade. A troca para Mauss é uma dádiva, que não significa simplesmente presentear, mas é como um dom, a ação de trocar e não o objeto em si, é vista como valiosa. Nesse sistema de troca, existe o que se chamada de “hau”, o espírito de circulação presente nos objetos, que por princípio moral e da sobrevivência não pode ficar retido, preso, por isso a necessidade da circulação. As trocas entre parentes e vizinhos na minha comunidade, também podem ser

entendidas com uma questão de sobrevivência uma vez que elas podem ser observadas em vários fenômenos sociais que constrói o social, percebo as trocas em questões econômicas quando damos, quando recebemos alimentos, força de trabalho seja no *muxirum* que é um caso coletivo, como também na *demão* que é uma situação mais restrita a duas pessoas, elas estão presentes no âmbito religioso quando o santo é levado de uma casa para outra pelos parentes, nesse caso as trocas acontecem tanto entre as pessoas como entre as pessoas com as divindades, podemos perceber as trocas também na formação de famílias, no fazer parentes, com os casamentos, alianças de compadrio, filhos do coração. Assim, a troca é uma ação recíproca que fortalece os laços familiares, estabelecem parentesco, estreita as alianças entre os vizinhos e sobretudo contribui para que uma comunidade ou comunidades resistam e continuem existindo, sofrendo diversas transformações, mas resistindo e existindo mesmo fora de um espaço geográfico. Pensando assim é importante ressaltar que uma comunidade em resistência, significa apontar para as pessoas em si, e suas relações que atravessam o tempo e o espaço.

Foto 10 – Minha mãe a esquerda, tia Maci no meio e tia Juví a direita



Arquivo pessoal, 2024.

### 1.1 Vivência no Varjão

Acabei de afirmar que uma comunidade pode ser entendida não somente como um lugar em um território, mas como as pessoas e as relações existentes entre elas, e acrescento que essas relações não são somente entre humanos, pois existem as relações não humanas e para além de humanas, são as relações que Anna Tsing (2019) chama de “socialidade mais que humana”, com animais, com as plantas, com a terra, com os rios,

com as matas, com os fungos, com mortos através da memória, com os espíritos<sup>3</sup>. Contudo, uma comunidade na maioria das vezes é conhecida a partir de um espaço geográfico, principalmente em se tratando de senso comum, cresci ouvindo que a comunidade de Varjão tinha deixado de existir e isso pelo motivo dela ter sofrido transformações com a saída da minha família da localidade e posteriormente pela construção da Usina Hidrelétrica de Manso, nessa perspectiva a comunidade deixou de existir quando aquele espaço físico de vivência, de troca, de relações foi transformado em outro espaço. Todavia, aquilo que ouvi desde pequeno que a comunidade Varjão não existia mais, pelo fato do espaço geográfico em que as pessoas se socializavam de maneira multiespécies, assim como vemos também em Anna Tsing (2019), e ter sido desconfigurado, mudado, perde o sentido quando eu ouço a tia Maci e outros *trancos velhos*, relatarem sobre as suas vidas no passado nesse determinado lugar. Percebi que as relações que existiam em Varjão ainda existem fora dele, com isso não quero afirmar que o território, lugar de pertencimento, enquanto espaço geográfico não tem valor, pelo contrário, a terra de nascimento, aquele lugar sagrado tem tanto valor que a comunidade que se formou ali, não deixou de existir pelo espaço geográfico ter sofrido mudanças e ter ficado impossibilitado de humanos conviver nele.

O território do Varjão no território do Morro do Cambambi “desapareceu” quando a Usina Hidrelétrica de Manso represou os rios. Entretanto, a comunidade ainda existe e está viva para a minha família, pois todas as vivências, as construções no sentido de o que fazer, como fazer, ou seja, as construções aqui é o saber fazer que envolve a vida como um todo a partir de conhecimentos tradicionais, assim como as trocas e as intrigas que ocorreram naquele lugar, ainda estão presentes em nós. Poucas pessoas vivas em minha família moraram em Varjão, apesar de tudo, somos afetados, atravessados pelas práticas sociais e modos de ser daquele lugar, os valores que nossos antigos receberam ali, a forma de vivenciar o mundo, respeitando e entendendo o território como um lugar sagrado, é transmitido para os mais novos na família, lugar sagrado por diversos motivos, por ser o local de nascimento e sepultamento dos familiares, pelo fato de terem feito promessas naquele lugar e tê-las recebido, por ter o umbigo enterrado naquele solo.

---

<sup>3</sup> As relações multiespécies terão uma abordagem aprofundada no terceiro capítulo dessa dissertação, a partir do conceito de “socialidade mais que humana” da antropóloga americana Anna Tsing, vou analisar a maneira como os meus parentes se relaciona com os outros seres em relação ao trabalho, coletas e celebrações.

Essa relação de vínculo com o território de Varjão é semelhante ao discorrido por Marcel Detienne (2013) ao falar sobre o apego dos aborígenes australianos pelo solo de nascimento, Detienne está fazendo uma análise sobre identidades nacionais, o que não envolve a minha discussão, mas me chama a atenção a sua exposição de que os britânicos mesmo com lunetas não puderam ver, e também não adivinharam “que os aborígenes da região eram - fanaticamente apegados ao solo onde nasceram - indivíduos que possuem com propriedades seus lugares, reconhecidos como sagrados, que transmitem aos seus descendentes”, (Detienne, 2013, p. 21). O vínculo dos aborígenes pelo solo de nascimento é semelhante com o de minha família materna pelo Varjão, semelhança que pode ser associada também com o sentimento dos Nuer em relação ao gado, exposto por Evans-Pritchard (1993), esse povo nilota segundo o autor, tem no gado o símbolo da sua cultura e território, uma relação com o gado que constroem parentescos e conexões com os espíritos. Evans-Pritchard afirma que, “O gado possui o bem mais prezado dos Nuer, sendo uma fonte de alimento essencial e a posse social mais importante... Um homem trava contato com os fantasmas e espíritos através do seu gado”, (Evans-Pritchard. 1993, p. 26).

O solo de nascimento dos aborígenes assim como o gado para os Nuer, são como o Varjão para a minha família, sendo um território sagrado, isso implica dizer que não envolve preço, mas valores, a terra de nascimento tem muitos significados, o solo, a mata, os rios, são sagrados e, portanto, respeitados, pois são como mães, provê o alimento com as plantações, com as caças, com as pescas, e a cura com as plantas medicinais acompanhadas de determinados ritos. Silva (2024) expõe essa mesma relação a partir de um diálogo com Maria José, uma interlocutora sua do quilombo Morro do Cambambi, sobre a relação entre pessoas, território, plantas e animais, a autora afirma; “As plantas, os vegetais e os animais estão em constante interação, formando uma teia de vida interconectada. Ao compreender que viver é essencialmente viver da vida de outrem, sentimos que somos parte integrante dessa teia de vida”, (Silva, 2024, p. 108). Varjão está na verdade submersa pelas águas da Barragem de Manso, mas o apego e sentimento que minha família materna nutre por aquele lugar faz com que ele exista até o momento, e se depender delas, tias maternas e mãe, Varjão nunca desaparecerá.

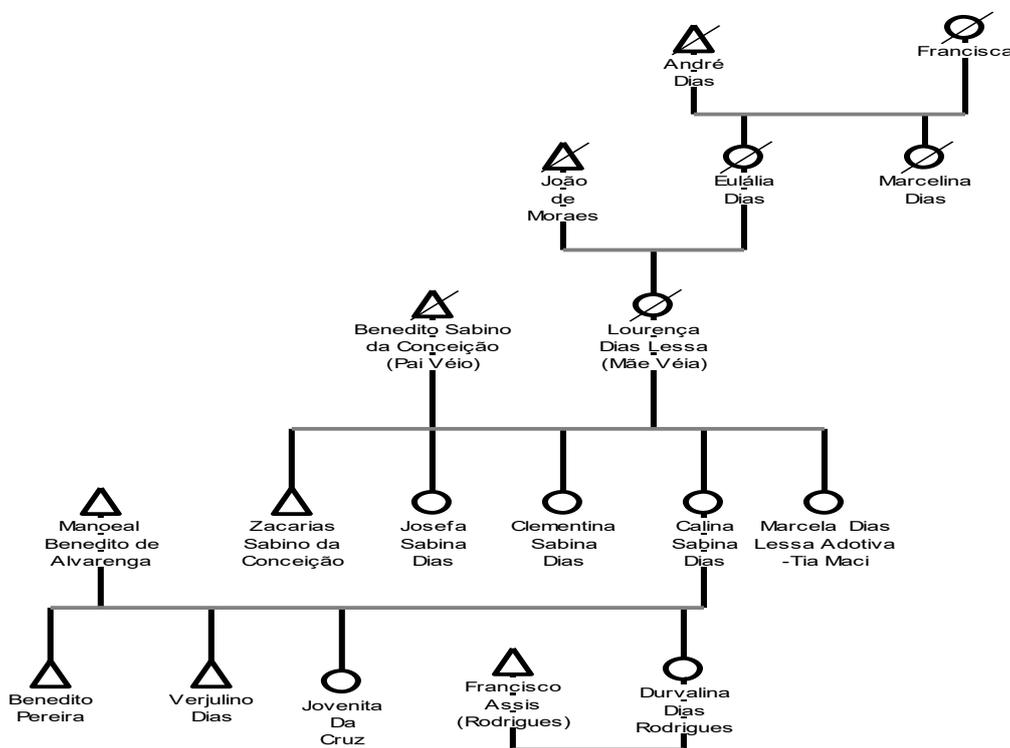
A minha família no Varjão pode ser entendida como uma família extensa ou alargada, pois era constituída de avós, tios, primos. Na entrevista com a tia Maci, a todo momento ela falava, meu pai, meu pai, então perguntei.

**Pesquisador:** tia a quem a senhora chama de pai?

**Tia Maci:** nome do meu pai é Sebastião Lino, mas eu fui criada por meu tio Benedito Sabino da Conceição e por sua mulher Lourença Dias Lessa, Lourença é irmã da mulher que me teve, minha mãe Luzia. Então Benedito Sabino e Lourença Dias são meus pais, eu chamava de pai Dito e mãe Lourença, as crianças (se referindo aos netos criados pelo casal) chamavam eles de *pai véio e mãe véia*.

A tia Maci, minha mãe e outras tias contam que Benedito Sabino da Conceição, *pai véio*, relatava que ele veio da Bahia com seu pai, Lourença Dias Lessa, *mãe véia*, era da região do Varjão e contam que ela era de origem indígena, se casaram e tiveram quatro filhos, Calina Sabina Dias, Josefa Sabina Dias, Clementina Sabina Dias e Zacarias Sabino do Conceição, e adotaram por filha Marcelina Dias Lessa, que era sobrinha materna do casal, estendendo assim para cinco o número de filhos. André Dias um africano, com sua esposa Francisca, nascida no Varjão, são as referências mais antigas em minha família materna.

Diagrama Genealógico 1 – Família Conceição/Dias



Elaboração: Sabino Rodrigues, 2025.

Calina se casou com Manoel Benedito e tiveram quatro filhos, são eles, Benedito, Verjolino, Juvinita e Durvalina conhecida como dona Chica minha mãe, como mostra no diagrama 1. Josefa se casou com Vitalino e tiveram seis filhos, Joraci, Orodina, Dorvalino, Elizabete, Damião e Carlos. Clementina se casou com Cirilo e tiveram Laudelina, Leunice e Orocindo de filhos. Zacarias se casou com Maria Arvelina e tiveram sete filhos que são, Arvino, Olina, Maria, Abilho, Irene, Jorelino e Jorelina um casal de

gêmeos. Marcelina Dias Lessa se casou com Manoel Bom Despacho e tiveram os seguintes filhos, Rose, Manoel, Cida, Norito e Ana.

Duas das filhas de *pai véio* com *mãe véia*, a saber Calina a minha avó e Clementina, faleceram de forma precoce, ambas em trabalho de parto, os bebês também faleceram juntos. Dessa forma, os filhos delas foram criados por *pai véio* e sua mulher. A casa era cheia de netos, e os demais filhos moravam próximos. Podemos observar a base fundamental que Lévi-Strauss (1982) aponta para todas as modalidades ou formas de casamento, nessa união e formação familiar de Benedito Sabino e Lourença Dias. Benedito Sabino da Conceição veio da Bahia e se estabelece na região do Varjão, aqui habitava Lourença Dias Lessa com sua família e parentes. O casamento deles, assim como toda união matrimonial, para Lévi-Strauss é uma troca, essa troca acontece para construir alianças, assim, o casamento tem uma lei geral, um fenômeno que ocorre em todas as sociedades, dessa forma, a troca com o casamento é um sistema de relações, segundo Lévi-Strauss.

Mas, seja de forma direta ou indireta, seja em forma global ou especial, mediata ou postergada, explícita ou implícita, fechada ou aberta, concreta ou simbólica, é a troca, sempre a troca, que aparece como base fundamental e comum de todas as modalidades da instituição matrimonial. (Lévi-Strauss, 1982, p. 519).

Lévi-Strauss percebe nesse sistema de troca a construção social, ou seja, a troca é uma forma de produzir a sociedade através das relações de alianças existentes entre as pessoas e essas relações estabelecidas configuram um arranjo familiar, relações entre consanguíneos e afins, alianças entre os grupos é um conjunto de direitos e deveres. Pelo parentesco, o indivíduo tem privilégios, direitos, obrigações, deveres, diferenciando daquilo que as sociedades ocidentais fundadas no pensamento judaico/cristão afirmam que o casamento tem tudo a ver com a manutenção da espécie. Lévi-Strauss (1972, p. 321), afirma que “entre a maioria dos povos, o casamento pouco tem a ver com a satisfação do desejo sexual”, isso ocorre pelo motivo de haver outros entendimentos a respeito do casamento e do ato sexual, que em determinada sociedade é corriqueira fora do casamento.

Para esse antropólogo, existe uma regra básica para o casamento, que vai para além da questão de necessidades econômicas também. Para Claude Lévi-Strauss, a aliança matrimonial funda o social, quando digo que a formação do social se dá, não pela concepção da família tradicional (judaico-cristã), é porque o autor argumenta que a família se estabelece exclusivamente pelas alianças entre os grupos. Assim podemos

perceber que o ser humano se reproduz e se diferencia em processos e relações, socialmente construídas. Isso significa dizer a partir das ideias de Lévi-Strauss, que a família não é de uma ordem natural, ou seja, por consanguinidade, mas ela é de uma ordem cultural, isto é, por relações de alianças.

Sou resultado da aliança feita por Benedito Sabino com os pais e irmãos de Lourença Dias, com essa aliança muitas trocas aconteceram, entre o casal, entre os filhos, entre os parentes, com votos, ritos, cuidados, trabalhos, *muxiruns*. A aliança permite que sobrinha e netos se tornem filhos, primos e primas se tornarem irmãos, tios agirem como pais e receber todo o respeito como tal. *Mãe véia e pai véio*, foram pais de seus filhos, sobrinha e netos, percebemos assim, que as relações estabelecidas formam o familiar e, na prática aparecem a possibilidades de os indivíduos terem o direito de ter um pai e uma mãe, não biológicos, mas pai e mãe por relações sociais, as obrigações dessas responsabilidades sendo cumpridas e deveres sendo realizados em todas as partes envolvidas.

Foto 11 – Lourença Sabina Dias (Véia)



Arquivo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

Os membros da família dividiam as obrigações e os deveres, a tia Maci conta que em um determinado período entre 1956 e 1959, ela era a única filha solteira em casa, e então chegaram os netos de *mãe véia* para morar junto com eles, pois as mães haviam falecido, assim a tia Maci tinha a responsabilidade de cuidar das crianças, e de trabalhar na roça, a vida era dura, mas era divertida também, como elas contam para mim.

**Tia Maci:** Desde a idade de sete anos eu já ia com meus pais para a roça trabalhar, fazer aquilo que aguentava fazer, fazia colheita de arroz, ia colhendo

de cachinho, depois socava no pilão de litro em litro, isso para ter uma roupinha para mim. Quando as netas de mamãe chegaram, porque as mães delas morreram, pequenininho já iam para a roça. Essa daqui oh, (aponta para dona Chica) era a mais pequenininha, dormia comigo na minha rede e fazia todas as necessidades em mim, chorava muito porque era desmamada fora de tempo. Trabalhava duro, carpia, roçava, plantava e colhia bastante, era tudo muito bom, tinha fartura nesse tempo, ninguém passou fome, papai foi muito bom para nós, nunca bateu em mim.

**Dona Chica:** Em mim também nunca bateu, e nem tio Zacarias que sempre morou perto de nós, nunca bateu em mim.

**Tia Juví:** Nem em mim.

**Tia Maci:** E ainda fazia arte, mamãe mandava Juvinita ir à roça pegar as coisas, lá ela achava pito de papai, enchia o pito, acendia e fumava até ficar bêbada lá.

**Tia Juví:** Deitada no maiadô né.

**Tia Maci:** Mamãe esperava até Juvinita voltar com o que ela tinha pedido, mandava ir atrás dela saber o porquê estava demorando, eu chegava lá e encontrava ela tonta de tanto fumar pito.

**Tia Juví:** Uma vez eu lembro que fui lá na roça e encontrei a carabina de pai véio em cima do moedor, aí peguei a carabina, ela estava com bala, peguei e larguei fogo, quando estourou lá, não demoro pai véio chegou e bradou comigo, eu falei que tinha disparado sozinha.

Uma frase que sempre aparece nas falas de tia Maci, de minha mãe e de tia Juví, é: “nós éramos felizes”. Os relatos acima mostram um modo de vida complexo, ou seja, um conjunto de fatores que se interligam, e quando analisado se percebe dificuldades, obrigações, perigos, deveres. Não tenho a intenção de romanizar esse modo de vida, pois sendo quilombola, sei bem a realidade da vida em comunidades rurais, contudo, os relatos das tias e da minha mãe, me faz querer viver aquela vida que elas viveram no território “sem cerca” de bem comum. A frase “ninguém passou fome” não se limita à minha família, pois as comunidades tinham uma rede de troca, da mesma forma que tinham em Itambé e foi contado por dona Rolinha (p. 23), o que impossibilitava passar fome e conseqüentemente promovia um viver feliz, em outras forma de dizer isso seria, tem dificuldades, mas não tem fome, tem serviço duro, mas não tem fome... E se não tem fome, tem felicidade, Natalia Quiceno Toro (2016), traz um relato semelhante ao escrever com moradores do Médio Atrato, região localizada no norte da Colômbia.

En el tiempo que la gente vivía dispersa, no era necesario estar siempre junto al otro para saber de él y contar con su apoyo. Cuenta la señora Rosario, de Pogue, que en ese entonces, al llegar a cualquier casa, uno no se moría de hambre, no se le negaba el plátano a nadie. Era una época en la que se mataba cerdo en sociedad. Por ejemplo: si alguien mataba un cerdo, le prestaba un cuarto del animal a su vecino, a la espera de que este matara otro cerdo en un futuro y le devolviera su parte. En esos días, tal y como aclaró otro mayor, no se comercializaban los alimentos: se compartían o se intercambiaban. Así viviéramos dispersos, éramos muy unidos. (Quiceno Toro, 2016. P. 60, 61).

Em ambos os relatos, dos moradores do Médio Atrato, como o da minha família, a reciprocidade aparece, me comovo ao ler que nem uma banana era negada a alguém, que a comida era trocada ou compartilhada, exatamente o que a minha família viveu em Varjão. “Ninguém passou fome” diz a minha tia Maci, posso explicar esse fato relatado por tia Maci, com outra fala de um ancião para Natalia Quiceno Toro, que disse; “éramos muy unidos”. Essa união promove o dever cumprido, as dificuldades superadas, as alegrias, a fartura, a felicidade, exatamente tudo o que gostaríamos de viver novamente. Tia Juví expressa “nós gostávamos muito de lá, (se referindo ao Varjão) se lá não tivesse tudo de baixo d’água eu tinha plano de morar lá de novo”, e aponta os motivos, que são muitos, entre eles estão o lugar de nascimento, onde os antepassados estão enterrados, e foi ali que “aprendemos a fazer as coisas”, afirma tia Juví.

Em Varjão aprenderam que “cada pessoa tem a cabeça boa” para alguma coisa específica, também não podendo se limitar a uma única coisa, a tia Juví diz que tem gente de *cabeça boa* para criar galinha, ou porco, vaca, ou plantas, ela afirma que quando uma pessoa não tem a *cabeça boa* para criar um determinado animal nem adianta tentar pois não vai aumentar. A tia Juví afirma que só tem *cabeça boa* para criar galinhas, sua criação aumenta rápido, as galinhas são bonitas, porém ela não tem *cabeça boa* para cria porcos ou vacas, essas criações nunca aumentam se ela criar, “já essa daqui oh (apontando para minha mãe, dona Chica), tem *cabeça boa* para galinha, porco e vaca, as criações dela aumentam muito”.

A expressão *cabeça boa* quer dizer que cada pessoa tem um saber para a interação com outras espécies, entende espécie aqui como seres não humanos, plantas e animais, este saber resulta no crescimento da espécie, como as galinhas citada por tia Juví. Ter *cabeça boa*, me faz perceber que minhas tias e minha mãe aprenderam um modo de vida que pensa para além do ser humano, observo que elas têm uma conexão com os animais que criam, e se a cabeça não for boa para um determinado animal, nem tentam criá-lo. Estou convencido de que o bem-estar das criações importam muito para elas. Posso pensar também que *ter cabeça boa* é uma aceitação do outro ser em relação ao humano, ou seja, a espécie aceita e não aceita o relacionamento com o humano, de maneira que há uma correspondência entre espécies, pensando dessa forma, podemos compreender as transformações (metamorfose) que ocorre nos seres a partir da troca, pois o mundo e, quero dizer por mundo os seres vivos, tem agência e modos de comunicar e sinalizações próprias. A filósofa Vinciane Despret (2022), nos alerta que as ações dos animais não são involuntárias. Logo pode ser possível que os animais escolham os seus criadores.

Foto 12 – Tia Juví, em sua casa em Cachoeira Rica



Arquivo pessoal, 2024.

Quando falam e lembram de Varjão, descrevem um território de uso comum, lugar em que os moradores se sentiam felizes e a fartura era compartilhada, a união quase unanime entre o povo. Uma união quase unanime, não era total, seria inédito o relato de um povo totalmente unido, não é o caso em Varjão, pois ali também houve intrigas, e daquelas que resultaram em mortes. As minhas tias contam que as pessoas escolhiam os lugares para estabelecer residência, cada um escolhia o lugar de moradia. Uma determinada família construía uma casa onde moravam juntos ou em casas bem próximas, em residências mais distantes, moravam os parentes, e outros vizinhos, que com o tempo, se tornavam parentes também.

Havia muitas maneiras e eventos de se tornarem parentes, em cenários como em volta de fogueiras para se tornar “mano”, “mana”, “comadre”, “compadre”, nos batismos de fogueira para se tornar “afilhada”, “dindinha”, e havia também os casamentos em fogueiras. Muitas vezes, as pessoas andavam pelas brasas descalças, como um ritual. Assim, o parentesco em Varjão não se limitava à consanguinidade, ou seja, tornar-se-ia parente por afinidade. As relações de compadrio pelo batismo de crianças, os filhos de criação, as relações de consideração e as amizades, operavam no agenciamento do parentesco e, portanto, delineando as relações na comunidade.

A tia Maci descreveu os rituais em fogueiras como o batismo, compadresco e casamentos, que aconteciam da seguinte forma: no caso do batismo, uma pessoa escolhia os padrinhos e fazia o convite, então levantavam uma fogueira quase a altura das pessoas. Os padrinhos e afilhado ficavam cada um de um lado da fogueira de frente um para o

outro, puxavam brasas da fogueira e repetiam a seguinte frase por três vezes, no caso do afilhado “juro por Deus, São Pedro, São Paulo e São João Batista Sagrado que “fulana” e “beltrano” serão a minha madrinha e meu padrinho” e cada vez que a frase era falada, pulavam as brasas puxadas da fogueira. Em ato contínuo era a vez dos padrinhos falarem “juro por Deus, São Pedro, São Paulo e São João Batista Sagrado que “fulano” será meu afilhado”, na sequência era feita uma reza e o pacto estava confirmado. Nesse ritual tem pessoas que optam por andar pelas brasas, outras apenas pular as brasas. Da mesma maneira é feito o compadresco e o casamento, mudando apenas a fala no final da frase, “juro por Deus, São Pedro, São Paulo e São João Batista Sagrado que fulana será minha comadre, ou no caso do casamento, será minha mulher”. Minha mãe afirma que o último batismo de fogueira que fez, ela andou pelas brasas. Essa forma de fazer parente se fundamenta na crença de um catolicismo popular juntamente com o conhecimento de crenças afro-indígenas que trazem elementos como o fogo, e a brasa. A fogueira nesse ritual tem importância igual ou quem sabe até maior das entidades espirituais citadas na frase, visto que o fogo e a brasa são as principais testemunhas dos votos/pactos feitos ali. Os rituais feitos na fogueira, mostram uma relação de amizade, de parentesco, de família e contribuía de forma significativa para a promoção do social naquele lugar. A fogueira tinha o lugar de um *ser* protagonista dessa relação toda, um *ser* não humano, que naquele ambiente, se faltar, toda essa relação não era construída.

A fogueira, o fogo e a brasa devem aqui, ter esse destaque de agenciamento, pois através deles, se reúnem, se respeitam, estabelecem regras e as cumprem, obtendo dali ensinamentos para a vida. A interação entre os humanos afilhados, madrinhas, compadres, maridos e companheiras, com esse *ser* não humano como a fogueira e para além de humanos, os santos, promoviam a festa e uma troca talvez imensurável de conhecimentos naquele grupo social.

Em Varjão cada pessoa tinha a liberdade para escolher onde fazer a sua roça, em determinados momentos a roça ficava longe de casa, em outros, estava mais próxima. E todos tinham criações de galinhas, porcos, vacas, cavalos e outros animais, uma vez que os animais viviam soltos, cada pessoa tinha o dever de cercar a sua roça para evitar que animais comecessem as plantações. Minhas tias e minha mãe contam sobre algumas intrigas, e de uma em que resultou na morte de *pai véio*. Elas lembram que as vacas de um homem por nome Luiz Mutum, que morava do outro lado do rio, à margem direita do rio quilombo, eram “roceiras”, expressão que significa que esses animais pulavam e quebravam cercas para entrar em roças. Esse gado atravessou o rio e entrou na roça de

*pai véio* algumas vezes, e *pai véio* sempre tirava. Mas uma vez, ele não conseguiu tirar o gado, e foi então ao dono pedir para ele ir tirar o gado de sua roça, isso foi o motivo, segundo elas, para começar a intriga.

**Tia Maci:** Você pode não acreditar meu filho (se dirigindo a mim), mas ele foi *arrumado*.

**Pesquisador:** O que é ser *arrumado* tia?

**Tia Maci:** Foi um *feitiço* que colocaram nele, não sei dizer bem o motivo, se é pelo gado de pai dito que estava entrando na roça de alguém ou o gado de alguém estava entrando na roça de pai dito.

**Tia Juví:** Era o gado de Luiz Mutum que estava entrando na roça de pai véio.

**Tia Maci:** Isso, é assim mesmo, e dizem que ele era ruim.

**Tia Juví:** Pai véio estava com uma roça lá no rosário, e o gado de Luiz Mutum entrava na roça, pai véio cansado de tirar o gado e não conseguindo tirar uma vez, disse para Luiz Mutum tirar o gado se não iria matar tudo.

**Dona Chica:** Eu lembro que ele encontrou com pai véio na estrada e disse que ia tirar o gado, mas pai véio ia pagar ele.

O ato de *arrumar* alguém é semelhante ao ato de *benzer*, contudo são categorias um tanto complicadas para definir, pois uma definição para essas categorias depende da percepção individual da pessoa, vejam que a tia Maci afirma que alguém lançou um *feitiço* em *pai véio*, mas, sei bem que em minha comunidade ninguém se denomina *feiticeiro*, e nem gosta de ser chamado como tal. A *arrumação* assim como o *benzimento* não eram incomuns em Varjão, e são práticas atuais nos quilombos em Chapada dos Guimarães, eram e são realizadas como intervenção na vida física, emocional e psicológica das pessoas, assim como em plantas e animais, tanto para produção de adversidades trazendo males físicos aos seres, como também para realizar curas, livramentos dos acometidos e proteções futuras. Lourenço e Da Silva (2016), afirmam isso ao escreverem “Vinculada a benzeção, a “arrumação” não é uma prática determinada ontologicamente como boa ou má, ela é circunstancial. A mesma pessoa que prejudicou alguém pode livrar outra de uma “ofensa de bicho”, (Lourenço, Da Silva, 2016, p. 81). Existe uma crença antiga que determinadas plantas podem minimizar ou em alguns casos até neutralizar um trabalho de *arrumação* absorvendo para si o trabalho realizado e protegendo os seus donos e o que lhes pertence, entre essas plantas se destacam a guiné, a arruda e o comigo-ninguém-pode, muitos parentes tem até hoje essas plantas nos seus quintais, o comigo-ninguém-pode para ter um efeito mais eficaz deve ser plantado na porta das casas, contudo quando as plantas não conseguem combater *os trabalhos* então é realizado um *trabalho* para desfazer a *arrumação* ou até mesmo um *contrafeitiço*.

Sobre o caso de *pai véio*, contaram que Luiz Mutum tirou o gado, e passados alguns dias *pai véio* vinha da roça, e próximo de casa uma mosca entrou em seu nariz, era início de noite, naquele momento ele começou a espirrar, passou a noite espirrando, no

outro dia seu rosto já estava inchado, sua queija era que ele sentia um bicho comer o seu nariz, meses depois, *pai véio* não tinha mais nariz, o sangue escorria o tempo todo, as tias contam que ele rolava ao chão sentindo dor, passado mais algum tempo *pai véio* ficou impossibilitado de trabalhar e foi buscar tratamento.

Quando minha mãe e as tias contaram a situação perturbadora em que *pai véio* ficou, o clima do diálogo mudou, percebi uma expressão de medo, ou de tristeza acompanhada de uma reação de impotência, pois era angustioso vê-lo sofrer sem poder fazer muitas coisas. Eu já tinha ouvido essa história várias vezes, mas dessa vez foi diferente, as três juntas lembrando o acontecido, e perceber as reações, parece que me fez sentir o que elas estavam sentindo, é como se eu estivesse vivido aquela situação, mas eu nem conheci *pai véio*, sensação que me fez lembrar da etnografia de Ana Claudia Marques (2002), ao dizer que em um momento de sua pesquisa no sertão de Pernambuco, onde realizou um trabalho sobre intrigas, vinganças e questões entre famílias, se sentia mais do que observadora, quase que tornando-se cúmplice, Marques afirma; “Partilhei... em alguns momentos mais perturbadores e comoventes, como ouvinte ou testemunha, de lágrimas, gritos e silêncios inesquecíveis... Tudo isto fez de mim mais do que uma observadora; sou também cúmplice”, (Marques, 2002, p. 37). Assim como elas, respirei fundo duas ou três vezes, e todos ficamos em silêncio por alguns minutos, os semblantes descaídos, me fez perceber que elas ainda não haviam superado todo o sofrimento de *pai véio*, apesar de saberem a origem. Ações que promovem o sobrenatural sempre foram presente em nossa comunidade, *arrumar* alguém, ou seja, *enfeitiçar* uma pessoa assim como curar através de *benzimentos* não são fenômenos desconhecidos de meu povo, como também nada extraordinário, sobre *benzimentos* e *arrumações* temos o mesmo entendimento dos nossos vizinhos do quilombo Lagoinha de Cima.

Em Lagoinha de Cima, a arrumação e a benzeção não são identificadas como eventos extraordinários, como quando se trata da aparição dos seres não humanos. Aqui há uma indistinção entre natureza e sobre natureza em que não se ignora a mediação direta de agentes tais como animais ou acidentes, apenas articula a ela uma intervenção que subjaz as aparências de determinados acontecimentos. (Lourenço, Da Silva, 2016, p. 81).

Percebo agora que essas ações que promovem o sobrenatural são como redes para conexões entre mundos envolvendo seres humano, não humanos, plantas e animais, Silva (2024) percebe exatamente isso tanto em minha comunidade materna Morro do Cambambi, como no quilombo Laranjal, Silva afirma que a *benzeção* pode ser considerada uma “uma rede de conexões que contribuem para a construção de um mundo

repleto de polifonias, sons, aromas e interações entre seres humanos e não humanos” (Silva, 2024, p. 46).

Em minha comunidade, as pessoas que desenvolvem esse dom são chamadas de *curadores* e *benzedeiras*, e as suas atividades são *trabalhos*, *arrumações*, *despachos* e *benzimentos*, *banhos* e *garrafadas*. Dois atos que as *benzedeiras* realizam com frequências em minha comunidade é o *benzimento* contra o quebrante e contra a arca-caída, o quebrante é um mal olhado de pessoas de “sangue ruim” sobre uma criança fazendo-as enfermar, como também sobre uma criação, ou uma plantação, o mal olhado em criações e plantações faz com que vão diminuindo até acabar, caso não tenha uma intervenção com o *benzimento*, a arca-caída é o peito aberto na criança, em ambos os casos a *benzedeira* realiza o *benzimento*, e passa algumas recomendações, chás e banhos quando envolve uma criança, e quando envolve animais e plantações é realizado somente o *benzimento*, e na maioria das vezes tudo fica bem, dessa forma a comunidade continua a acreditar no *benzimento*, pelos resultados dos ritos das *benzedeiras*. É possível compreender que os trabalhos das *benzedeiras* e *curadores* é um fenômeno social que tem relações com outros fenômenos tais como, economia, estética, linguagem, direito e outros, pois o *feitiço* ou uma seção de *benzimento* atuam também na economia de uma comunidade, nas questões estéticas, sejam elas do corpo ou do ambiente, no direito, seja promovendo a “justiça ou a injustiça”. Dessa maneira, os *trabalhos* realizados por *curadores* e *benzedeiras* contribuem para a construção de uma sociedade, posso exemplificar isso percebendo o desenvolvimento da economia na busca pela cura de *pai véio*.

Quando *pai véio* não pode mais trabalhar com o rosto deformado, ele buscou um tratamento mais intenso, e buscou os *curadores* da comunidade para uma possível cura. As tias contam que *pai véio* se tratou com seu Pedro de Arruda, depois com dona Maria Perna-grossa, e por fim com seu Zé Munserrato. A cura era buscada a partir de *trabalhos* de *magias*, *benzimentos*, *banhos* e *garrafadas*. As tias contam que, o tratamento de *pai véio* com os dois primeiros curadores não tiveram bons resultados, já com seu Zé Munserrato *pai véio* se sentia bem, sentia alívio das dores, conseguia dormir e se alimentava. As tias e minha mãe contam que seu Zé Munserrato era um bom *curador*, elas falam que ele era um homem pequeno, preto, dos olhos grandes e conversador, vestia bombacha, cada dia de uma cor, vermelha, preta, branca, azul, verde, com botas até o joelho, e sempre estava com uma “capanga” a tira colo, espécie de bolsa, naquele tempo era normalmente feita de couro de boi e outros animais, conhecemos também pelos nomes

de “bocó”, “bornal” ou “embornal”. “Ele incorporava” afirmam elas, *incorporar* é fenômeno de transe que ocorre quando uma pessoa recebe em si uma entidade, um espírito.

As tias contam que seu Zé Munserrato fazia *trabalhos* em sua casa, e nesses *trabalhos* recebia espíritos que contavam o que os pacientes tinham, e falavam para seu Zé quais *remédios*, *banhos* ou *simpatias* que deveriam ser feitos para a cura da doença. Contudo, esses *trabalhos* não eram gratuitos, e é aqui que eu percebo os *trabalhos* dos *curadores* e *benzedadeiras* como uma troca, contribuindo para o desenvolvimento da economia na comunidade, cada *trabalho* realizado tinha um preço, não envolvia dinheiro, mas para cada *trabalho* se estipulava uma lata de banha, ou um porco, ou sacos de arroz, de feijão, de milho ou qualquer outra coisa que o *curador* estimasse naquele momento, dessa maneira o *trabalho* de *curadores* e *benzedadeiras*, assim como aponta Silva (2024), “Não se limita a um ato isolado de cura, mas se insere em uma rede complexa de relacionalidade...” (Silva, 2024, p. 50). Como podemos perceber essa relacionalidade envolve também questões econômicas.

A casa do *curador* funcionava quase como que um hospital, pois quando o tratamento era longo, os pacientes ficavam hospedados na casa dele, *pai véio* chegou a se hospedar na casa de seu Zé Munserrato, e nesse caso, a família do paciente era responsável pelo sustento da família do *curador*, enquanto durasse o tratamento. As tias contam que a família gastou muitas coisas com o tratamento de *pai véio*, gados, porcos, e outros víveres, mas seu Zé Munserrato não conseguiu curá-lo. Segundo os espíritos que *incorporavam* em Zé Munserrato, *pai véio* demorou para procurar a ajuda deles, quando foi, a pessoa que tinha feito o *feitiço* já havia morrido, e nessas condições o *trabalho* se tornara irreversível.

Não é necessário fazer aqui uma suspensão de juízo sobre as narrativas de minha mãe e tias, a tia Maci quando começou a contar sobre a enfermidade de *pai véio* ela disse: “você pode não acreditar meu filho, mas ele foi *arrumado*”, como filósofo de formação na graduação eu poderia suspender o juízo sobre esse assunto e dar continuidade com outros relatos, mas como antropólogo não o faço, e não é pela questão de aceitar ou negar, compreendo que essas narrativas se tratam da interação, ou seja, da relação mútua entre o mundo físico e o mundo para além do físico. Perceber essa interação do mundo físico com o não físico me permite não cair no pensamento binário, assim como propõe Cardoso e Head (2013), sobre opor realidade e imaginário, verdade e engano, racional e irracional, pensamento binário que segundo esses autores, assombram antropólogos quando se trata

de questões da *magia, espíritos e feitiçaria*. O relato das tias e da minha mãe sobre a origem da doença de *pai véio*, a busca pela cura e o resultado final anunciado pelos espíritos que *incorporavam* em seu Zé Munserrato, nos mostram com clareza, a relação entre os seres humanos com seres para além de humanos, essa relação com os espíritos, seja nos *trabalhos* para colocar a enfermidade, seja na realização de *trabalhos* pela cura ou em uma decisão vinda dos próprios espíritos de que uma cura não é mais possível, e isso ser aceito pelo ser humano, é vivenciar a multiplicidade no mundo e a possibilidade do *ser* dos espíritos no mundo *real*, de forma que esses espíritos se tornam atores de suas próprias constituições, no caso de *pai véio* enfermado-o, aliviando as dores e decidindo que para ele não havia cura definitiva. É nessa perspectiva que Silva (2024) explorando questões do *benzimento* afirma.

É nesse contexto que a arte de viver e cuidar transcende seu significado físico e biológico, expandindo-se para uma relação mais abrangente com o ecossistema. Isso inclui interações com plantas, vegetais, as fases lunares, santos e seres da floresta. A benzeção, portanto, não se limita a um ato isolado de cura, mas se insere em uma rede complexa de relacionalidade, constituída por diferentes imanências, perigos e potencialidades. (Silva, 2024, p. 50).

Varjão, apesar de não ocupar um espaço físico acessível hoje, o modo de ser construído naquele lugar ainda ecoa, de modo que o saber fazer ensinado por *mãe véia* e *pai véio* fazem parte da vida da tia Maci, da tia Juví e de dona Chica, elas plantam ramas de mandioca, milho. Criam galinhas, porcos, vacas. Se curam com plantas medicinais e *benzimentos*. Em uma visita na casa da tia Juví em abril de 2024, logo que chegamos, minha mãe contou que a minha sobrinha Any Vitória, estava com início de pneumonia, a tia Juví receitou fazer uma “queimada de costela de vaca e pena de angola torrada com um pingo de óleo de pau” e advertiu a minha mãe, “você já deveria ter feito, pois você tem todos esses ingredientes, quando eu estava com pneumonia você me deu os ingredientes, eu fiz a queimada e fiquei boa”. Observo nas tias e na minha mãe, que o que aprenderam desde o Varjão, pode ser entendido como um viver multiespécies, fisicamente Varjão deixou de existir, mas elas continuam a apresentar as suas performances aprendidas naquela comunidade, vivendo em harmonia com a terra, com a mata, com as plantas, com os animais, com os espíritos, esse modo de viver é o mesmo que Anna Tsing (2019) chama de “biologias substantivistas”, é um modo de vida que leva em consideração a paisagem como uma protagonista, elas demonstram na prática que são apenas parte nessa relação entre as muitas espécies, e nos ensinam que somos dependentes das criações e plantações, tanto que o terreiro (quintal) é uma extensão da casa, se colocar

como parte entre as espécies é ter um viver humano, mais que humano e para além de humano, assunto que será abordado com maior amplitude no capítulo três dessa dissertação.

Foto 13 – Lago de Manso, Comunidade Barra do Bom Jardim, Rio Quilombo



Arquivo pessoal, 2025

A barragem construída no Rio Manso alagou muitas hectares de terra no município de Chapada dos Guimarães, inundando comunidades inteiras como a do Varjão, segundo dados de Furnas Centrais Elétricas S/A a Barragem de Manso tem uma bacia hidrográfica de 9.365 Km<sup>2</sup>, e 427 Km<sup>2</sup> de área inundada, vários foram os impactos sociais e ambientais causados por essa construção em Chapada dos Guimarães, a barragem silenciou rios, córregos matas e cerrados, pessoas foram removidas de seus lugares de origens e muitas delas ainda não receberam nenhuma indenização. As águas de Manso não inundaram o modo de ser das minhas tias e nem da minha mãe, considero o alagamento de manso como um desastre, não natural, mas daqueles provocados por seres humanos com falta de responsabilidade para com todos os outros seres, esse desastre é resultado de um modo de agir em que tudo na terra são coisa para serem exploradas. Hans Jonas (2006, p. 47) propõe que: “aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a terra”. Usinas hidrelétricas com certeza não trazem autenticidade para a vida humana e nem para outras espécies, contudo o modo multiespécie de viver dos quilombolas em Chapada dos Guimarães está contornando esse desastre.

## 1.2 Cachoeira Rica (Peba)



Foto 14 – Fecho do Morro



Arquivo pessoal, 2024.

O trajeto atual mais rápido da zona urbana de Chapada para o Peba passa pelo fecho do morro, os moradores mais antigos dizem que o fecho do morro é a habitação da “mãe do ouro”, muitos afirmam ter visto ela, aparece em forma de labaredas de fogo e logo some entre as rochas da serra, há relatos também de ter nessa região do fecho do morro muitos *enterros*, que segundo estórias são tesouros guardados há muitos anos e os espíritos revelam o local para determinada pessoa, minha mãe afirma que um *enterro* foi dado a um primo de meu pai.

**Dona Chica:** Um espírito apareceu para Belarmino, primo de seu pai, e mostrou para ele o lugar que tinha um enterro (região do fecho do morro). Ele chamou seu pai para ir tirar o enterro, mas seu pai não quis, então ele chamou um homem que estava trabalhando com ele e foram, entraram na mata e encontraram o lugar que o espírito tinha mostrado, cavaram e encontraram um pote antigo de barro, ao tirar para fora o pote estava cheio de carvão, vieram apenas com o pote para casa, de noite o espírito apareceu para Belarmino e disse que todo o carvão era ouro, mas apareceu para eles como carvão porque o companheiro dele tinha a intenção de matar ele para ficar com o enterro sozinho.

Vemos novamente, a partir desse relato a interação existente entre o ser humano com seres para além de humanos, na história de *pai véio* se vê uma relação em que os espíritos colocam a enfermidade, aliviam as dores e decidem não oferecer uma cura definitiva, nessa história de Belarmino, percebemos um espírito concedendo uma possível fortuna e protegendo o Belarmino de um assassinato. Não podemos entender essa interação entre humanos e seres espirituais como uma simples relação entre espécies, o que ocorre de fato nessas interações, são relações entre os espíritos e as pessoas, e essas relações têm sentidos na vida delas, isso implica na forma como o meu povo vê e pensa o mundo, várias expressões são corriqueiras tais como, “a mata está quieta”, “o rio está

bravo”. Não são expressões sem significados, entendemos que as plantas, matas, rios, animais, e espíritos agem, e nós seres humanos juntos com todos esses seres, fabricamos o mundo em que vivemos.

A comunidade Cachoeira Rica descrita por dona Rolinha tinha um desenvolvimento social diferente do Varjão descrito por minha mãe, tia Juví e tia Maci, é possível atribuir como um dos fenômenos dessa diferença a extração de diamantes na região do Peba, nas primeiras décadas do século XX essas terras ricas em diamantes aparecem nos relatos com limites, ou seja, tinham “donos”, havia mercado na região, loja de roupas, uma mini usina que gerava eletricidade dentro da comunidade, uma pista para pouso de avião de porte pequeno, e o que aparece com muita frequência nos relatos também é, “naquele tempo no Peba tinha até cabaré”, há relatos de que houve até três mil garimpeiros em Cachoeira Rica, vindos de várias partes do país no auge do garimpo na década de 1930. Quando dona Rolinha fala que a sua mãe foi “criada” de Firmo Vieira, é possível perceber que em Cachoeira Rica tinham “coronéis”, algo corriqueiro no interior do país no início do século passado. A Nota Técnica produzida por Lourenço (2018) confirma o relato de dona Rolinha a partir da fala de um fazendeiro que está de posse de parte do território requerido pelos quilombolas do Ribeirão do Itambé, o relato diz.

No discurso de Jeovah Feliciano de Souza, durante a audiência pública, as duas famílias teriam recebido um documento emitido pelo império, provavelmente carta de sesmarias entre os anos de 1880 e 1890, como pagamento pelos seus “relevantes serviços prestados” ao império. As duas famílias tiveram a “posse” das terras até 1935, quando o garimpo estava no auge da exploração, de ouro e diamante. Nesse período, Cipriano Agostinho Curvo, foi nomeado prefeito do município de Chapada dos Guimarães, e teria adquirido aproximadamente 8.000 hectares junto ao Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT). Cipriano era “compadre” de Firmo Vieira de Azevedo e adquiriu as terras de Correia de Melo e da família Vieira de Azevedo, instalando ali o garimpo do Peba com a presença de muitos empregados que trabalhavam para os donos de garimpo. (Lourenço, 2018, p. 12).

Esse tipo de relato dos antagonistas dos quilombolas em Itambé, reafirmam as histórias contadas pelos parentes, de que os garimpos tinham “donos”, e não eram os descendentes dos antigos escravizados, ao contrário, as histórias dos descendentes contam que muitos deles trabalhavam no garimpo para os “donos das terras”, e são histórias com diversos tipos de abusos. Contudo, o que me chama a atenção é o modo de vida escolhido por esses parentes para viver a vida, longe de mim e principalmente por ser quilombola também, descendente de Itambé e do Cambambi, romantizar o sofrimento dos *troncos*

*velhos*, mas também não quero escrever sobre a escravidão e nem sobre os trabalhos análogos a escravidão, pois muitos já assim fizeram e conhecemos bem a história.

O modo como os parentes resistiram as transformações causadas pela prática do garimpo no Peba, é o que me chama a atenção. Narrativas apontam que a primeira fase do garimpo foi na década de 1930, desde então sempre tem alguém lavando cascalho na comunidade. Na década de 1960 aconteceu a segunda fase, essas duas com o garimpo manual, a partir de 2000 uma mineradora se instalou dentro da comunidade, extraíndo diamantes com toda a tecnologia possível. As escavações manuais com os garimpeiros como as realizadas por máquinas com a mineradora para encontrar o cascalho, produziram alterações na paisagem da comunidade, muitas espécies de plantas medicinais e comestíveis, desapareceram junto com o barranco *desmontado*. *Desmontar* o barranco significa tirar todo o material que está em cima do cascalho, as planas são descartadas, a areia ou o barro é transportado para outro lugar ou roda na água para o rio o que ocasiona outro problema, pois com a areia que roda do garimpo os rios ficam assoreados. Basta dar uma volta próxima aos rios, nos fundos das casas em Cachoeira Rica que é possível ver os montes de pedras e de cascalhos lavados, como também os enormes buracos das escavações.

Uma área depois de garimpada pouco se aproveita, fica inapropriada para o plantio, pois no processo, todo o material orgânico com as propriedades ideais para plantar e fazer uma boa colheita é retirada, o espaço fica na piçarra, é como os garimpeiros chama a argila a baixo do cascalho, e em volta os montes de pedras e de cascalho lavado. As fotos 15, 16, 17, 18 e 19, mostram áreas degradadas pelos garimpos em Cachoeira Rica.

Foto 15 – Área degradada por garimpo manual



Arquivo pessoal, 2024.

Foto 16 – Área degradada por garimpo manual



Arquivo pessoal, 2024.

Essas duas imagens mostram a impossibilidade de realizar plantio na área após o garimpo, pois ficaram os buracos, ou os montes de cascalhos, as áreas das fotos 15 e 16, foram trabalhadas a mais de 30 anos, e se encontram assim, inabitadas pelos seres humanos.

As fotografias a seguir mostraram áreas degradadas pela mineradora, que continuam inabitadas até o momento.

Foto 17 – Área degradada pela mineradora



Arquivo pessoal, 2024.

Foto 18 – Área degradada pela mineradora



Arquivo pessoal, 2024.

Foto 19 – Cascalhos lavado pela mineradora



Arquivo pessoal, 2024.

É possível afirmar que na comunidade Cachoeira Rica existia o que se pode chamar de famílias representantes da oligarquia rural, com “senhores donos das terras” se beneficiando dos trabalhos de descendentes de pessoas escravizadas. O sistema que empregava a mão de obra da população quilombola era chamado de “meeiro”, os que trabalhavam em roças tinham que dividir a colheita com esses “donos de terras”, os que trabalhavam no garimpo dividiam o valor do diamante. Contudo, tanto os que trabalhavam em roças como os que trabalhavam em garimpos, recebiam no final apenas o mínimo para se manterem. Mas os parentes no Itambé, na comunidade do Peba resistiram às transformações na paisagem, a perda de plantas e animais, o assoreamento dos rios, ao sistema oligárquico, resistiu às disputas que havia pelos barrancos<sup>4</sup>, resistiram

---

<sup>4</sup> Barranco é o nome que se dá há alguns metros de chão, onde o garimpeiro trabalha para encontrar o cascalho.

as disputas por homens e mulheres, pois no auge do garimpo em Cachoeira Rica, muitos homens e mulheres morreram em brigas por ciúmes. Dona Rolinha conta que saiu da comunidade porque o seu marido era capangueiro e foi morto após uma briga por causa de uma mulher. Capangueiro era a pessoa responsável para comprar o diamante dos garimpeiros para os “donos do garimpo”, a comunidade resistiu aos trabalhos exaustivos.

Posso afirmar que tudo isso que acabei de citar são como desastres e a comunidade no Peba é sobrevivente, e sobreviveram vivendo, se reinventando. Apesar de haver tal oligarquia com um “poder centralizador” associado ao Estado, os parentes tinham ações para resistirem, atribuo essa resistência ao modo de vida que levou à permanência do povo, um modo de vida afro-indígena que os parentes aprenderam com seus *ancestrais*, um modo de vida que envolve a arte, a política e a fé.

Quando falo da arte como forma de resistência em Cachoeira Rica, não me refiro a arte pensada em determinadas correntes filosóficas que leva a contemplação do belo. Não me refiro ao pensamento kantiano, principalmente em questões universais sobre a estética, pois Kant (1995) apresenta o belo sem conceito e como um objeto de satisfação universal<sup>5</sup>.

O modo de resistência pela arte, e entende-se por arte nessa dissertação, o processo de construir e fabricar coisas em Cachoeira Rica, antagoniza tanto a faculdade de julgar estética como a faculdade de julgar teleológica kantiana. Do ponto de vista antropológico,

---

<sup>5</sup> O filósofo pensa na existência de uma “ponte” entre o mundo físico mecânico construído pelo entendimento, e o mundo em si transcendental construído pela razão, essa “ponte” permite ao mundo a compreensão da liberdade, para melhor entendimento do assunto o autor trabalha com o conceito de finalidade, conceito oriundo da faculdade de julgar e que faz a ligação entre a razão e o entendimento. A crítica do juízo se divide em crítica da faculdade de julgar estética, e a crítica da faculdade de julgar teleológica. O juízo estético ou do gosto tem por objeto o belo, e segundo o autor é o que condiciona o ser humano ao prazer, Kant argumenta que esse ser belo é universal por ser uma satisfação desinteressada, assim, não é um prazer particular, mas que busca uma aprovação de todos, o desinteresse leva em consideração a seguinte observação, não importa quem e como foi feito o objeto, importa a sua beleza, o juízo estético não olha para o criador, mas para o objeto em si. O juízo teleológico tem por objeto a finalidade dos seres naturais organizados, essa finalidade é um objeto da faculdade de julgar para uso reflexivo da natureza como feita por nós. Kant explica que de forma universal o todo está em uma relação casual com as partes e em reciprocidade, nesse sentido os seres existem como um meio e fim uns para os outros, sendo que o ser humano aparece como um ser último da natureza por se organizar culturalmente e ser absolutamente moral. Assim a estética em Kant é vista a partir de uma dimensão mental e subjetiva, sendo universal e necessária.

observo que a maneira de viver dos mais velhos no Pebá era acompanhada de uma grande quantidade de produções artísticas em formas de objetos de caça, de pesca, objetos para fazeres cotidiano, ou para descansar, essa forma de pensar o modo de vida dos meus parentes antigos como resistência pela arte, dialoga com o que Els Lagrou (2009), argumenta sobre a arte indígena no Brasil: “A obra de arte, portanto, não serve somente para ser contemplada na pura beleza e harmonia das suas formas, ela age sobre as pessoas, produzindo reações cognitivas diversas”, (Lagrou, 2009, p. 12). Esse pensamento nos leva ao entendimento que a arte pensada fora daquilo que algumas correntes filosóficas estabeleceram, nesse caso, para povos com ancestralidades indígenas e africanas não está desassociada das atividades diárias, julgamentos, modo de ser. Els Lagrou ainda afirma.

Pois muitos artefatos e grafismos que marcam o estilo de diferentes grupos indígenas são materializações densas de complexas redes de interações que supõem conjuntos de significados, ou, como diria Gell, que levam a abduções, inferências com relação a intenções e ações de outros agentes. São objetos que condensam ações, relações, emoções e sentidos, porque é através dos artefatos que as pessoas agem, se relacionam, se produzem e existem no mundo. (Lagrou, 2009, p. 13).

A vida era sofrida, me lembro de acompanhar a equipe técnica na realização de entrevistas em Cachoeira Rica em 2015, para a construção do laudo antropológico do nosso território, em um dos diálogos ouvi dona Marinha, que naquele período estava com aproximadamente 90 anos, uma senhora nascida e criada em Cachoeira Rica, ela disse em sua entrevista que chegou a trabalhar para os “donos das terras” em Cachoeira Rica por um quilo de farinha, é possível que ela não comeu somente a farinha, meus parentes mais velhos construía com frequência uma armadilha para pegar peixes, chamamos de *juquiá*, uma espécie de balaio feito com taquaras ou da casca do talo do buriti, é uma técnica parecida com a construção do *apá*<sup>6</sup> que é de origem indígena, mas que aprendemos a fazer e utilizar para selecionar grãos, sendo que o *apá* é aberto e o *juquiá* é fechado, faziam também a *choça* e o *lacero* duas armadilha para pegar pássaros e pequenos animais. Essas produções que estou chamando de artísticas, tinham finalidades, não de serem contempladas como algo belo, ou de transcenderem para além do que eram, entendo as finalidades dessas produções assim como Els Lagrou entende a arte de povos não ocidentais ao afirmar que, “A forma não precisa ser bela, nem precisa representar

---

<sup>6</sup> Na foto 9, ver página 26, estou com Dona Rolinha em sua casa, nessa foto aparece um *apá* antigo entre mim e ela, que Dona Rolinha guarda como lembrança do tempo em que vivia na comunidade Cachoeira Rica, mas não somente como lembrança, pois ela utiliza esse objeto para secar sementes, folhas e cascas para fazer remédios. Para os Halíti/Parecí, *apá* é um nome atribuído às cestas.

uma realidade além dela mesma, ela age sobre o mundo a sua maneira e surte efeitos. Deste modo ela ajuda a fabricar o mundo no qual vivemos”, (Lagrou, 2009, p. 31).

Não é um equívoco pensar que dona Mariinha utilizou algum tipo de saber, podendo ser a partir da construção de alguma arte para capturar algum animal seja ave, peixe ou outros, e complementar a farinha que conquistou com a exploração da sua mão de obra. Contradizendo a estética como uma categoria transcultural, Joana Overing (1996) discorre sobre a arte para o povo Piaroa na Amazonia e contribui para a compreensão que a arte produzida por meus parentes no Pebá, ainda que para muitos são apenas artefatos, vai para além da ideia da pura contemplação. Overing afirma que há uma diferença entre a arte pensada no Ocidente, sendo colocada como um pensamento modernista, com a arte em povos não afetados com o pensamento ocidental, segundo ela, Immanuel Kant contribuiu significativamente para que o pensamento modernista entendesse de forma distinta o julgar a estética, a ciência e a moral. Dessa forma a estética acaba sendo uma pura contemplação onde o belo é subjetivo e universal, em contrapartida a arte de outros povos, como os Piaroa são ligadas diretamente com o tecido social, arrisco especular que as produções dos meus parentes antigos são de cunhos artísticos, e como especulação, tenho percebido que os objetos artísticos produzidos por eles em Cachoeira Rica contribuíram para a resistência e sobrevivência do nosso povo.

Foto 20 – Dona Mariinha em sua residência na Comunidade do Pebá



Crédito da fotografia: Sonia R. Lourenço, 19/09/2015.

Passo agora da arte para a política. Ao considerar no modo de vida de meus parentes mais velhos em Cachoeira Rica algumas ações como atos políticos, e entender isso como um modo de resistência que contribuiu para a continuidade da nossa existência, não estou pensando na política enquanto um sistema governamental, mas uma política como um ato social que faz e que continua a fazer o social em uma comunidade como o Peba.

A fala de dona Rolinha (p. 24) de que “as famílias que viviam lá eram pobres, mas tinham união”, e em seguida ao mencionar as relações de troca, podem ser entendidas como atos políticos, pois é possível perceber nessas trocas, relações de poder que desafiavam as “autoridades” dos “donos das terras” e colocam os descendentes dos antigos escravizados como agentes sociais políticos. Nesse sentido, em uma análise antropológica é possível evidenciar que a política realizada por meus parentes em Cachoeira Rica, é uma política sem partido, sem contratos, sem estado, era e continua sendo eficaz, política que contribuiu para a continuidade da descendência. Se aprende com o pensamento ocidental que a sociedade necessita de um órgão regulamentador, assim, muitos filósofos escreveram sobre a política, com teorias defendendo o absolutismo assim como Thomas Hobbes, outros defendendo a democracia não tão democrática como a de Aristóteles, ou assim como Rousseau defendendo um contrato social para que se construísse uma sociedade “justa”.

Meus parentes em Cachoeira Rica sem as formulações de contratos, sem convenções, agiam de forma inteligente, pois ao trocarem caças, peixes, galinhas, porcos, vacas, ao compartilharem saberes para o plantio, para a colheita, para as construções, para a cura, ao promoverem os *muxiruns*... Praticavam literalmente ações políticas de dar, de receber de volta, ações de reciprocidade. Uma vez que essas ações não eram a partir de um contrato, não foram discutidas em convenções, não significam que elas não tivessem uma lógica, as trocas não podem ser entendidas simplesmente como um ato de presentear, entendo como um ato político que envolve uma questão moral de um modo de existência, Marcel Mauss (2003) nos ajuda a entender as trocas observando que na Polinésia elas aconteciam de forma aparentemente voluntária, mas com caráter obrigatório e essa ação cria a obrigação de retribuir. A perspectiva de Marcel Mauss sobre a dádiva, me permite compreender as trocas em Cachoeira Rica no sentido político de acesso aos recursos “das famílias pobres” como são colocadas por dona Rolinha. Essas famílias na rede de relações de reciprocidade, são agentes políticos que promovem e contribuem com suas ações para a existência e a permanência do quilombo em Cachoeira Rica. Essas ações políticas

contribuíram e continuam a contribuir como uma forma de resistência em nossa comunidade. No capítulo 2, voltarei a falar sobre a política em Cachoeira Rica, com o termo política de quilombo.

Da política para as questões relacionadas a fé. falar sobre fé envolve diretamente duas questões, crenças no sobrenatural e religião, essas crenças e/ou a religião como resultado daquilo que se crê, pode ser entendida como uma forma de resistência que contribuiu para a continuidade da descendência no quilombo Ribeirão do Itambé na comunidade Cachoeira Rica. Os parentes do Ribeirão do Itambé atualmente estão vinculados em várias religiões, tanto entre os que estão nas comunidades como os que estão fora, alguns realizam trabalhos oriundos das religiões de matriz africana, outros são católicos, uma parte evangélica e tem os que não fazem parte de nem uma delas. Eu fui criado e ensinado a ter devoções em determinados Santos de um catolicismo popular, uma tradição que ainda permanece na família, como mostra a foto 21.

Foto 21 – de chapéu está tia Joanica, no meio tia Dunga e eu, na comunidade Biquinha



Arquivo pessoal, 2019.

Na foto acima minhas tias estão preparando o mastro de São José, Nossa Senhora do Bom Despacho e de São Benedito para a festa que a minha tia avó Josefa Sabina Dias realiza a mais de 50 anos na comunidade Biquinha próximo ao Peba, em festas assim que meu pai oriundo do quilombo Ribeirão do Itambé conheceu a minha mãe nascida no quilombo do Morro do Cambambi se conheceram e, se casaram.

Nos tempos mais antigos não tinham templos e nem uma ordem religiosa predominante na comunidade, mas os parentes antigos tinham um modo de vida voltadas

também para práticas que entendemos como religiosas, essas práticas contribuíram para a continuidade dos descendentes do quilombo na Cachoeira Rica e outras comunidades em territórios quilombolas em Chapada dos Guimarães. Lourenço e Da Silva (2016) descrevem um diálogo que pode nos fazer entender melhor essas questões sobre a ação de crer e praticar a fé, Madalena e dona Vanilde da comunidade Lagoinha de Cima ao responder uma pergunta de uma das pesquisadoras deixa claro um modo de crer em um quilombo.

Intrigada com a ausência de um templo religioso em Lagoinha de Cima, me questionava sobre as razões de tal situação e, durante uma entrevista, incomodada com o silêncio que insistia em reaparecer, lancei uma pergunta à Dona Vanilde: “Vocês têm alguma igreja aqui?” Ao que ela respondeu com um olhar reticente: “Não aqui não tem, já até pensamos em construir. mas o padre às vezes aparece aí, faz uma reza, como diz, uma missa, né?”. O silêncio retomou seu lugar no diálogo, e percebi que a pergunta lhe causou certo constrangimento. Madalena, sua nora, acrescentou em tom justificativo: “Mas a gente acredita em santo, Dona Vanilde conta que tinha bastante festa de santo aqui, no tempo dos antigos”. Dona Vanilde, interlocutora fundamental à elaboração deste trabalho, já havia contado sobre as festas de santo do “tempo dos antigos”, no entanto, a questão feita por mim deu ênfase a algo não enfatizado por elas. A expressão de Madalena soou como uma resposta ao que imaginava ser para mim um signo de religiosidade: a existência de uma igreja. (Lourenço e Da Silva, 2016, p. 74, 75).

Meus parentes antigos em Cachoeira Rica, assim como já afirmei mesmo sem templos/igrejas viviam uma crença a partir de uma religiosidade popular, eram devotos a santos realizando rezas e festas, *benziam* e eram *benzidos*, realizavam *trabalhos de arrumações*.

Assim, confirmo que o modo de vida que envolve a arte, a política e as questões relacionadas a fé dos meus parentes antigo no Peba são modos de resistências, resistiram a escravidão, resistiram aos exploradores no período do garimpo, resistiram a mineradora, todos passaram e a comunidade está lá, decidiram não morrer, e assim, resistiram vivendo, quando digo que resistiram vivendo não quero romantizar todo o sofrimento que passaram, mas o que quero dizer é que apesar de todas as dificuldade decidiram viver, isso me lembra a fala de Quiceno Toro ao afirmar que.

La idea de vivir sabroso es potente en muchos sentidos. No es una meta ni una finalidad, sino un proceso, un hacer, un existir día a día. Vivir sabroso es algo que se realiza, pero que se agota, y por tanto, no deja de buscarse. En ese proceso están implicados varios agentes: los santos, los muertos, las plantas, los parientes, el monte y el río. El movimiento aparece como un mediador clave en la posibilidad de establecer el balance requerido por la vida. (Quiceno Toro, 2016, p. 23, 24).

Observo que meus parentes em Cachoeira Rica mesmo sendo colocados em constantes ameaças, por fazendeiros donos de garimpos, decidiram viver de um modo que leva em consideração os outros seres, com um modo de vida, político, religioso e como ousei especular, artístico também, modo de viver que envolve plantas, matas, rios e animais, fazendo parentes, alianças e orando aos ancestrais, consultando santos e outros espíritos, resistiram existindo dia após dia, me parece que o propósito é exatamente esse, viver o território.

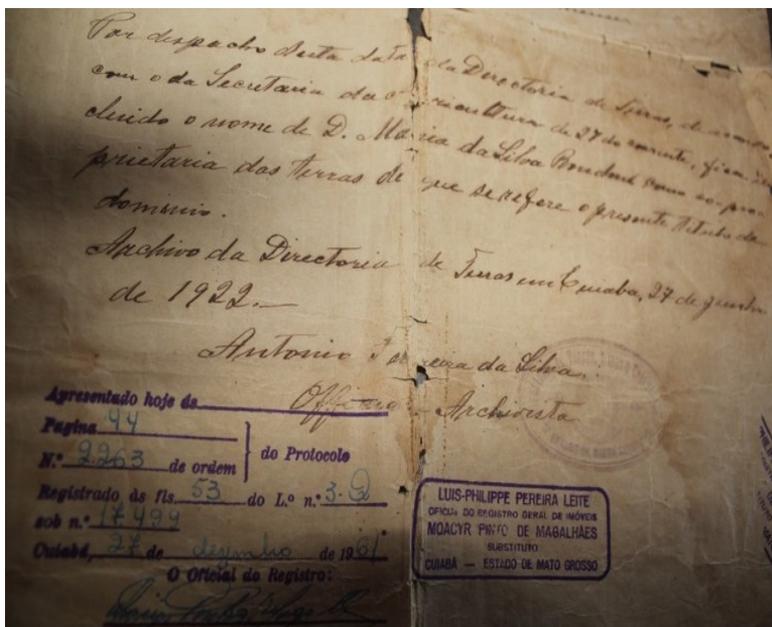
### **1.3 O Camundá**

O lugar chamado Camundá se refere a uma comunidade familiar dentro do território do quilombo do Ribeirão do Itambé, era próximo ao Peba, que por sua vez, está localizado à esquerda do rio Lagoinha, Camundá se localiza à direita do mesmo rio, e foi o local de nascimento de meu pai, Francisco Assis Rodrigues (falecido em junho de 1999) e de seus cinco primeiros filhos. O Camundá e o Varjão têm semelhanças e diferenças, ambas são comunidades familiares pertencentes a territórios quilombolas, famílias extensas habitavam aqueles espaços, tanto o Varjão como o Camundá existem apenas nas memórias dos seus descendentes, enquanto a Usina Hidrelétrica de Manso inundou a comunidade do Varjão, fazendeiros “inundaram” de bois e pastos a comunidade do Camundá. Não existe mais o Camundá como espaço físico habitado pelos descendentes dos antigos moradores que faziam aquela comunidade, cinco fazendeiros criam bois onde era a antiga comunidade.

Uma coisa interessante na diferença entre o Camundá e o Varjão diz respeito ao entendimento em cada comunidade sobre a questão de quem é dono da terra. Minha tia Maci ao relatar sobre o Varjão afirma que, “naquele tempo a terra não tinha dono”, e expliquei que essa afirmação significava que a terra não tinha um dono exclusivo. Em Varjão, tinham o entendimento de que a terra era um bem comum. Em Camundá o cenário era outro, já havia a construção do conceito de propriedade particular, com divisas, marcos e documentos. É possível afirmar que pelo fato do território em Ribeirão do Itambé ser rico em diamante, e a exploração proporcionar grandes lucros para os que se intitulavam donos, o princípio da terra como um bem comum foi descaracterizado logo no início do século XX. O entendimento da terra como um bem comum ficou mais restrito à família, de maneira que em Camundá o modo de viver eram com princípios comunitários como o *muxirum*, o trabalho coletivo fundado na troca, mas ao mesmo

tempo fora desse círculo familiar acontecia o comércio. Camundá é uma das poucas áreas no Ribeirão do Itambé que não foi explorada pelo garimpo, meus ancestrais paternos nunca se interessaram por essa prática.

Foto 22 – Documento do Camundá



Credito da fotografia: Sonia Regina Lourenço, 2015.

Esta fotografia mostra um documento antigo onde se encontra a área do Camundá, esse documento registra a partilha das terras entre os herdeiros de Hemenergilda Rosa Rondon que segundo o documento recebeu do governo da província de Mato Grosso em 1907, uma porção de terras nessa localidade que posteriormente se tornou uma comunidade familiar. Nos dias dos meus pais em Camundá, o local era bem afamado, meu avô Zé Rodrigues pai do meu pai, era cururueiro e tirador de São Gonçalo, assim, ele promovia as festas e rezas aos Santos e tocava a viola de cocho e cantava as suas *toadas*, o povo da região iam em Camundá festejar, como também convidava seu Zé Rodrigues para ir em suas festas cantar e tirar São Gonçalo, a *toada* são os versos cantados pelos cururueiros, e normalmente a construção de uma *toada* se tem uma história por traz, eu sei alguns fragmentos de *toadas* do meu avô através da minha mãe que sempre canta quando estamos juntos, segue três *toadas* de Zé Rodrigues cantado por dona Chica.

**Dona Chica:** Darão dã darão ô Diana, darão dã darão ô Diana, aonde nós encontrar eu pergunto como vai. Eu recebi seu recado, seja positivo a dizer, se você zangou comigo me desculpa. Aquela nossa amizade desse jeito vai ficar.

**Explicação:** Diana é um nome fictício de uma mulher que tinha ficado brava com seu Zé, e ele fez essa *toada* para se desculpar.

**Dona Chica:** Ô darão, darão dão, dão, ô darão, darão dão, dão. Fiquei alegre e satisfeito de minha filha ser festeira, tenha paciência comigo que eu também te quero bem, eu quero te dar um presente, um botão de branca e um galhinho de rosa e da.

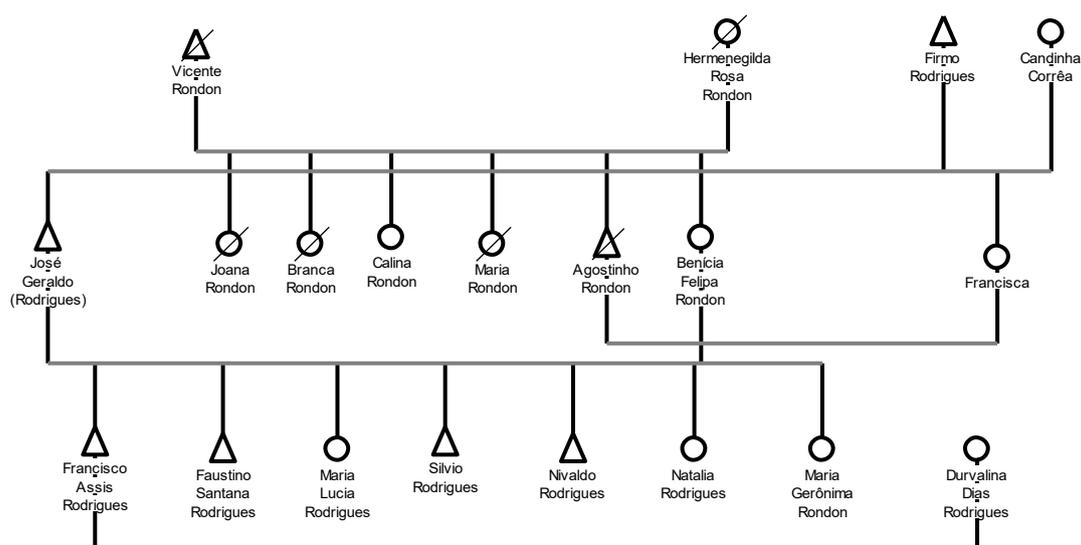
**Explicação:** Mamãe diz que o tio Zacarias dela colocou a Maria Lúcia filha de seu Zé Rodrigues como festeira na festa em sua casa, seu Zé Rodrigues em um ato de agradecimento contou essa *toada* na hora do cururu.

**Dona Chica:** Dão dão, dão da dão dão, dão dão dão, dão dão, quando cheguei em Campo Grande resolvi mandar lembranças pra vocês lembrar de mim. E quem tiver na boa vida não sorria de quem chora, mas é verdade.

**Explicação:** Essa toada foi feita enquanto seu Zé Rodrigues estava em tratamento em Campo Grande e com saudades dos parentes e de sua terra.

Camundá foi dividida pelos herdeiros de Hemenergilda, os quais constam no documento, Joana Rondon, Maria Rondon, Branca Rondon, Calina Rondon, Benícia Felipa Rondon essa é minha avó paterna e Agostinho Rondon, assim como mostra a genealogia 2.

Diagrama Genealógico 2 – Família Rondon/Rodrigues



Elaboração: Sabino Rodrigues, 2025.

Em Camundá moravam as filhas e o filho de Hemenergilda e Vicente, e quando Benícia Felipa se casou com José Rodrigues os seus irmãos com suas famílias vieram também morar em Camundá, são eles, Antônio Rodrigues e dona Bernardina, Sebastião Rodrigues e dona Ortilha, Fábio Rodrigues e dona Vicência, Luiz Rodrigues e dona Filomena, e dona Francisca Rodrigues que se casou com Agostinho Rondon. A minha avó Benícia é irmã de Agostinho e meu avô José é irmão de Francisca, um casal de irmãos Rodrigues se casou com um casal de irmãos Rondon. Os meus parentes paternos em Camundá viviam do plantio de roça, criação de gado, caça, pesca e do comércio desses produtos, meu tio Faustino relata que.

**Faustino:** Toda a vida trabalhamos com lavoura, com roça de toco, nós plantávamos muito, tanto para despesa como para vender... Eu, seu pai meu irmão e os outros irmãos já éramos casados, mas primeiro nós fazíamos a roça de papai, aquela roça grande que ir dar pra despesa dele e para vender, e depois cada um fazia a sua roça, e papai também tinha pessoas que trabalhava direto

com ele, toda etapa de serviço pra nós era depois que fizesse a de papai, a derrubada, o plantio, a limpa, a colheita... meu pai era analfabeto, não sabia ler e nem escrever, mas era um bom negociante.

**Pesquisador:** Tio, como era feito a negociação, onde e para quem era vendido?

**Faustino:** Da colheita da roça, papai tirava a despesa e depois vendia para Renato Curvo que na época era dono do garimpo no Peba e tinha armazém e vendia mantimento para os garimpeiros, papai vendia gado também para Renato Curvo matar e vender no garimpo.

Esse comércio realizado pelo meu avô Zé Rodrigues não pode ser entendido com o modo de comercialização na atualidade, pelos relatos o propósito era a subsistência, pois se vendiam para comprar aquilo que não produziam, dessa forma o comércio não tinha o interesse do lucro em si, e nem ao acúmulo de bens. A vida no Camundá será mais discutida no capítulo dois com o **Itinerário de Dona Chica**.

## CAPÍTULO 2

### Itinerário de Dona Chica

Quantas vezes ao formar aquele temporal de chuva, eu me sentava no batente da porta da sala e olhava para o rumo daqui ó (aponta para o rumo do Camundá), e me lembrava como éramos felizes, lembrava de toda a família, das plantações e criações, do modo de vida que tínhamos aqui, lembrava das crianças pequenas brincando. (Dona Chica, 31/05/2024).

Nesse momento, dona Chica parou de falar e chorou, não vejo expressão mais profunda para entender o significado de ter que sair do território ao qual pertence, quando ela chorou nesse momento, pausei a gravação e disse algumas palavras tentando confortá-la, esse é aquele momento em que o pesquisador sai de cena, vesti a roupa de filho e com um abraço disse para a minha mãe que estava tudo bem. Ela estava se referindo ao tempo quando saíram do território e estava morando na zona urbana do município de Chapada dos Guimarães.

Em 1986, a zona urbana de Chapada dos Guimarães, tinha ainda um aspecto rural, porém para minha mãe, a saída do território era inimaginável, e quando isso ocorreu ela se sentiu sem chão. Dona Chica é uma pessoa que nunca aceitou morar fora do território. Durvalina Dias Rodrigues, popularmente conhecida como dona Chica, hoje significa uma das “colunas” para o quilombo Ribeirão do Itambé e para o processo de regularização desse território. Ela nasceu na comunidade Varjão no território do quilombo Morro do Cambambi, e nesse capítulo acompanharemos o percurso de dona Chica do Varjão até os dias atuais em Ribeirão do Itambé.

#### 2.1 A Infância, Varjão e Biquinha

Percebi rápido que ao realizar pesquisa em casa eu não seria visto somente como pesquisador, em meu caso sou o sobrinho, o primo, o tio, o irmão, o filho, o pai, o esposo, um ser compósito, parte de outros (Strathern 2014), isso me fez sentir mais confortável na realização da pesquisa. Todavia, não sendo somente pesquisador não foi possível também chegar na comunidade e focar somente na pesquisa, então aproveitei cada momento que poderia conversar sobre os temas pesquisado. Um dia na casa da minha mãe, me levantei bem cedinho para ajudar um dos meus irmãos, o Jurandir, a fazer uma cerca, trabalhamos até às 9h quando mamãe chamou para o *quebra-torto*. Em nossa comunidade, temos o costume de tomar um café pela manhã, e é somente o café, para

logo começar a trabalhar, no sítio sempre tem alguma coisa para fazer, nunca falta trabalho, por volta das 9h o *quebra-torto* fica pronto e então se faz uma pausa para comer. Muitas vezes, o *quebra-torto* é feito da hora, comida mesmo. Nesse dia quando a minha mãe nos chamou para o *quebra-torto*, enquanto estávamos a mesa, e ela *lutando* com um frango para o almoço, disse para ela nos contar um pouco sobre a sua infância, que prontamente começou a discorrer.

**Dona Chica:** Nascemos e fomos criados no Varjão, eu meus irmãos e primos, minha mãe é de lá também, avós e bisavós foram nascidos criados e enterrados lá nesse lugar. Varjão era um lugar na beira do rio Quilombo, lá para baixo onde o Quilombo encontrava com o rio da Casca, lá eu morei até quando eu era menina assim oh, grandinha já, e então fomos subindo o rio até que chegamos na Biquinha, e nos instalamos ali, eu nunca tive a oportunidade de estudar, naquele tempo não tinha escola para aquelas bandas, então não estudei, minha vida foi trabalhar em roça, meu avô *pai veio*, e minha avó *mãe veia* que me criou e criou todos os outros netos também, eram doentes, então desde de cedo nós tivemos que trabalhar para ajudar no sustento da família...

Dona Chica descreve o Varjão como um local de fartura, ela diz que a comunidade tinha esse nome por ser um local banhado de muitas águas, “Varjão era como o pantanal meu filho”, tinha muita mata, lagoas, viviam da caça, da pesca e da agricultura, pois a terra era boa para o plantio, diz ainda que criavam vaca, porco, galinhas e tinham muitos ovos, leite e queijos, realmente uma narrativa que nos leva a entender que tinham uma vida com muita fartura. Minha família materna teve a experiência de ocupar um território compartilhado, minha tia Maci afirmou que “naquele tempo a terra não tinha dono” uma afirmação com o significado de que a terra onde habitavam era entendida como um bem para uso comum. Minha mãe diz que moravam no Varjão e em um determinado momento foram subindo o rio, o Quilombo, esse deslocamento não aconteceu uma única vez, normalmente as casas eram fixas, mas as roças mudavam. Nas roças tinham casas também, assim, viviam em movimento, como dona Chica falou: “fomos subindo o rio”. Um movimento necessário para a manutenção da família, pois a terra de cultivo com o tempo de uso se enfraquecia afirma a minha mãe, então era necessário buscar por outro espaço para novas roças, deixando o lugar anterior se recuperando. Maria José interlocutora de Silva (2024), no Morro do Cambambi faz o mesmo relato sobre os deslocamentos da roça para casa e para outros lugares para deixar a terra descansar, Silva diz que; “Ela costumava passar meses fora de casa, enquanto as crianças se cuidavam mutuamente até o retorno dela. Além disso, ficavam em uma terra boa para o cultivo por três anos seguidos, depois tinha que deixar a terra descansar” (Silva, 2024, p. 106).

Esses deslocamentos realizados pela minha família materna no Varjão se assemelham às mudanças e viagens realizadas pelos moradores do Médio Atrato do norte da Colômbia como mostra Quiceno Toro (2016), atividades que criam cidades, fazem parentes, estabelecem relações, e para esse povo o território é criado pelo movimento, pois são com as mudanças, com as viagens que as cidades e famílias são constituídas. Essas famílias não são construídas somente por consanguinidade, porque os deslocamentos deixam ramos familiares espalhados, famílias que criam laços sociais pelas negociações, não é algo dado, e esses laços são construções, são alianças de parentescos que criam sentimento de pertencimento e resistências, hoje percebo que o movimento dos meus *troncos velhos* me permite ter parente por todo o município de Chapada dos Guimarães, em cada comunidade rural e na zona urbana do município tenho um familiar afins, por laços religiosos de batismo, de fogueira, de pacto, familiar do coração e por consanguinidade, enfim, uma rede de parentesco que se espalha pelo município.

Dona Chica nasceu em 1956, filha de Calina Sabina Dias e de Manoel Benedito de Alvarenga, foi criada pelos avós maternos pois Calina faleceu em trabalho de parto junto com o bebê, e o pai Manoel deixou dona Chica, que tinha aproximadamente dois anos de idade e seus irmãos, com a responsabilidade dos avós. Dona Chica ressalta que foi nascida e criada no Varjão, e tudo o que conhecemos dessa parte do território do quilombo do Morro do Cambambi é através das memórias de algumas pessoas que viviam naquela região antes do alagamento. Dona Chica ainda adolescente, saiu definitivamente do Varjão com a sua família, foram subindo o rio Quilombo e se instalaram na comunidade Biquinha onde já morava uma tia-avó minha, Josefa Sabina Dias que é filha de *mãe véia* e *pai véio*. Logo, a Biquinha se tornou uma comunidade familiar também, dona Chica seus irmãos e primos, chamados de *irmandade*, continuaram levando uma vida dura de trabalho, desde cedo, ela sempre trabalhou na roça para ajudar no sustento da família, ela foi uma pessoa sem acesso à educação escolar, porém muito bem educada pela vida, pela família, pelas tradições, de maneira que aprendeu e ensinou aos filhos um modo simples e respeitoso de ver e viver no mundo.

A Biquinha é uma comunidade próxima ao Camundá, é onde os quilombos Ribeirão do Itambé e Morro do Cambambi se encontram, assim os moradores de uma comunidade sempre estavam presentes nas outras para festejar, para os *muxiruns*, encontros que formavam alianças familiares, votos eram firmados e surgiam os padrinhos, afilhados e compadres. A minha mãe, os seus irmãos e primos se casaram na Biquinha, a maioria ficou morando ali mesmo, outros saíram, a minha tia Juví se casou e

foi morar no Buritizinho, a minha mãe se casou e foi morar no Camundá, mas os encontros permaneceram ali na Biquinha, afinal *pai véio* e *mãe véia* estavam ali e a maioria dos parentes também.

Foto 23 – Na Biquinha, Duas Irmãs uma Prima e seus Filhos



Acervo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

Da esquerda para a direita está a minha tia Juví, a minha mãe dona Chica e a minha tia Dunga, e os primeiros filhos da tia Juví, o Paulo, Biraci, Silvestre e Rosangela e da minha mãe, o Jurandir, Júlio Cesar, Benedito e Reginaldo. Os meus parentes na Biquinha hoje têm eletricidade, água encanada, alguns tem casa de alvenaria e internet, porém ainda guardam alguns costumes antigos como podemos ver na fotografia 24.

Foto 24 – Geruza chegando da “bica”



Arquivo pessoal, 2024.

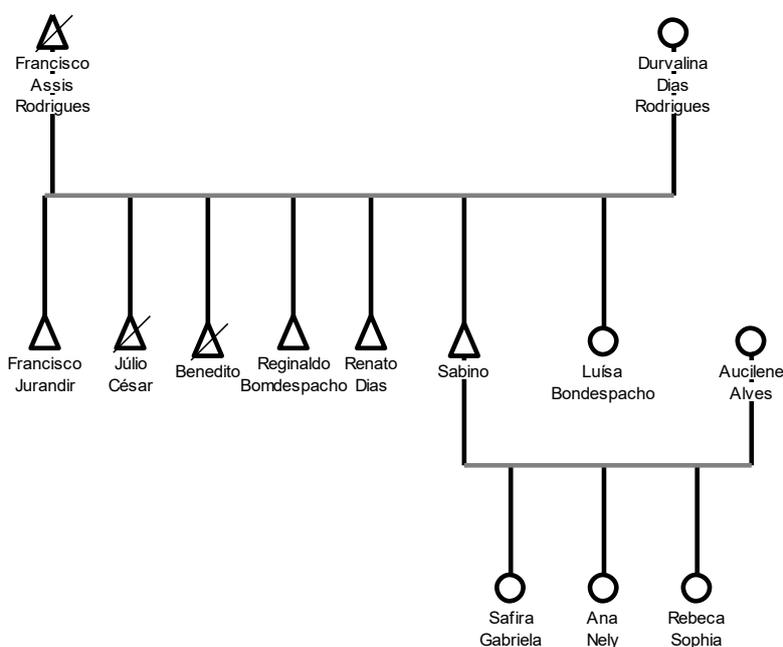
Geruza é minha prima que reside na Biquinha, por opção ela tem uma casa barreada como chamamos, uma delas com cobertura de palha de babaçu, próximo de sua casa tem uma nascente de água que forma um córrego, ali ela lava as vasilhas e roupas, e muitas vezes o local é usado para os banhos diários. Ela não abre mão desse modo de vida simples, bom e que particularmente acho belo.

A proximidade da Biquinha com o Camundá e os encontros regulares das famílias de ambas as comunidades em festas, rezas, *muxiruns* e visitas particulares, contribuíram para que dona Chica e meu pai Francisco Assis Rodrigues (seu Chiquinho), se conhecessem e decidissem construir um sentimento para a formação de uma família, e assim aconteceu.

## 2.2 O Casamento, Construindo Família em Camundá

O casamento de Durvalina Dias e Francisco Assis Rodrigues aconteceu no ano de 1974, dona Chica conta que a partir desse ano, ela passou a assinar Rodrigues, ficando com o nome completo de Durvalina Dias Rodrigues, desse casamento surge a família Dias Rodrigues gerando descendentes de duas comunidades quilombolas em Chapada dos Guimarães, Morro do Cambambi e Ribeirão do Itambé. A família Dias Rodrigues é formada conforme mostra a genealogia 3.

Diagrama Genealógico 3 – Família Dias/Rodrigues



Elaboração: Sabino Rodrigues, 2025.

Seu Chiquinho é o primeiro filho de Zé Rodrigues e Benícia Felipa, já dona Chica é filha caçula de Manoel Benedito e Calina Sabina, casados tiveram 7 filhos e até o momento 12 netos e 2 bisnetos. Apesar de ter nascida em Varjão e morado parte da vida na Biquinha, dona Chica sente mesmo que pertence ao Camundá, esse sentimento de pertencimento de minha mãe pelo Camundá pode nos levar ao entendimento de que há nela a construção de uma referência territorial que pode ser interpretada pela ocupação histórica que houve naquele lugar pela família do meu pai. Desde os primeiros anos do século passado, a família que recebeu dona Chica como nora, filha, irmã, e passou a compartilhar todo o sentimento com ela por aquele território, de forma que ela também incorporou todos esses sentimentos e vínculos. A partir de então, após o casamento, construiu sua própria família em Camundá. Esse vínculo de pertencimento foi transmitido para nós, filhos, que nascemos fora do território. A transmissão desse vínculo se deu pelas lembranças que a minha mãe compartilha desde a nossa infância, lembranças do Camundá de um círculo familiar, de pessoas que importavam e ainda importam mesmo não estando mais fisicamente em nosso meio, pais, irmãos e outros familiares, lembranças compartilhadas de um círculo de amizade, confiança e sacrifícios, lembranças que fazem esse círculo crescer e se fortalecer com o passar dos tempos, pois elas fazem sentidos para nós de um modo de ver, ser e construir um mundo menos individualista, sem intenção exclusiva de lucros, mas como a minha mãe diz, de *irmandade*, essas lembranças compartilhadas se assemelham a arte pensada por Gilles Deleuze (2013), ao afirmar que “não existe obra de arte que não faça apelo a um povo que ainda não existe”, dessa forma a afirmação de Deleuze, assim como as lembranças da minha mãe apontam para um devir, um vir a ser.

Foto 25 – Seu Chiquinho, dona Chica ao meio e Leonice prima-irmã de dona Chica



Arquivo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

Ao ouvir dona Chica relatar sobre o Camundá se percebe logo que foram seus melhores dias, ela se lembra dos acontecimentos com detalhes, desde a conversa que seu Chiquinho teve com *pai véio e mãe véia* pedindo ela em casamento, dona Chica conta que alguns dias antes do casamento ela fez a sua mala e junto com a sua prima-irmã Leunice (Nininha) foram para o Camundá, e ao chegar lá tudo já estava organizado, “Chiquinho já tinha feito a casa, já tinha as vasilhas, a roça plantada e criação no terreiro” ela conta como que se fosse ontem, se lembra de como foram até o cartório de Água Fria para o casamento e da festa realizada em Camundá que durou dois dias. Dona Chica diz que foi bem recebida por toda a família de Chiquinho, e que foi fácil se sentir em casa.

**Dona Chica:** a nossa casa não era longe da casa de seu Zé (sogro de dona Chica), e era perto também da casa de dona Joana e dona Maria (tias de seu Chiquinho), e tudo que iam fazer lá eles me chamavam para participar e se eu não estivesse, um pouco do que era feito eles guardavam para mim, depois que me casei nunca mais trabalhei em roça, Chiquinho não deixava, no Camundá eu vivi uma vida feliz.

A infância de dona Chica, quando ela conta da experiência vivida no Varjão e na Biquinha não foi de uma vida ruim, mas trabalhosa, com a mãe falecida precocemente e o pai deixando-a com os avós que já eram velhos e enfermos, uma das afirmações de dona Chica sobre a infância é “me entendi por gente trabalhando na roça”. Contudo, quando ela se casa e vai morar em Camundá, a sua vida muda completamente, com o sogro que a tratava como filha, com tias do marido que a tratavam da mesma forma e cunhados que a tratavam como irmãs, e agora sem o trabalho pesado da roça, como ela enfatiza, “uma fida feliz”.

Logo vieram os filhos, os cinco primeiros nasceram em Camundá, na fotografia 23 (p. 60), que foi feita em um passeio da família na comunidade Biquinha em abril de 1985 aparecem os quatros que já haviam nascidos, Jurandir (1975), Júlio Cesar (1977), Benedito (1979), Reginaldo (1981), e dona Chica estava grávida de Renato que nasceu no mês de agosto de 1985. A fala de dona Chica que dá início a esse capítulo quando ela diz “lembrava das crianças pequenas brincando” ela se refere a esses meninos, lembranças que dona Chica eterniza e compartilha com toda a sua posteridade, essas lembranças podem ser comparadas com o termo utilizado por Pollak (1989) “memórias subterrâneas”, nesse caso são as memórias de uma mulher, mãe, esposa, afro-indígena<sup>7</sup> que permanecem

---

<sup>7</sup> Afro-indígena é uma relação heterogênea, conceito colocado por Guattari, e que o Márcio Goldman se apoia para falar da criação de mundos de africanos e indígenas, quando coexistem, no artigo “Quinhentos anos de contato”, Goldman utiliza esse termo. Artigo disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/Jx8sncmRW8pbDPVcczXNKqJ/>

escondidas na história, me refiro as “histórias oficiais” construídas a partir de nativas incorporadas de pensamentos colonizadores que tendenciosamente ocultam esses tipos de lembranças como a de dona Chica e de outras pretas ao longo da nossa história.

Criticando as narrativas que construiu a história da humanidade, aquelas histórias que normalmente se tem uma lança, uma espada, a figura de um herói e sempre com um enredo com muitas mortes, Ursula K. Le Guin (2021), nos convida a criar e aprender novas e outras histórias, onde não tenha a figura do herói e enredos com tragédias, tiros e explosões, as novas histórias propostas por Le Guin têm que ter princípios daquilo que é ser verdadeiramente humano, de compartilhar, de colher e de comer juntos, nessas histórias o que se carrega são cestos para levar coisas úteis, comestíveis, coisas belas, nada que carregue morte, nessas histórias se entende casas como uma enorme bolsa que abriga pessoas, que se preocupa com o sagrado, e o que pode ser mais sagrado do que o nosso lar? E é exatamente para um lar que as lembranças de dona Chica sempre se voltam. São a partir dessas e de outras reflexões que essa etnografia se constrói, ou seja, essa dissertação se preocupa em mostrar as memórias que estavam, aparentemente, no “subterrâneo” dos *troncos velhos* os antepassados, memórias que aqui emergem e produzem ressonâncias nos quilombolas que ainda vivem materializados nesse mundo no município de Chapada dos Guimarães. As lembranças de dona Chica propiciam construir histórias sem heróis, mas de coisas simples como as brincadeiras de seus filhos e, esse conhecimento que é possível extrair dessas memórias contribui significativamente para a compreensão do modo de vida que ainda almejamos enquanto povos tradicionais, permite entender a luta pela permanência de uma identidade, contribui para a compreensão do anseio pelo território regularizado, e da não desistência do ser quilombola. As lembranças de dona Chica podem nos levar também ao entendimento que é possível viver no mundo sem ter que destruí-lo, pois o seu modo de vida antagoniza o regime capitalista agressivo que fomenta o agronegócio, o acúmulo de riquezas e como consequência a disparidade socioeconômica no país.

Se é verdade que “tudo tem uma história”, assim como afirma Deleuze (2013), em “O Ato de Criação”, as lembranças de Chica produzem histórias e, essas histórias não terão sentidos e significados se não forem contadas, é bem verdade que as entendo como dádivas que ao serem contadas para mim, me sinto na obrigação de “abri-las” de imediato, de trazê-las para a superfície com as mais puras intenções de completude entre o ato de receber com o ato de distribuir, de maneira que nesses atos ajam alegrias, cumplicidades e trocas.

Dona Chica morou em Camundá por 12 anos, de 1974 à 1986 ano em que José Rodrigues faleceu e a maioria dos seus filhos optaram por irem para a cidade, e apenas a família de Chiquinho ficou morando no local, logo os irmãos de Chiquinho concordaram em vender a terra da família, de maneira que dona Chica ficou sem opção de continuar a morar em Camundá, quando eles saíram para a zona urbana do município de Chapada dos Guimarães dona Chica estava grávida de seu sexto filho, que sou eu Sabino Rodrigues, e em 1988 nasceu a caçula da nossa família a Luísa a quem carinhosamente chamamos de Tata.

### 2.3 Um Lugar Indesejável

Foto 26 – Da esquerda para direita, Josefa, Zacarias e dona Chica



Arquivo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

Morar na cidade nunca tinha sido plano de dona Chica, na foto acima o ano era 1986, e ela está acompanhada de seu tio Zacarias Sabino da Conceição e sua tia e madrinha Josefa Sabina Dias. Estava grávida de mim e contra a sua vontade residindo na zona urbana em Chapada dos Guimarães, mudança que ela nunca iria superar. Ao sair de Camundá, seu Chiquinho comprou uma casa a prestação no bairro Santa Cruz, mais conhecido pelos antigos moradores de Chapada dos Guimarães pelo nome de “fronteira”, pois se localizava entre o centro da cidade e o bairro Olho D’água, em uma rua bem afamada na cidade, conhecida como “rua da serraria” ou “rua de dona Oselha”. O lugar era bem agitado para a época, tinha dois bares, o bar da dona Ana e o bar 44 que era da

dona Juliana, a igreja católica de Santa Cruz, a casa de dona Lina uma senhora *benzedeira* quilombola da comunidade Lagoinha de Baixo (tia da vó Francisca<sup>8</sup>), dona Lina recebia muitas pessoas diariamente para receber *benzimentos*, *banhos* e outras formas de curas.

Ainda me lembro da agitação da rua, rua de chão, pessoas entrando e saindo dos bares, indo se *benzer* na casa de dona Lina, me lembro dos dias das missas e festas de Santa Cruz, de ir pegar madeiras descartadas na serraria para fazer de lenha, as famílias que moravam ali tinham, assim como a minha mãe muitos filhos, então a rua era cheia de crianças, morávamos em um casarão antigo de tábua com cobertura de Eternit, a casa tinha vários quartos e piso de vermelhão.

Foto 27 – Sala da nossa casa em 1996



Arquivo Pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

A saída do território foi mais dolorosa para dona Chica do que para seu marido, pois seu Chiquinho era empreiteiro de cerca, curral, roçada. Ele continuou parte do tempo na zona rural realizando as suas empreitas, tinha momento que ele vinha em casa a cada 20 ou 30 dias, e nesse cenário a dona Chica sofria por estar fora do ambiente que sempre viveu e longe do marido. Esse modo de vida que seu Chiquinho passou a ter depois que saíram do Camundá, com residência na zona urbana do município, mas não se fixando ali. Esse vai e volta, esse deslocamento da zona urbana para a zona rural e vice-versa, eu chamo de **“a dança dos corpos quilombolas pelo município de Chapada dos**

---

<sup>8</sup> Vó Francisca é nacionalmente conhecida como a benzedeira e parteira centenária de Chapada dos Guimarães, ela era descendente do quilombo Lagoinha de Baixo e realiza um trabalho de cura a partir do benzimento e com plantas medicinais do cerrado, vó Francisca fez a sua passagem no ano de 2022 aos 108 anos de idade.

**Guimarães**”, o subtítulo do capítulo três dessa dissertação, pois esse movimento é realidade até hoje entre os quilombolas em Chapada dos Guimarães.

Meu pai, desde jovem, foi sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapada dos Guimarães e quando veio para a cidade foi eleito por vários mandatos para o cargo de tesoureiro do Sindicato, ele sempre lutou e acreditava que em algum momento, que através de alguma política pública poderíamos voltar a morar em nosso lugar de origem.

Foto 28 – Seu Chiquinho, o primeiro a direita, em reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Chapada dos Guimarães



Arquivo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

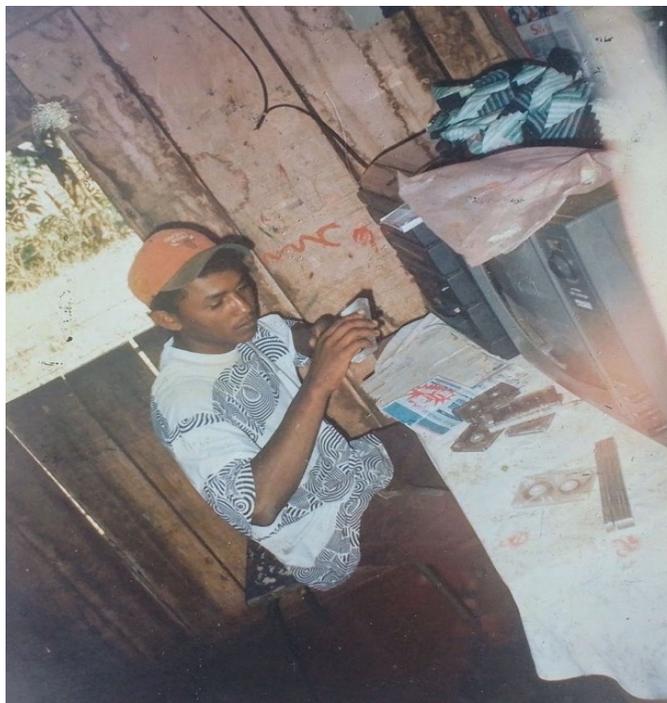
Dona Chica nunca se adaptou com a vida fora do Camundá, mas foi sobrevivendo na cidade, ela conta que se sentia confinada morando em um estreito terreno onde não tinha espaço para plantar, ter criações e outros afazeres que ela tinha o costume.

**Dona Chica:** Na cidade tudo é mais difícil, se você quiser comer uma mandioca tem que comprar, Chiquinho não concordou que eu trabalhasse fora, mas as despesas eram diferentes, então comecei a lavar roupa de ganho para ajudar no sustento, lavava tanta roupa que os meus dedos até sangravam, passava a semana inteira lavando roupa, naquele tempo fazia muito frio em Chapada e eu tinha que lavar roupa assim mesmo, às vezes, tinha que enxaguar as roupas duas vezes, pois o sangue manchava a roupa que já estava limpa, morar na cidade foi sofrimento, mas graças a Deus conseguimos criar todos os filhos.

Em 1986 quando dona Chica saiu do Camundá e foi residir na cidade, o seu filho mais velho tinha apenas 11 anos de idade. Em 1988 nasceu a filha caçula do casal, somando sete filhos, seis homens e uma mulher, e as empreitas que seu Chiquinho fazia se tornaram insuficientes para suprir todas as necessidades da família. Por isso, dona Chica o ajudou lavando e passando roupas, e mesmo assim tivemos uma vida com muitas

privações com alimentações, roupas, materiais escolares, a casa em que morávamos era antiga e a maioria das mata-junta (ripa que tampa os encontros das tabuas), já haviam apodrecido, então em tempos de friagem me lembro das neblinas (chamávamos de cerração) entrar pelas aberturas da parede da casa, mas como minha mãe afirma, todos fomos bem-criados, ela deu o seu melhor para garantir isso.

Foto 29 – Francisco Jurandir Rodrigues



Arquivo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

Foto 30 – Júlio Cesar Rodrigues



Arquivo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

Foto 31 – Benedito Santana Rodrigues



Arquivo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

Foto 32 – Reginaldo Bondespacho Rodrigues a direita e Renato Dias Rodrigues a esquerda ao meio um primo paterno, Marcos



Arquivo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

Esses cinco filhos de dona Chica nasceram em Camundá, o Francisco Jurandir e o Júlio Cesar chegaram a estudar na Escola Reunidas de Cachoeira Rica, escola que em 2010 foi reconhecida como escola quilombola e passou ter o nome de Escola Estadual Quilombola Reunidas de Cachoeira Rica, somente eu e minha irmã nascemos em Chapada dos Guimarães, mas no ano de 2012 concluí o ensino médio na escola da comunidade em Cachoeira Rica.

Foto 33 – Sabino Bomdespacho Rodrigues a direita e dona Chica ao meio e Jônatas um primo paterno que morou um tempo em nossa casa a esquerda



Arquivo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

Foto 34 – Luísa Bondespacho Rodrigues



Arquivo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

Nas famílias de interior é natural que os primeiros filhos logo assumam a responsabilidades de mantenedores da casa. O Jurandir, o Júlio e o Benedito ainda adolescentes, se tornaram profissionais, o primeiro como construtor civil, o segundo se tornou mecânico, e o terceiro chefe de cozinha e contribuíram significativamente para a melhoria da família. Foram eles que compraram os primeiros eletrodomésticos para a casa, televisão, som, e uma máquina de lavar roupas pois dona Chica ainda lavava roupa a mão, começaram também a construção de uma casa de alvenaria. Mesmo dona Chica não se adaptando na cidade, com o tempo as coisas pareciam que estavam se alinhando,

e quando tudo parecia tranquilo duas fatalidades desestruturou a família de dona Chica. Em 1999, seu Chiquinho foi diagnosticado com o tumor benigno no rosto e decidiu passar por uma cirurgia. No entanto, logo após o procedimento cirúrgico, foi a óbito, e produziu um abalo para nós, principalmente para dona Chica, com a perda precoce do seu marido com apenas 48 anos de idade. Com a morte do seu Chiquinho, os filhos Júlio, Benedito e Reginaldo se posicionaram como os responsáveis pela família, eram os três filhos adultos de dona Chica em casa, pois Jurandir já tinha casado e formado a sua própria família.

O enredo que se segue nesse itinerário de dona Chica tem uma história de outras perdas e luto. Junto ao fato de viver em um lugar onde não se sentia parte dele, perdeu o marido. Um ano depois, os dois filhos, Júlio Cesar e Benedito, sofreram um acidente de carro e morrem ao mesmo tempo. A morte de Júlio Cesar e de Benedito no ano de 2000, provocou uma comoção em toda a cidade de Chapada dos Guimarães, e um abalo emocional em dona Chica que até os dias atuais ainda não conseguiu se recuperar.

Naquele ano eu tinha apenas 13 anos de idade e por mais que tentasse, nunca consegui esquecer a cena de dois caixões naquela sala em construção, uma multidão de parentes, amigos e desconhecidos aglomeradas pela casa, e na rua, e os gritos, sim, gritos desesperadores da minha mãe. Até hoje em seus lamentos, ela afirma que nunca deveria ter saído de Camundá, que se estivesse permanecido lá, talvez poderia ter o marido e os filhos vivos, algo que nunca saberemos.

Mas seu Chiquinho, Júlio Cesar e Benedito “não morreram” definitivamente, pois eles não caíram no esquecimento, ao contrário, eles vivem em nós pois temos memórias deles. Para dona Chica eles estão por perto, ela conta que já sentiu a presença do marido, e que já ouviu os filhos chegando em casa, uma das definições do ser humano na antropologia clássica é que este é formado de uma unidade substancial que contém o princípio material que é o corpo, com o princípio espiritual que é a alma, esses dois princípios formam o ontológico humano, Vania Cardoso e Scott Head (2013, p. 283) nos levam a pensar para além de uma “realidade fixa”, e afirmam que entre a convicção de uma “terra firme” que entendo como esse plano material e o “mar do imaginário” que pode ser entendido como os mundos imateriais, há uma “corda bamba” de várias realidades em que andamos por ela. As experiências de dona Chica de contato com o marido e os filhos na forma imaterial são experiências que constroem “estórias” em “terra firme”, mas que transcendem para além do imaginário, e ao que parece, essas experiências trazem para ela um certo conforto da perda física dos filhos e marido.

## 2.4 De Volta ao Território

Dona Chica relata que passou a ter desgosto pelo ambiente em que seu marido e filhos foram velados, a casa no bairro Santa Cruz, a rua e a casa onde morávamos passaram a ser sinônimo de tristeza para ela, e mais do que nunca seu desejo era de voltar ao Camundá pois era dali que ela tinha as lembranças mais felizes. Dona Chica ainda não alcançou o objetivo de voltar a morar em Camundá, mas ela voltou a morar no território do quilombo Ribeirão do Itambé, mais precisamente em Cachoeira Rica, Peba.

Ocorreu que no ano de 2001 surgiu um movimento de trabalhadores sem terras na comunidade em Cachoeira Rica com a luta por reforma agrária naquela região, e esse movimento chamou a atenção de dona Chica, assim ela tomou a decisão de se unir à luta e nós os filhos a apoiamos, logo percebemos que a ida para o acampamento dos sem terras ajudou dona Chica a se recompor um pouco da perda que tivera nos anos anteriores, dessa forma, desde 2001 ela voltou a morar dentro do território do quilombo Ribeirão do Itambé e vizinha do Camundá, e nós seus filhos, noras e netos acompanhamos ela nessa trajetória. Vieram também para o acampamento muitos parentes vindos da Biquinha, irmãs e primas-irmãs da minha mãe, primos e sobrinhos, o movimento de trabalhadores sem terras em Cachoeira Rica reuniu muitas famílias, assim como a da minha mãe.

O acampamento era divertido, localizado dentro da comunidade no Peba, as casas eram próximas, mas ainda assim os acampados criavam galinhas, porcos e plantavam hortas, tudo bem organizado, foi seu Antônio popularmente conhecido como Tonho em Cachoeira Rica quem cedeu um espaço para o acampamento, era para esse espaço que sempre voltávamos, pois por diversas vezes montamos o acampamento dentro das áreas que reivindicávamos, mas por ordens judiciais tínhamos que sair, então voltávamos para o espaço cedido pelo seu Tonho. O movimento trouxe certas expectativas para Cachoeira Rica, movimentou o comércio, a escola recebeu muitas matrículas, o posto de saúde que tinha atendimento a cada 15 dias passou a atender toda a semana e, literalmente dona Chica se sentia em casa, tanto por estar em um ambiente que se sentia bem como por estar junto de parentes.

Percebo que a ida para Cachoeira Rica, morar no acampamento dos sem terras e unir na lutar pela reforma agrária aumentou em nós, filhos de dona Chica o sentimento de pertencimento por aquele território, e passamos a nos construir como pertencente àquele lugar, pois ouvir falar de uma localidade e habitar o local são coisas bem distintas. Dona Chica falava muito a respeito de Cachoeira Rica e Camundá para nós, e íamos

sempre a essas comunidades passear, ou em empreitas com seu Chiquinho, mas quando passamos a habitar em Cachoeira Rica começamos a entender a partir da experiência com o território e seus habitantes a literalidade daquilo que dona Chica falava

Foto 35 – Meu irmão Reginaldo com a minha filha Safira, acampamento dos sem terras em Cachoeira Rica



Arquivo pessoal: Reprodução Sabino Rodrigues, 2024.

A luta dos trabalhadores sem terras na comunidade Cachoeira Rica aconteceu entre os anos de 2001 e 2010, e muitas famílias de Cuiabá se juntaram na luta e se mudaram para o acampamento, foi assim que conheci a Aucilene em 2003, ela fazia visitas frequentes aos seus familiares que tinham saído de Cuiabá para o acampamento, conversamos muitas vezes e decidimos ficar juntos e tivemos a nossa primeira filha a Safira Gabriela em 2005. Em 2007 nasceu a nossa segunda filha a Ana Nely ainda no acampamento dos sem-terra, depois que o movimento acabou nós continuamos morando no Peba e em 2011 nasceu a nossa terceira filha a Rebeca Sophia. Não fui o único a construir família nesse período, os anos da luta dos trabalhadores sem terras em Cachoeira Rica, rendeu muitos laços familiares, tanto com casamentos como pela formação de parentesco por afinidades, ritos religiosos e por considerações. Dessa forma, as pessoas que participaram desse movimento mesmo não conseguindo a regularização fundiária pela qual lutavam, conquistaram algo muito maior, construíram laços, alianças que continuam existindo.

Foto 36 – À frente minha prima Maria Luiza e atrás minha tia Laudelina



Crédito da fotografia: Mário Friedlander

A vida com algumas dificuldades não tirava de nós o sonho de ter um “pedaço de chão” para a construção de uma vida um pouco mais justa, no acampamento não havia água encanada, luz elétrica e todos cozinhavam a lenha, a fotografia acima mostra uma tia e uma prima chegando da fonte trazendo água que seria utilizada para beber e cozinhar, ao fundo está a casa de seu Tonho. Como já afirmei a luta dos trabalhadores sem terras em Cachoeira Rica durou nove anos, de 2001 à 2010, e nesse intervalo participamos de muitas reuniões com representantes dos poderes públicos e entidades governamentais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e no Instituto de Terras de Mato Grosso (INTERMAT), depois de alguns anos de lutas o INCRA assim como o INTERMAT esclareceram para o movimento que o objetivo por uma regularização fundiária de reforma agrária na região do Cachoeira Rica não seria possível, pois a região era reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como um território quilombola, com esse esclarecimento o movimento dos trabalhadores sem terras enfraqueceu e os acampados se dispersaram.

No mesmo tempo em que o movimento dos trabalhadores sem terras terminava, dona Chica ganhava uma ação judicial iniciada contra Furnas no ano de 2000 pela morte dos filhos, com o valor recebido, ela conseguiu comprar um pequeno sítio e Cachoeira Rica, assim estabelecemos residência fixa no Peba.

A comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como território quilombola em 2005, mas teve o conhecimento desses fatos apenas por volta do ano de 2010, e somente em 2014 conseguimos nos organizar enquanto entidade e começar a lutar pelos direitos dos descendentes do território do Ribeirão do Itambé, mais precisamente

em abril de 2014 na residência de dona Chica em Cachoeira Rica foi fundada a Associação dos Remanescentes de Quilombolas do Ribeirão do Itambé (ACOREQUIRI), dona Chica cedeu o espaço da sua residência para funcionar como sede da associação até que o território seja titularizado e tenha um espaço exclusivo para construção da associação ou como planejamos, de uma cooperativa.

A luta pela regularização fundiária de terras de quilombos é completamente diferente da luta para a reforma agrária, e quando começamos a luta pelos direitos enquanto quilombolas percebi duas formas de políticas que nos envolve diretamente, aquela dos termos jurídicos e aquela política de quilombo. Política de quilombo são as relações entre as pessoas, aquelas ações que caracterizam a comunidade enquanto povo tradicional, a política em termos jurídicos é aquela necessária para que o estado reconheça a comunidade como quilombola.

Sobre o que chamo de política de quilombo, pode ser entendida como o modo de ser, de viver, de se relacionar entre as pessoas na comunidade, e esse modo de ser, é um dos motivos da continuidade desse povo, pois, os povos tradicionais descendentes de africanos que foram escravizados aqui no Brasil, por quase toda a história sobreviveram sem o auxílio de políticas públicas, somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que os povos quilombolas passaram a ter o direito aos seus territórios, sendo esse um dos principais direitos. Porém como já mencionei, mesmo sem o auxílio do Estado com políticas públicas esse povo permaneceu como comunidade tradicional, e eu atribuo essa sobrevivência/permanência ao modo de ser nas comunidades, o que chamo de política de quilombo.

Os relacionamentos pela fé podem ser considerados um ato político, nossa sociedade é considerada cristã, contudo, há práticas de muitas outras religiões no Brasil, de tradições indígenas e das religiões de matrizes africana, de forma que os brasileiros convivem com muitas religiões. Em Cachoeira Rica não é diferente, há evangélicos, católicos, candomblecistas e outros mais vivendo e promovendo modo de ser, coexistindo, pois sabemos que cada fé, supre uma forma de necessidade na comunidade, cada religião realiza suas festividades e essas festas promovem o social, pois quando as pessoas se reúnem nas festas, elas reafirmam suas crenças, recriam e reforçam a sociedade.

O *muxirum* pode ser considerado também uma política, e nesse contexto uma política de quilombo, hoje utiliza-se para essa ação o termo mutirão, porém na minha comunidade ainda falamos *muxirum*, é o ato das pessoas se ajudarem, seja para construir

uma casa, fazer uma roça, na produção de farinha ou qualquer outra atividade, o *muxirum* acontece entre os homens fazendo o trabalho braçal e entre as mulheres cozinhando, os homens começam a trabalhar na primeira hora do dia, enquanto as mulheres vão preparando o *quebra-torto*, que é primeira refeição do dia, logo elas preparam o almoço e no final do dia o jantar, muitos conhecimentos se constrói e são transmitidos nos *muxiruns*, homens de várias idades participam e os mais velhos sempre tem um caso para contar, uma experiência e ensinamentos para compartilhar, tudo depende do trabalho que está sendo feito, se for a construção de uma casa (quando construíamos casas de barrote com cobertura de palha de babaçu), os mais velhos sempre ensinavam em qual lua deveria cortar as madeiras e as palhas, normalmente esses trabalhos eram feitos na lua minguante, pois assim, as madeiras e palhas não eram atacadas por lagartas, enquanto isso as mulheres mais velhas ensinavam como preparar um banho ou quais plantas medicinais eram usadas para determinadas doenças, esses são apenas dois exemplos.

Mas nos *muxiruns* havia muitas trocas de conhecimento e as parcerias (alianças) se confirmavam. O *muxirum* é semelhante a uma festa, as pessoas não são obrigadas a participarem e ainda assim participam, e é um ato recíproco, em alguns momentos após o jantar as pessoas ainda dançam um baile, esse é um momento de descontrair, tomar licor, uma pinga e festejar, essa política social no quilombo me parece ser uma ação que contribui para a continuidade da existência desse povo, assim como já afirmei nessa dissertação.

Outra política fundamental em minha comunidade é a de parentesco, os mais antigos sempre reforçam a ideia de *irmandade*, um conceito de fazer do grupo como um todo uma família, e nessa perspectiva não importa o grau de parentesco, consanguinidade ou parentescos afins, o importante é agregar, acolher para fazer do outro parte de si mesmo, nesse processo pessoas que não tem o mesmo sangue fazem votos em beira de fogueiras e proferem palavras que a partir daquele momento se tornarão, comadre, compadre, mano, mana, madrinha, padrinho, afilhada, afilhado e assim por diante, e após o ato passam a viver literalmente como família, uma política de parentesco, interessante e importante para a continuidade desse povo tradicional, é importante entender que o fazer parentes é uma ação de potencialidade em nós quilombolas que acaba por construir como que uma rede de indivíduos relacionados, assim a expressão “negro é tudo parente” e “quilombola é tudo parente” (Vieira, 2015, p. 45), para nós faz todos o sentido.

A política necessária para o estado reconhecer a minha comunidade como povo tradicional, “remanescentes” de quilombolas, mesmo não sendo o “resto” de um povo,

mas é o termo que a Constituição em seu artigo 68 utiliza para se referir a nós, dá início em minha comunidade em 2014 com a fundação da Acorequiri. Ter que criar uma associação para reivindicar os nossos direitos, me faz lembrar uma fala de dona Chica ao colocar um questionamento em um diálogo com os pesquisadores na construção da nota técnica dos estudos antropológicos do território, “só existir não vale? Nós temos que provar que existimos?”, essa fala de minha mãe me intriga causando-me um estranhamento, fazendo-me pensar sobre como a política é burocrática em nosso país e, principalmente em governo que é contrário às políticas públicas referentes as “minorias” como para nós quilombolas, podendo atrasar os processos por nossos direitos, o questionamento da minha mãe pode nos conduzir ao entendimento de que a nossa humanidade, me refiro a nós pretos descendentes de escravizados oriundo de África e os povos ameríndios e seu descendentes, foi questionada como uma tentativa de encobri-la, isso desde que a Europa passou a se comportar como o “descobridor” colonizador e conquistador e assim se pôs a controlar vender e violentar o outro, indígenas e africanos.

Para Henrique Dussel (1993), “esse outro não foi “descoberto” como o outro, mas foi “encoberto” como o “si-mesmo”, o que o autor está afirmando é que os europeus não trataram os indígenas e africanos como ser humano, ele enfatiza que a modernidade foi “o momento concreto da “origem” de um “mito” de violência sacrificial muito particular, e, ao mesmo tempo, um processo de “em-cobramento” do não-europeu” (Dussel, 1993, p. 8).

Me parece que ainda sofremos essa tentativa de encobrimento, e quando a minha mãe coloca a questão fico sim intrigado, pois já era tempo dos seres humanos terem superado essas questões. Mariza Peirano argumenta sobre esse estranhamento dizendo que nós antropólogos, ao passar por uma situação ou ouvir algo surpreendente, refletimos sobre aquilo fazendo conexões de uma situação com a outra, a autora diz.

Tudo que nos surpreende, que nos intriga, tudo que estranhemos nos leva a refletir e a imediatamente nos conectar com outras situações semelhantes que conhecemos ou vivemos (ou mesmo opostas), e a nos alertar para o fato de que muitas vezes a vida repete a teoria. (Peirano, 2014, p. 378).

Nesse caso o estranhamento ou a intriga em mim pela fala da minha mãe me faz pensar sobre a importância de uma boa articulação entre a Acorequiri e possível aliados pela luta dos direitos dos quilombolas do Ribeirão do Itambé, pois mesmo com o entendimento correto que dona Chica tem de afirmar que já existimos, para o “sistema burocrático” é insuficiente, contudo dona Chica e a sua família, como outras famílias que

estão e que não estão no território continuam existindo a partir das políticas do quilombo, e através da associação tentando provar que existimos, sendo que entenderemos que o estado percebeu a nossa existência com o alcance da titulação do território.

A trajetória de dona Chica mostra que ela é uma mulher que aprendeu a lutar desde menina, criada sem os pais, pelos avós maternos que já eram velhos e enfermos e que contavam desde de cedo com a sua ajuda, função que ela desempenhou muito bem, se casou nova e teve sete filhos educando-os praticamente sozinha, foi forçada a sair do território que se sentia pertencente, perdeu o marido e dois filhos precocemente, voltou ao território para se unir a uma luta justa, a dos trabalhadores sem terras pela reforma agrária, interessante que essas pessoas levam esse nome por um erro histórico em nosso país e pela pouca agilidade em políticas públicas para resolver o problema da regularização fundiária aqui no Brasil.

Estando no território “deu a sorte” de permanecer nele, e permanecendo se entregou a uma nova luta, agora pelos direitos dos quilombolas do Ribeirão do Itambé, dona Chica não sabe lê e nem escrever, mas está construindo um legado com histórias de superações de perdas, dores, lágrimas, mas superando com lutas, com dignidade, com verdades e simplicidade, lutando vivendo, sendo, nunca se vitimizando, sendo ela mesma sempre, mulher, mãe, preta que é, que fala a seu modo, e que nunca desistiu de viver a vida no ambiente que se senti pertencente. Enquanto a titularização do território não acontece ela segue em seu modo de vida, cuidando das poucas criações que tem, galinha, porco, vaca e das plantações, tudo que ela quer é viver, e viver para ela significa se envolver com todos os entes animados e inanimados que ela interage em seu quintal que de certa forma é uma extensão da sua casa.

Foto 37 – Dona Chica a direita, eu no meio e Tata segurando Any a esquerda, contando causos



Arquivo Pessoal, 2023.

Foto 38 – Dona Chica, fogão a lenha, cozinha de alvenaria



Arquivo Pessoal, 2024.

Esse itinerário de dona Chica mostra a sua trajetória até a sua volta ao território do quilombo Ribeirão do Itambé, porém ela é uma das poucas quilombolas que conseguiu voltar, cerca de 85 a 90% dos descendente de Itambé estão fora do território, O processo de regularização dos territórios dos quilombos é uma busca para reverter a exclusão racial/social sofrida pelos *troncos velhos*, que foram escravizados em um primeiro momento e depois expulsos ou enganados por fazendeiros, das terras onde foram nascidos e criados. Em Chapada dos Guimarães houve também a criação de reservas florestais e hidrelétricas, situações que causaram a saída desses parentes dos seus territórios, a exemplo disso cito a construção da Barragem do Manso que alagou parte do território do quilombo do Morro do Cambambi, de maneira que os quilombolas na zona urbana do município não foi uma opção, mas uma necessidade, é no terceiro capítulo dessa dissertação que entenderemos como esses parentes se encontram fora dos territórios e morando na cidade, se estão agrupados ou separados, e terá relatos de parentes dos quilombos Ribeirão do Itambé, Morro do Cambambi, e da Lagoinha de Baixo, pois se encontram na zona urbana de Chapada dos Guimarães descendentes de todas essas comunidades.

## CAPÍTULO 3

### A Dança dos Corpos Quilombolas Pelo Município de Chapada dos Guimarães

Os quilombolas não vivem na zona urbana de Chapada dos Guimarães por opção, diversos fatores contribuíram para a saída deles dos seus territórios, saída que começou por volta da década de 1930 até o ano 2000, os territórios quilombolas (falo principalmente, o Ribeirão do Itambé e Morro do Cambambi), nesse intervalo de tempo começou a ser ocupados por fazendeiros, alguns deles ainda estão em posse das terras, outros já venderam para “novos proprietários”. Contudo os quilombolas fora do território e na zona urbana do município passaram a ter uma prática que só percebi com um olhar antropológico, o de estar em constante deslocamento para o território. Mas, como abandonar uma vida de aprendizagem, iguais aquelas que Nego Bispo (2023) conta que aprendeu com os seus parentes mais velhos, a ouvir os cantos dos pássaros, pois eles nos avisam quando vai chover, fazer sol ou ficar nublado, a perceber o barulho da mata ou o seu silêncio, pois saber ouvir a mata é importante para perceber outros seres se aproximando, se ele oferece perigo ou não. Os quilombolas na Chapada dos Guimarães não se limitaram na zona urbana do município, pois o território os atraía, Nego Bispo (2023) chama de confluência<sup>9</sup>. Esse movimento para o território é por estar lá a base das suas trajetórias nesse mundo, e essa geração antiga passaram para os seus filhos e netos esse vínculo, apego, pelo território e seus habitantes, me refiro a todos os seres existentes no território.

O termo dança aqui deve ser entendido em um sentido figurado de movimento, assim como descrevi no capítulo dois sobre a saída da minha família de Camundá para a cidade, e como seu Chiquinho meu pai passava mais tempo trabalhando pelo território do que em casa na cidade, vivendo em um constante ir e vir, se movimentando da cidade para o território e vice-versa, fenômeno que ainda é existente até os dias atuais com muitos dos parentes. Corpos por sua vez se trata exatamente de cada indivíduo quilombola que nessa dança pelo município leva e constrói conhecimento pois, cada um é como um território de experiências e, através das suas danças vão vivendo o território mesmo estando “fora dele” por não o ter titularizado, mas, vivendo-o à suas formas, como uma técnica, assim como afirma Marcel Mauss (2003) “toda técnica propriamente dita tem sua

---

<sup>9</sup> Nego Bispo coloca o termo confluência para explicar o movimento e a união entre grupos, nessa dissertação a confluência indica a relação entre os corpos quilombolas em Chapada dos Guimarães com o território e todos os seres que habitam aquele lugar, a mata, os rios, os animais, os espíritos.



Em diálogo com o senhor Cassio Albernaz<sup>10</sup> sobre a construção do Santuário ele relata que a primeira igreja de Sant’Ana foi construída por volta de 1751 no bairro que atualmente tem o nome de Aldeia Velha, era uma igreja de palha, ele relata que.

**Senhor Cassio:** Em 1778 começou a construção da nave da igreja onde ela atualmente está e a obra foi terminada em julho de 1779, então foi feita uma procissão da Aldeia Velha para cá trazendo as imagens dos Santos Nossa Senhora de Sant’Ana do Santíssimo Sacramento, São Francisco Xavier e Santo Inácio Loiola, e em 31 de julho de 1779 foi rezada a primeira missa e inauguração da igreja. As paredes dessa igreja são feitas de taipa socada, não tem tijolo aí.

**Pesquisador:** Quando o senhor fala sobre a construção da igreja, tanto a de palha como essa que agora é o Santuário de Sant’Ana, quem de fato foram os construtores?

**Senhor Cassio:** Em 1721 subiu para cá um bandeirante por nome brigadeiro Antônio de Almeida Lara e fundou a primeira fazenda de cana-de-açúcar aqui em Chapada, os bandeirantes queriam pegar os índios para fazer, mas não deu, então vieram as pessoas da África, os africanos que vieram para cá para ajudar a construir igreja.

Está clara a sutileza na fala do seu Cassio ao relatar sobre quem de fato colocou as mãos para construir a igreja de Sant’Ana, mas me comprometi a não abordar histórias dos tempos da escravidão nessa dissertação, com esses relatos pretendo somente expor que existem outros protagonistas que não aparecem nas histórias oficiais em Chapada dos Guimarães. O meu comprometimento consiste na provocação de que os quilombolas ainda fazem a Chapada dos Guimarães, pois nesse município somos pequenos produtores rurais, mecânicos, garçons, taxistas, enfermeiras, agentes de saúde, construtores civis, professores, artistas. Contudo, é perceptível que há um discurso e práticas para a invisibilidade desse povo no município, Chapada dos Guimarães é conhecida internacionalmente principalmente por suas belezas naturais, cachoeiras, clima, penhascos e serras. Quem conhece esse município pelos quilombos existentes aqui? E quem sabe o que nós quilombolas fazemos nesse território?

A invisibilidade dos quilombolas em Chapada dos Guimarães é a continuidade do processo contra os africanos trazidos para cá a partir de 1500. Antônio Bispo dos Santos (2015), conhecido como Nego Bispo, nos ajuda a compreender melhor esse processo fazendo uma análise de como os colonizadores agiam com os povos tradicionais das Américas e os trazidos de África. Para Nego Bispo a estratégia do “adestramento” usada pelos colonizadores foi a mesma tanto para os povos indígenas quanto para os africanos escravizados. Este processo inicia com a quebra da identidade, ou coisificação do ser, a

---

<sup>10</sup> A entrevista com seu Cassio ocorreu no dia 03/02/2025 no Santuário de Sant’Ana em Chapada dos Guimarães, ele tem 64 anos e é chapadense, a família Albernaz é de uma tradição política e empresarial em Chapada, seu Cassio afirma que seus ancestrais são oriundos da Espanha e Portugal.

exemplo, a imposição das identidades de “índio” e “negro”, esses termos que classificam esses indivíduos antes de serem genéricos, eram autodenominados, e cada qual desses grupos pertenciam a um grupo étnico, ou seja, não eram índios nem negros. Está explícito nesse processo de adestramento conflituoso, coercitivo a violação dos territórios e identidades dos grupos com uma história de longa duração. O estabelecimento de poder do dominador coisificou os dominados com “nomes” que não lhes pertenciam, se parte da história contada pelos dominadores é conhecida pelo discurso oficial, e ela tende a invisibilizar o ser humano preto e, nessa dissertação falo em especial ao quilombola em Chapada dos Guimarães, e por isso me comprometo com a história contada por nós, quilombolas que aqui estamos. Esse momento de reflexão na dissertação me fez lembrar de uma questão colocada por Frantz Fanon (2008) em sua obra “Pele negra mascaradas brancas”, o autor questiona o que o homem negro quer. A questão pode ser um tanto constrangedora, por estar logo depois de outra que é, “que quer o homem?” (Fanon, 20208, p. 26).

Percebam que existe o homem, e então o homem preto. Com isso, o autor argumenta que o homem branco, assume a condição de ser humano, enquanto o preto quer ser branco, ou usar uma máscara branca. Para este autor existe um narcisismo no homem branco pois este está limitado à sua brancura como também no negro, por sua vez, limitado à sua negrura. Frantz Fanon diz que o preto se encontra em uma zona de não ser, isso significa estar em um “lugar” estéril, e que precisa ser tirado de lá. A história no Ocidente mostra que o ser humano preto foi forçado a estar em um lugar que não lhe pertence, lugar que o autor chama de zona de não ser. Sobre isso, digo que apenas estamos em um lugar ilegítimo, marginalizado. Se confirmo que o ser humano preto, nesse caso quilombola em Chapada dos Guimarães não quer ser branco e sim um preto reconhecido por sua história, assim, a partir da questão, “que quer o homem negro?” Formulo outra, que é a questão da minha pesquisa: O que quer a pessoa quilombola na zona urbana de Chapada? A questão indica que é necessário nessa etnografia tratar das questões de identidade, quando se fala de identidade o que me vem à mente é territorialidade, pois entendo que território se discute dentro das questões de pertencimento, de saber-se quem realmente é, de se identificar consigo mesmo, assumir que se é descendente de pessoas que foram escravizadas e, que há um grupo ao qual se pertence, quilombolas em Chapada dos Guimarães. Questões assim descortinam “uma série de tramas, vivências e temporalidades que foram vividas no passado e continuam a sê-lo no presente, pela associação entre pessoas e lugares” (Mello, 2012, p. 205). Ou seja, “marcadores

memoriais” de pessoas que contornam uma paisagem (Arruti, 2006, p. 227). Assim me preocupo nesse trabalho de expor a forma como os quilombolas em Chapada dos Guimarães atuam, contornando paisagens pelo município.

É perceptível que o modo eurocêntrico de agir em questão racial continua desde 1500 em nossa sociedade, notem que os africanos trazidos para serem escravizados foram arrancados de seus territórios e coisificados como “negros”, essa história é semelhante com histórias das pessoas que participam dessa pesquisa, por fatores diversos estão sobrevivendo na zona urbana do município de Chapada dos Guimarães, e como já afirmei fazendo essa cidade, quando me refiro ao fazer, estou apontando para as contribuições que os quilombolas realizam no fazer cotidiano nas mais variadas formas de trabalhos para que a cidade funcione. Nego Bispo aponta que a instituição da escravidão em nosso país molda a nossa formação social e econômica e que essa estrutura em sua maioria enquadra no modelo capitalista, veja que sobre um discurso de um bem maior, de uma economia em alta, o agronegócio afugenta quilombolas de seus territórios, o governo permite construção de barragens hidrelétricas prejudicando comunidades quilombolas com alagamento de suas áreas, casos que acontecem em Chapada dos Guimarães, prejudicando os modos de vida no quilombo onde a comunidade costumava trabalhar de modo coletivo sem fins lucrativos individuais (Santos, 2016).

Para expor como os fatos sociais se tornam fenômenos duráveis, procuro nessa pesquisa dar voz às memórias de um modo de viver quilombola, entendidas como o viver de uma minoria, ou seja, de uma população que ainda é excluída, marginalizada e invisibilizada. Para Pollak (1989) a memória coletiva de uma comunidade, traz para “superfície” através da história oral, ou “memórias subterrâneas”, as quais se opõem às “memórias oficiais”. Proposição fértil para trazer para a superfície as memórias que estão no subterrâneo dos quilombolas que vivem na cidade de Chapada dos Guimarães, mostrando que mesmo não sendo reconhecidos nas “histórias oficiais”, os quilombolas em Chapada dos Guimarães e seus modos, costumes, contribuem para a construção do social nesse município, a invisibilidade nas narrativas por parte daqueles que constroem as “histórias oficiais” não conseguem apagar os rastros das danças que trama todo um jeito quilombola de ser, de estar no mundo.

A dança dos corpos quilombolas pelo município de Chapada dos Guimarães nos mostra como esse povo aproveita parte do território mesmo não sendo titularizado. Ao afirmar isso não significa dizer que não aproveitamos a zona urbana, pelo contrário, percebo que alguns parentes fazem dos seus terrenos na cidade um espaço que lembra

muito o lugar onde moravam no território, transformando assim, o lote urbano em um “pequeno quilombo”, com plantações, e criações de animais assim como mostra as imagens a seguir.

Foto 40 – Casa da tia Maci na cidade



Arquivo pessoal, 2024.

A tia Maci tem casa na cidade e morou por um tempo nela, mas contra a sua vontade, hoje ela mora na comunidade Paiol Velho e uma das filhas mora na casa, como se observa o costume de plantar a acompanhou para a cidade, se pode ver ao fundo pés de banana e mamão, e cacho de banana colhido e pendurado para amadurecer.

Foto 41 – Dona Rolinha e Aucilene colhendo abacate



Arquivo pessoal, 2024.

Foto 42 – Criação de galinhas e plantas de dona Rolinha



Arquivo pessoal, 2024.

Nessas duas imagens se observa plantas e criações no terreno na parte do fundo da casa de dona Rolinha. Lá encontramos frutas, legumes e plantas medicinais, entre as plantações se encontra abacateiro, mangueira, cajueiro, bananeira, jabuticabeira, cará, cana, acerola, limão, entre as plantas medicinais encontramos a carqueja, sangra d'água, boldo, santa maria e muitos outros, uma verdadeira roça, e dona Rolinha tem também um galinheiro com galinhas, tudo isso mostra que ela ao sair do quilombo, não perdeu o modo de viver daquele lugar, e que o quilombo se faz onde tiver um quilombola.

Foto 43 – Frente da casa de dona Rolinha



Arquivo pessoal, 2024.

Dona Rolinha aproveita ao máximo o seu terreno, na frente da casa ela tem plantado laranja, cana, mandioca. Dona Rolinha relata que desde que saiu de Cachoeira Rica e passou a habitar na cidade, nunca deixou de plantar e ter criações, ela fala da conexão que tem com a terra e sobre a responsabilidade para produzir, ela afirma que não vende nada que tem plantado em seu quintal, e que se sente feliz em poder receber pessoas em sua casa e compartilhar uma banana, uma mandioca, uma cana, um abacate, ou uma planta para fazer um remédio. Esse modo de vida de produzir e servir o outro são as ações de quilombolas em Chapada dos Guimarães que não aparecerão nas “histórias oficiais” sobre essa cidade, mas que “sobem para a superfície” através dessa etnografia e revela com clareza aquilo que afirmo que os quilombolas em Chapada dos Guimarães fazem essa cidade. O termo fazer a cidade deve ser entendida também no sentido do relacionamento que aproximam as pessoas, é semelhante com o relato da formação da vila de Pogue relatada por Quiceno Toro (2016), a autora afirma que.

“Tal y como explican los habitantes de Pogue, el pueblo se fue formando cuando “los que llegaron” fueron teniendo familia. Pero tener familia no es solo reproducirse. Es también traer a otros, próximos o distantes, y mantener relaciones con ellos” (Quiceno Toro, 2016, p. 55).

Quando as pessoas vão a casa de dona Rolinha para pegar frutas e plantas medicinais e ela oferece de forma gratuita, acontece um relacionamento de aproximação entre essas pessoas, que com o passar do tempo as considerações vão para além de ser simples conhecidos, vizinhos, a dona Rolinha passa a ser tia, avó, comadre, a geração mais nova é ensinado a pedir benção para ela, e esse fenômeno é o fazer a cidade em Chapada dos Guimarães. A ação de dona Rolinha é semelhante com a de muitas outras mulheres quilombolas na cidade em Chapada, ação que me faz lembrar Ursula Le Guin (2021) ao propor a criação de histórias com ações que antagonizam a jornada do herói, essa ação de compartilhar promove outros enredos que não se constroem com cenários de guerras, destruições, mas uma história de vida que não instiga o conflitos, são ações que fala sobre a “bolsa” o cesto como o primeiro utensílio social que leva a vida ao invés de ações de destruições. Nessa história dona Rolinha entra em cena como o ser humano que teve a sua humanidade nega pela história do herói, assim como todas as mulheres, no Brasil principalmente as pretas, essa mulher com o seu *terreiro* como chamamos os quintais das casas, plantado, leva a vida para aqueles que vão pegar uma fruta ou uma planta para fazer algum remédio, não há individualidade nessas construções, mas um modo de vida que pensa o outro, assim como Le Guin diz em seu texto.

Se for algo humano colocar o que você quer, porque é útil, comestível ou belo, em uma bolsa, cesto, ou em uma casca ou folha enrolada, ou numa rede tecida com seu próprio cabelo, ou no que você tenha à mão e, em seguida, levar para casa com você, a casa sendo um tipo maior de bolsa ou uma grande caixa onde se podem abrigar pessoas e depois, pegar aquilo que armazenou e comer, ou compartilhar ... se fazer isso é humano, se for isso o que é preciso, então eu sou humana, afinal. Totalmente, livremente, com alegria, pela primeira vez. (Le Guin, 2021, p. 4).

A história faz a diferença, essa que estou compartilhando das mulheres quilombolas em Chapada dos Guimarães, como elas plantam em seus *terreiros* e compartilham o que colhem, mostra exatamente daquilo que o mundo precisa, que é pessoas sendo humanas, os quilombolas fazem a cidade em Chapada dos Guimarães, pois não perderam a essência de ser, humano, ensinada pelos *ancestrais*.

Essa ação de compartilhar que promove a aproximação entre as pessoas acontece em todo o município de Chapada dos Guimarães, pois os quilombolas ao ir e vir da cidade para o território e vice-versa, movimento que chamo de dança dos corpos quilombolas, promove uma inteiração entre as pessoas, e assim continuamos a construir esse município. Passo agora a compartilhar as histórias atravessadas por acontecimentos históricos de saída do território, da não permanência fixa na cidade, de corpos habilidosos para trabalhar, coletar, celebrar e fazer política, de herança cultural, complemento financeiro, um cenário onde não humanos e humanos apresentam suas danças na vida. O movimento dos quilombolas pelo município de Chapada dos Guimarães não é um fenômeno sem significados, ao contrário, nesse cenário se observa tanto negociações de vida como também uma arte cinestésica nas matas e cerrados, assim como nas casas dos parentes, esses corpos habilidosos de seres humanos se movimentam como uma dança, mostrando que os quilombolas em Chapada dos Guimarães vivem o território mesmo não estando nele definitivamente.

### **3.1 Dança Para o Trabalho**

“Trabalhar no mato é melhor” João Dias (Negão), Chapada dos Guimarães, 2024.

Afirmo que os quilombolas fazem a cidade em Chapada dos Guimarães atuando de diversas formas, uma delas é pelo trabalho, a partir dos meus 11 anos comecei a trabalhar capinando lotes pela cidade, final da década de 1990 era bem comum adolescentes trabalhar e ajudar no sustento da família, depois fui vendedor de picolé, trabalhei também como “badéco” ajudante de mecânico, posteriormente fui ajudante de

pedreiro e jardineiro, trabalhei também como garçom nos restaurantes da cidade. Assim como eu, muitos parentes começaram a trabalhar cedo, e não somente na cidade, depois de jovem comecei a fazer empreitas junto com primos, fazíamos cerca, roçávamos pastos, tirava madeira, trabalhava com gado.

Quando os quilombolas tiveram que sair dos seus territórios, parte considerável se instalaram na cidade em Chapada, e muitos foram para Cuiabá, nessa pesquisa me atentei para o fato de uma quantidade considerável de parentes optarem por trabalhar no território, em diálogo com eles procurava entender o porquê eles não trabalhavam na cidade, a resposta era quase sempre a mesma, “trabalhar no mato é melhor”, ouvi a resposta da seguinte forma também, “primo, você sabe, trabalhar no mato você é livre, faz o seu horário, pode ir pescar e se o serviço foi grande, pode até fazer plantação”.

Nas falas dos meus parentes não se ouve o termo território, a expressão é *ir para o mato, trabalhar no mato, morar no mato*, isso tudo significa estar fora da cidade, mas não somente estar, morar ou trabalhar no mato, é como fazer parte daquele ambiente, e eles sabem viver o mato, o que significa viver o território, essa afirmação diz respeito ao saber fazer e quando fazer as determinadas atividades, por exemplo, não cortamos uma madeira ou tiramos palha em qualquer *lua*, existem a fase correta para determinados serviços, esse é apenas um dos vários exemplos de saber viver o território. Para mim é claro a opção de ir trabalhar no *mato*, se trata de uma questão primeiramente de pertencimento, depois de uma qualidade de vida que envolve simplicidade, liberdade, fartura, sossego... O grupo de rap Racionais MC's cantam sobre isso em um trecho da música “Vida Loka” parte II, o trecho diz assim; “as vezes acho que todo preto que nem eu, só um terreno no mato só seu, sem luxo descalço, nadar no riacho, sem fome pegando as frutas no cacho...” (Racionais MC's, 2022). Mesmo não tendo o território titularizado muitos quilombolas em Chapada dos Guimarães se sentem em casa pegando empreitas pelo território.

Meu primo-irmão materno João Dias (Negão), tem casa na cidade no bairro Nova Chapada, mas passa a maior parte do tempo trabalhando pelo território, ele é filho da minha tia Leonice Dias (Nininha), é casado e tem dois filhos, apesar de novo, com 40 anos, já é avô de dois netos.

Foto 44 – Negão ao meio, sua esposa Kelly e eu



Arquivo pessoal, 2025.

Atualmente Negão está trabalhando em uma fazenda na região do território do quilombo Lagoinha de Cima como caseiro, porém, o combinado com o empregador é que ele tem a liberdade de pegar empreitas em outros lugares e sair para fazê-las. Negão é tratorista, vaqueiro, faz cercas, curral, constrói chapéu de palha, tira madeira e qualquer outro serviço na zona rural, em seu relato sobre o não paradeiro na zona urbana do município de Chapada dos Guimarães ele afirma.

**Negão:** Nascemos e crescemos tudo na zona rural, então viemos para a cidade, mas eu não consigo viver na cidade, tenho casa lá, mas trabalho e vivo na zona rural, no mato faço de tudo, qualquer serviço, o meio de sobrevivência na zona rural é muito melhor... Fomos para a cidade por necessidade, nunca quisemos ir, para quem tem costume no mato, a cidade é difícil para viver.

**Kelly:** Eu o acompanho nos serviços, principalmente quando ele não acha companheiro para ir, ajudo no serviço, faço a comida, é assim... Eu também não gosto de ficar na cidade, nós somos de zona rural mesmo, para mim é até uma aventura, me acostumei assim, cada tempo para um lugar.

**Negão:** entre tudo já rodamos em umas quarenta fazendas, isso trabalhando fixo, não quero parar, trabalhar assim é mais produtivo, aqui mesmo (se referindo na fazenda onde está atualmente), temos plantação de banana, plantação de batata, de abóbora e de várias frutas, na zona rural é mais viável, eu só trabalho assim pelo motivo de não ter um lugar próprio no mato, se eu tivesse seria outra história, mas por enquanto vamos vivendo aqui e ali nas fazendas dos outros... (Negão/Kelly, 17/01/2025).

Negão e Kelly tem 24 anos juntos, e o modo de viver deles, “aqui e ali” como é afirmado no relato, em um primeiro momento e com um olhar de fora parece algo triste, um não paradeiro, mas não é, esse movimento, essa dança que eles fazem trabalhando pelo município é como uma simbiose no sentido de uma relação entre organismos, nesse caso, Negão e Kelly com o território, e essa relação produzida entre as partes constrói

como resultado o que o Negão afirma “trabalhar assim, é mais produtivo”. O lote que Negão construiu a sua casa na cidade são com medições novas de 12x20, diferente do terreno que a dona Rolinha tem, que é uma medição antiga com 10x60, o lote de Negão é apenas para construir a casa, enquanto o de dona Rolinha permite cultivar nele pois tem espaço para isso. Contudo esse não é o principal motivo que Negão opta por trabalhar na zona rural e não parar em definitivo na cidade, percebi outras relações com quem dança trabalhando pelo município.

Eu já me questioneei, porquê trabalhar para fazendeiros? E pode ser que alguém ao ler esse trabalho possa se perguntar, eles trabalham para os fazendeiros que estão em posse dos seus territórios? Sim, muitas vezes sim, demorou para eu entender, mas aqui em Chapada dos Guimarães os quilombolas não olham para os fazendeiros como inimigos, hoje consigo afirmar que são nossos antagonistas, mas não inimigos, pode ser que não nos olham da mesma forma, pois já houve caso de fazendeiro expulsar quilombola aqui em Ribeirão do Itambé queimando sua casa, colheita e animais, ato que demonstra ódio e hostilidade, ato de inimigo. Com certeza os fazendeiros não nos querem como donos das terras, em contrapartida não hesitam para combinar um serviço, e quando combinamos, isso não significa que estamos nos sujeitando a eles.

O que acontece aqui, são pelo menos dois fatores, o primeiro é o apego que temos pelo território, o que se desenvolve em trabalhar pelo amor e com respeito, amor pelo modo de fazer e respeito por sermos conscientes que existem outras espécies e somos codependentes delas, assim como veremos logo abaixo. O segundo é que muitos quilombolas não conseguiram se adaptar na cidade, e trabalhar pelo território, em muitos casos para fazendeiros posseiros é uma forma de driblar o sistema que mantém esses fazendeiros na posse do território, e com isso a oportunidade de viver o território. Trabalhar no território para fazendeiros acontece com quilombolas em Chapada dos Guimarães pelo fato conquistar os nossos direitos ser um processo demorado. Como em todos os quilombos no Brasil, os quilombolas em Chapada dos Guimarães são explorados e usurpados, tendo os seus direitos negligenciados, mas estamos driblando essas estruturas de políticas burocrática para viver o nosso território. O processo da regulamentação fundiária dos territórios quilombolas são demorados, mas isso não nos deixa desmotivados pois decidimos viver. A demora no processo tem vários fatores, o orçamento para regularização reduzido, o INCRA sucateado. Mas enquanto estamos sem o território regularizado, vamos reparando as consequências e vulnerabilidades procurando estar sempre em contato na terra que por direito é nossa.

Foto 45 – Chapéu de palha feito por Negão



Arquivo pessoal, 2025.

A imagem acima é um trabalho de Negão entregue em dezembro de 2024, em um sítio próximo ao fecho do morro no território do Ribeirão do Itambé, esse tipo de trabalho é uma dança demorada, envolve serrar a madeira, tirar, riscar e bater as palhas, envolve o conhecimento histórico que temos sobre qual fase da lua para realizar parte do serviço, envolve o respeito a terra, a mata, o rio, nesse caso para não derrubar o pé do babaçu, mas apenas tirar as palhas. É possível perceber aqui um contraste entre o “amor e o poder” (Tsing, 2019), e é necessário tocar nesse assunto, pois a Chapada dos Guimarães tem sido invadida pelo agronegócio com plantios de monocultura, com garimpos no parque nacional, com a derrubada do cerrado para plantar capim e criar gado, trabalhos desrespeitosos que não pensam de forma consciente as multiespécies.

O modo como o Negão trabalha é um aprendizado vindo dos nossos *ancestrais*, por isso o coloco como pelo amor as plantas, animais, a terra, o rio e todos eles se fazem parceiros, enquanto no poder a parceria só é possível visando lucros, há um contraste entre o trabalho realizado pelos quilombolas em Chapada dos Guimarães com o modo de produzir do agronegócio, da exploração de minério e criação de gado de corte. Quando Anna Tsing (2019) ao escrever sobre a produção do cosmopolitismo das cidades subterrâneas dos fungos afirma que “os poucos humanos que percebem os fungos, conseguem amá-los com uma paixão sem folego” (Tsing, 2019. P. 44), percebo em nós

quilombolas de Chapada dos Guimarães o mesmo amor, e por isso trabalhamos respeitando outros seres, pois sabemos que somos codependentes uns dos outros e não nos consideramos melhores, contudo, a forma de agir dos que produzem grandes monoculturas, escavam para extrair o ouro, dizem trazer o “progresso”, com o asfalto e concreto, com defensivos e desmatamento.

Aqui é possível perceber também um contraste entre a construção de conhecimento dos quilombolas que prioriza a relações entre as multiespécies, e isso pode ser entendido que é pelo amor, com a ciência que produz monoculturas e explorações de minérios que é um modo de trabalho que é pelo poder, enquanto a primeira protege, revitaliza e foca na multiespécie, a segunda destrói produzindo defensivos, porque não falar venenos, e coloca em risco a vida de todos os seres.

### **3.2 Dança Para Coleta**

Se eu pudesse voltar a morar lá eu queria, em Cachoeira Rica tem tudo que a gente gosta, a bacaba, o pequi, lá tem muita jabuticaba nativa da roxa, da amarela... Tem tudo que a gente gosta, (Natanael, 2024).

Coletar o buriti e preparar a polpa dá trabalho, as pessoas veem pronto, mas não sabem o trabalho que dá, (Angelina, 2025).

Nossas matas e cerrados são ricos em frutas, plantas comestíveis e plantas medicinais, o que nos proporciona alternativas de alimentação e curas naturais, acompanhando os mais velhos pelos cerrados e matas os quilombolas aprendem logo cedo quando e como coletar, a coleta não é um fenômeno simples ou como apenas por distração, pelo contrário envolve todo um conhecimento específico do ambiente, técnicas para realizar as tarefas, cuidados, pois o ambiente pode ser hostil. Temos o costume de coletar cascas, raízes, folhas, palmitos e frutos, mas vou me atentar aqui para a coleta apenas de frutos, mais precisamente de quatro deles, o pequi, a bacaba, o cascudo e o buriti, alguns parentes coletam o pequi e o buriti para complementar a renda, mas é pouco o caso, em geral a coleta é para compartilhar com os de perto e os de longe. Mais uma vez aqui falamos de relações entre seres, pois ao observar a coleta se percebe a relação dos quilombolas com o território e todos os que habitam nele, sejam plantas, animais, serras, rios, espíritos.

Relatar sobre as coletas que os quilombolas realizam em Chapada dos Guimarães, é essencial para mostrar contrastes nas histórias produzidas por povos com ancestrais não ocidentais, com as histórias produzidas pela tradição ocidentalizada. Em sua maioria as

histórias construídas pela cultura Ocidental carrega um problema crônico, pois o fim de cada enredo geralmente não é agradável, Cesar Mc no rap “Canção Infantil” (2019), ao escrever uma letra expondo o retrato de uma sociedade corrompida, mostra que os contos infantis e personagens com bicho-papão, monstros e lobo mau podem ser percebido na vida real, o cantor se pergunta, “por que descobertas são letais?”, nessa descoberta ele percebe que os monstros dos contos são literais, e existem nas histórias que criaram as sociedades no Ocidente, nesses enredos não é mais permitido ir ao pique, pois o mesmo está melado de sangue, assim o rapper afirma;

Brincar nós ainda quer, mas o sangue melou o pique;

O final do conto é triste, quando o mal não vai embora;

O bicho-papão existe, não ouse brincar lá fora;

Pois, cinco meninos foram passear;

Sem drogas, flagrante, desgraça nenhuma;

A polícia engatilhou, pá, pá, pá, pá;

Mas nenhum, nenhum deles voltaram de lá;

Foram mais de cem disparos nesse conto sem moral;

Já não se era mito essa história de lobo mau;

Diretamente do fundo do caos, procuro meu cais no mundo de cães;

Os manos são maus, no fundo a maldade resulta da escolha que temos nas mãos;

Uma canção infantil, à vera;

Mas lamento velho, aqui a bela não fica com a fera;

Também pudera, é cada um no seu espaço;

Sapatos de cristal pisam em pés descalços. (Cesar Mc, Canção Infantil, 2019).

O rapper retrata uma sociedade que a partir das histórias se tornou fria, egoísta e violenta, semelhantemente Le Guin (2021) diz que pessoas continuam a contar histórias de como o “Mamute caiu sobre a criança desafortunada, e como Caim derrubou Abel, e como a bomba caiu em Nagasaki, e como o Napalm caiu sobre os aldeãos, e como os

mísseis cairão sobre o Império do Mal, e todas as outras etapas da Ascensão do Homem”. (Le Guin, 2019, p. 4). Mas a seguir seguem histórias sobre coletas, trocas e de pessoas que preferem compartilhar, histórias de gratidão, de quilombolas.

Vou falar primeiramente sobre a coleta da bacaba, o fruto de uma palmeira com folhas que se assemelha a um leque, com altura que chegam a dez metros e caules finos, os frutos dão em cachos, são pequenos e arredondados, quando estão maduros tem a cor preta a pesar de serem envolvidas em espécie de proteção de cor acinzentada, bem comum em nossa região a bacaba pode ser encontrada nas matas e sempre próximas aos rios e córregos.

Foto 46 – Pé de bacaba, no fecho do morro



Arquivo pessoal, 2024.

Foto 47 – Fruto de bacaba, colhido na região do fecho do morro



Arquivo pessoal, 2024.

Em nossa região a bacaba começa a soltar os cachos em junho/julho e dependendo de como for o ano em relação a chuva, em outubro já é possível encontrar os frutos maduros, mas em geral a coleta ocorre em novembro e dezembro. Temos aqui duas espécies, chamamos de bacaba preta e bacaba branca, coletamos ambas, a diferença está somente na coloração da polpa sendo que a primeira é mais escura, e a outra e bem clara, alguns parentes tem preferência por uma ou por outra, então antes de subir verifica no caule ou na raiz de qual bacaba aquele pé se trata, subir em um pé de bacaba envolve toda uma técnica de habilidades como força, equilíbrio, e percepção se compensa subir em um determinado pé, se este é confiável ou se tem indício de que pode quebrar, se os cachos tem frutos que vale apenas ir lá em cima. Tem pé de bacaba que solta até quatro cacho, mas tem pé que solta um apenas, pode ocorrer de um cacho render mais do que quatro, por questões assim é imprescindível ter a percepção para saber em qual subir.

Foto 48 – Natanael descendo com dois cachos de bacaba



Arquivo pessoal, 2024.

Natanael é um parente paterno que saiu de Cachoeira Rica ainda jovem com 24 anos, ele diz que já faz 35 anos que saiu e nunca voltou a residir na comunidade, mas todo ano não deixa de ir coletar bacaba. No dia 24/10/2024 saí com ele e com um de seus filhos as 4:30h de Cuiabá para coletar bacaba na região do fecho do morro em Ribeirão do Itambé, Natanael afirma que desde seus sete anos de idade sobe em pé de bacaba para tirar os cachos, quando era novo diz que subia sem *peia*, mas agora tem que colocar a *peia* nos pés pois com 59 anos já não tem as mesmas agilidades de antes, a *peia* é normalmente feita de saco, coloca nos pés para dar apoio na subida.

É possível perceber nessa relação existente entre Natanael com a bacaba e a sua coleta, uma questão de conectividade, vejam que há 35 anos ele saiu da comunidade, mas para coletar a bacaba ele vai ao território todos os anos, isso significa dizer que a bacaba conecta Natanael ao território e aos parentes que ainda estão lá, e essa conexão é levada à geração posterior, Natanael tem dois filhos, o primeiro com 18 e Calebe com 14 anos, o que esses meninos conhecem da comunidade é a partir da bacaba que conecta o pai ao território mesmo depois de tantos anos da sua saída da comunidade. Nessa época chamada de antropoceno, onde grande parte da ação do ser humano tem causado impactos negativos no planeta, tendo, portanto, o cenário de um mundo de horror com uma agricultura agressiva e intensiva, com a emissão de gases de efeito estufa e com severas alterações na biodiversidade e no clima.

É esperançoso expor que quilombolas em Chapada dos Guimarães são conectados a partir da interação com frutos que coletam desde a infância, sem dúvidas essas são histórias de “socialidade mais que humana”, Tsing (2019). Natanael ao coletar a bacaba socializa com a mata, com o rio, com os animais, sabe a importância de cada um desses seres para a vivência mútua onde todos trocam e são interdependentes. Está muito claro o movimento que nós quilombolas fazemos e que pode ser entendido como uma contribuição para “defender o palco onde dançam”, contudo é preciso que os não quilombolas e herdeiros dos colonizadores e os que pensam como tais, assim como afirmou Latour (2020, p. 15/16), “identificar também essas migrações sem forma e sem nação que chamamos de clima, erosão, poluição, esgotamento de recursos, destruição dos habitats”. Porque os quilombolas em Chapada dos Guimarães com suas danças mostram na prática como viver no mundo.

Foto 49 – Natanael e seu filho Calebe



Arquivo pessoal, 2024.

Todos os parentes que coletam a bacaba, compartilham os frutos ou a polpa, a parte que fiquei da coleta do dia 24/10/2024, fotografia 47 na página 98, dividi com três parentes, da polpa se faz uma vitamina, alguns falam suco, os mais velhos falam *sembereba*, o processo depois de coletado é, colocar a bacaba em água morna por 30 minutos, a água não pode estar quente pois assim a bacaba *encroa*, ou seja, fica endurecida e impossibilitada de continuar com o processo, depois de 30 minutos em água morna a bacaba amolece e pode ser amassada com as próprias mãos ou algum objeto, depois de socada coloca leite ou água na massa e coa, assim a polpa está pronta, na sequência se bate com mais leite ou água para deixa mais fina e tempera com açúcar a gosto. A seguir passo aos relatos sobre a coleta do pequi.

\*\*\*

Foto 50 – Pequizeiro com frutos, comunidade Morro do Bom Jardim



Arquivo pessoal, 2025.

O pequi é um fruto bem conhecido na culinária mato-grossense, em Chapado dos Guimarães é comum encontrar pequizeiro por toda a parte, assim como vendedores no período da coleta em barracas à beira da estrada que liga Cuiabá a Chapada, ou em mercados livre e feiras oferecendo o fruto, a venda do pequi acontece em estilo de comércio informal, e de um modo incomum os caroços são vendidos por litro. A coleta em nossa região ocorre entre o final de dezembro a meado de fevereiro. Eu me lembro do tempo que não havia coletores de pequi com o fim de comercialização, em meu tempo de criança coletávamos somente para comer e para levar para os parentes que não conseguiam ir mais às coletas. Me lembro também de quando começaram a falar que o pequi valia dinheiro, a partir de então no tempo do pequi apareciam pessoas com caminhonetes e levam cheias de pequi, muitas delas até derrubavam o pequi do pé, com

essas mudanças, muitos quilombolas passaram a coletar para vender também, o que não acho um erro, pois assim como afirma Natanael “não se pode pegar fruto algum fora do tempo, fora do tempo o fruto sai com o leite e isso causa a morte da planta”. Observo que mesmo quando quilombolas aproveitam daquilo que a terra dá para complementar a renda, isso é feito com responsabilidade, assim como faz Daniel, um parente do Morro do Bom Jardim no território de quilombo Morro do Cambambi.

Foto 51 – Daniel cortando pequi



Arquivo pessoal, 2025.

Foto 52 – Eu cortando pequi



Arquivo pessoal, 2025.

Daniel é casado com Janiele, ambos naturais do Morro do Bom Jardim, tem duas filhas e coletam pequi para complementar a renda, estive na casa deles no início de janeiro de 2025 e dialogamos sobre a coleta desse fruto, o Daniel trabalha em fazendas, como

tratorista, vaqueiro, afirma ainda que “mexe com cerca, roçada, e na época do pequi faz a colheita para acrescentar a renda e sustentar a família”. Ao chegar na casa do Daniel eles estavam almoçando, Janiele tinha feito um frango caipira com pequi, nos convidou para o almoço, que aceitamos com alegria, estava eu e minha esposa, logo após a refeição nos falaram sobre a coleta do pequi.

**Daniel:** Fazer a colheita de pequi é bem animado, é aproximadamente 45 dias, do finalzinho de dezembro até por volta de 15 de fevereiro, desde criança pego pequi, é de geração né, era mais para consumo mesmo... Meu pai está aí colhendo pequi, tem mais de 70 e ainda corta pequi... A colheita se faz dia sim, dia não, pois o certo é pegar somente o pequi caído, mas não pode deixar muito tempo no chão, se não ele amarga... Tem que ter a prática para colher se não, não arruma nada no mato, por exemplo pequi muito novo não abre, muito velho é meloso e amargo, então coletar pequi tem uma ciência, pequi bom é do bico novo... Entrego o pequi a sete reais o litro lá em Cuiabá...

**Janiele:** Gosto de colher e gosto de comer também o pequi, desde cedo eu aprendi a cortar pequi, e agora que a gente colhe para vender é bom né, podemos fazer algumas coisinhas a mais, rebocar a casa, colocar piso... eu colher porque eu gosto de ajudar, e para não deixar ele ir sozinho né, no mato é perigoso. (Daniel/Janiele, 2025).

É perceptível que Daniel e Janiele tem todo o conhecimento para coletar o pequi, e isso contribui com certeza para uma boa coleta. Contudo, é importante perceber a relação deles com outros seres nesse processo, a Janiele afirma que o “mato é perigoso”, e durante o diálogo eles relatam sobre os perigos com marimbondos, abelhas, cobras e outros animais. Para além desses perigos, eles relatam sobre animais que competem com eles pelo fruto, como o tatu e o ararão, enquanto o primeiro come o fruto no chão, o segundo come o fruto ainda no pé, e interessante é que segundo o Daniel o ararão come a castanha que se encontra depois dos espinhos do pequi. Essa competição colocada por meus interlocutores em relação aos animais, não pode passar despercebida como sendo somente um comentário dos coletores, é possível perceber aqui que os animais não humanos têm as suas interpretações do mundo, e que se comunicam e agem de forma intencional. Vinciane Despret (2022) pensando sobre a linguagem dos animais, afirma que os seres se transformam, e não humanos se tornam artistas e dramaturgos talentosos, assim, criam um cenário onde não humanos e humanos estabelecem relações significativas entre si, nesse cenário da coleta do pequi se observa uma relação de competitividade.

É preciso enfatizar que os coletores quilombolas não se tornam inimigos dos animais que se alimentam do pequi, pelo contrário, eles entendem que a mata e o cerrado de certa forma pertencem mais a outros seres do que a eles mesmos, e que por serem animais exclusivamente coletores são mais dependentes dos frutos existentes no cerrado

e na mata, sendo assim, há uma consciência entre os quilombolas de não coletarem tudo, de não derrubar do pé, de não quebrar qualquer galho e muito menos derrubar a árvore, ação que contribui para que os pequizeiros nativos continue existindo, e não humanos fazendo também as suas coletas. Vamos aos relatos sobre a coleta do buriti.

\*\*\*

O buriti em nossa região é menos popular que o pequi e mais que a bacaba, é o fruto de uma palmeira de porte alto e caule grosso que costuma ser encontrada em terrenos úmidos, nascentes de água e em brejo, chamamos o fruto de coco de buriti que tem em média sete centímetros de comprimento e cinco de diâmetro, e quando está maduro tem a casca que se assemelha a escamas alaranjada assim como a polpa. Do buriti coletamos as folhas, os talos e o fruto, com as folhas e talos se faz corda, apá, balaio, cobertura de casa... Porém, vou me ater aqui somente na coleta do fruto.

Foto 53 – Buritizal, próximo a comunidade Pingador no território do quilombo Morro do Cambambi



Arquivo pessoal, 2025.

Coletar buriti é algo que aprendemos ainda criança, íamos com os mais velhos, ainda me lembro de algumas falas das tias nos direcionando pra pegar o melhor fruto possível, elas diziam “o coco desse pé ou desse capão é bom crianças, olha como está pisado de porco aqui”, o porco, a paca, a cutia, o tatu são alguns dos animais que gostam do coco de buriti e aprendemos com as tias a observar os rastros desses animais para diferenciar um fruto “bom” de um “ruim”, um fruto “ruim” a escama é dura, a polpa é muito grudada no caroço, tem fruto de determinados pés que nem amolece, e os animais sabem desses detalhes e procuram comer onde o fruto é melhor, o que não significa que os animais não comem os frutos “ruim”, sim eles comem, mas por último, quando já está

acabando a safra, porém durante o período da produção do buriti, eles escolhem e comem somente dos pés que produzem frutos melhores. Os animais tem os seus modos de se relacionar, e deixam as suas marcas assim como afirma Vinciane Despret (2022), cabe a nós humanos, de forma definitiva entender que no mundo os seres se comunicam, tem as suas escritas, seus significados e suas trocas, ou seja, não existem seres estáticos no mundo, e esses seres não deixam marcas simplesmente por acidente, podemos aprender muito com os seres não humanos, entendo que as marcas deixadas pelos porcos e outros animais nos pés do buriti indicando que aquele fruto é “bom”, e a percepção das tias sobre aquelas marcas é a demonstração da existência de uma relação de troca entre humanos e não humanos.

Anna Tsing (2019) ao descrever o plano traçado por mulheres nas coletas de cogumelos, afirma que as coletoras se alinham a catadores invisíveis, humanos e não humanos que antes delas, passaram por determinados lugares e deixaram traços de suas atividades. Nessa estratégia os não humanos como alces, cervos e ursos são tão importantes como os humanos, pois seus rastros e pegadas conduzem aos cogumelos. Nesse sentido, a dança dessas coletoras confluem em um só movimento e enredo com as danças dos animais na procura pelo matsutake. Nesse cenário, há inúmeras performances de vidas, de humanos vivos, de humanos mortos pelas memórias dos vivos, de não humanos, como animais, arvores, cogumelos, a floresta como um todo, todas essas espécies com relações entrelaçadas que acabam incorporando as performances do outro em sua própria performance, de maneira que todos, animais, árvores, cogumelos, humanos dançam e se encontram nos caminhos uns dos outros, para Anna Tsing essa performance de ecologia humana e não humana pode trazer uma conscientização ambiental para nossos dias.

Nessa mesma performance aprendemos a coletar o coco de buriti, em um cenário onde os não humanos como os porcos, pacas, cutias, tatus se apresentam como conhecedores da qualidade dos frutos e nós humanos aproveitamos os seus conhecimentos e coletamos nos lugares onde eles indicam que tem fruto “bom”, os quilombolas em Chapada dos Guimarães são conscientes de que não são melhores do que outros seres no mundo e se dão conta da importância de conviver com os seres não humanos respeitando e aprendendo com eles, assim continuam exibindo suas danças pelo município em uma coexistência com muitas formas de vidas.

A nossa coleta quando criança era exclusivamente para *roer* o coco, a polpa do buriti tem um sabor levemente adocicado, fazíamos uma vez ou outra a vitamina da polpa

com leite, o que os mais velhos chamam de *sembereba* de buriti. Hoje muitos coletam o buriti para comercializar, em Chapada dos Guimarães se encontra em sorveteria o picolé e o sorvete de buriti, muitas pessoas compram a polpa para fazer a vitamina em casa, tenho uma prima-irmã que coleta o buriti e vende a polpa para acrescentar a sua renda.

Foto 54 – Angê com polpa de buriti



Arquivo pessoal, 2025.

Angelina Dias a quem carinhosamente chamamos de Angê, é minha prima por linhagem matrilinear e é casada com o Mário Márcio um primo meu por linhagem patrilinear, o casal tem casa na zona urbana do município, mas preferem trabalhar e morar na zona rural, o Mário é vaqueiro e está trabalhando atualmente na fazenda aonde a mineradora em Cachoeira Rica funcionava extraindo diamantes, pós encerrar as atividades o grupo responsável pela mineradora vendeu a propriedade para um fazendeiro que passou a criar gado no local, dentro dessa propriedade passa o rio Quilombo e o rio Ribeirão, e tem algumas nascentes de água. Próximo aos rios e das nascentes de água se encontra os pés de buriti, Angê e Mário moram nessa fazenda já faz sete anos, e Angê aproveita e faz as coletas de buriti para vender a polpa e ter uma renda extra.

**Angê:** Gosto de morar aqui na zona rural pela tranquilidade, aqui não tem violência e nem roubo, aqui no mato a gente planta e colhe, na cidade tudo tem que comprar e vive mais preso, lá não se pode plantar e nem colher... Já tem três anos que comecei a coletar o buriti para vender a polpa.

**Pesquisador:** Nos conta o seu processo na coleta do buriti.

**Angê:** Tem que ir ao brejo pegar, quando chego em casa com o coco, lavo e deixo de molho para amolecer, depois descasco e rapo a polpa, depois amaço e faço a bola, deixo esfriar para pôr na embalagem..., Mas dá trabalho, não é assim fácil como parece, estou contando resumido, mas a coleta dá trabalho em. quando a gente vai vender tem pessoas que falam “está vendendo ouro”, mas não sabem o trabalho que dá e o risco que a gente corre na coleta. O brejo é perigoso sucuri e outras cobras, essa semana fui fazer uma coleta, e eu tenho

sete cachorro, todos foram, sabe o que aconteceu? Pois uma cobra mordeu um dos meus cachorros e matou...

**Pesquisador:** Nossa que triste.

**Angê:** Pois é, eu passei na frente, e esse cachorro que a cobra matou passou por último, era um cascavel, por enquanto eu não vou lá aonde isso aconteceu, fiquei muito triste, é algo que marca a gente né, perder uma criação assim é muito triste. (Angelina, 17/01/2025).

Os que Angê conta, nos leva a pensar que na relação do ser humano com outros seres, a “natureza” não é frágil como se costumam ponderar, é perceptível que os seres não humanos tem melhores aptidões para se adaptarem em circunstâncias adversar em relação ao ser humano, sendo assim, é necessário que o ser humano perceba que ele não é mais importante do que qualquer outro ser no mundo, o modo de vida dos quilombolas em Chapada dos Guimarães, a interação desse povo com os outros seres no mundo pode ser considerada como um “modelo” para construir um modo de viver o mundo que pense outros seres em importância igual, um modo de viver desinteressado de qualquer maneira de acumular riqueza. Essa abordagem me faz lembrar de uma questão colocada por Anna Tsing, “O que seria necessário para construir uma antropologia de habitabilidade mais que humana?” (Tsing, 2019, p. 91).

Com essa questão a autora tem como objetivo chegar ao que ela chama de “biologias substantivistas”, nesse pensamento a paisagem é colocada como protagonista, e o humano é percebido somente como parte nessa relação ecológica entre espécies diferentes. Tsing afirma que necessitamos do mutualismo multiespécies para sobrevivermos, contudo, esse mutualismo não é algo fácil de acontecer, a autora chama a atenção para não entender essa relação como uma pretensão Divina, e argumenta que lidar com o outro, e independentemente se humano ou não humano pode muitas vezes ser brutal e hierárquico, ou ambos os casos, porém, no desenvolvimento do mutualismo específico nada pode ser dado como certo, ter a certeza de resultados, mas se têm possibilidades da construção de uma habitabilidade para além da humana.

Tsing trabalha nessa teoria em conjunto com biólogos, dialogando sobre o antropoceno a partir da preocupação mútua sobre a diminuição da habitabilidade na terra pela reação dos processos industriais e acúmulo de capital com efeitos colaterais letais. Esse diálogo entre ciências naturais e ciências humanas sobre o antropoceno, constrói o conhecimento de que o humano não tem capacidade de sobreviver sem outras espécies, e que o ser humano está dentro de teias ecológicas e não fora dela. Assim, paisagens multiespécies são essenciais até mesmo para sermos humanos. Sem ser pretencioso e, por ser quilombola aponto mais uma vez que, me parece que nós quilombolas em Chapada

dos Guimarães entendemos que existe uma interdependência entre os seres no mundo, e que nós seres humanos somos mais dependentes nesse cenário, e essa percepção que não aconteceu agora, em nós quilombolas que ainda vive pelo município de Chapada dos Guimarães, vivemos essa relação multiespécie por aprendizagem, os *troncos velhos* transmitiram esse modo de viver, e nós estamos vivendo os seus ensinamentos.

\*\*\*

“Bora crianças, pegar cascudo”, normalmente quem faz esse chamado é uma tia ou um tio, e na sequência se junta um grupo com adultos e crianças

Foto 55 – Parentes indo pegar cascudo



Arquivo pessoal, 2025.

Entre as coletas mencionadas aqui, a do cascudo é a mais divertida, pois o cascudo é encontrado em cerrado mais aberto, é um fruto de uma planta de pequeno porte, isso facilita a coleta de maneira que crianças conseguem fazê-la. Esse fruto tem um formato oval, com uma casca grossa e por dentro o caroço é coberto por uma polpa branca e causa um aperto na boca quando está verde, e da cor de mel e doce quando está maduro. Por motivo do cascudo ser acessível temos o costume de coletar em grupo, na imagem acima saímos para coletar no dia 02/01/2025, nessa foto tem avô, pais, mães, tios, tias, filhas e filhos, sobrinhos e primos, a diversão na coleta do cascudo é pelo motivo dos parentes saírem juntos para coletar. Nesse dia estávamos reunidos em Cachoeira Rica na casa da minha tia Juví, dos que estão na foto e eu que a fiz, o tio Maneco que está de chapéu preto mora na comunidade Paiol Velho, ele é esposo da tia Maci, eu e a Aucilene minha esposa e nossas filhas estamos morando em Cuiabá, os irmãos Manoel e Cida Lessa que são meus primos, ele está de boné e ela de blusa listrada moram na zona urbana em Chapada,

e minha prima Francisca que está com chapéu de palha mora na comunidade Barra do Bom Jardim no território de Cambambi.

A diversão começa quando os parentes vão chegando, as saudações, abraços, no pedir a benção e no abençoar, na preparação do almoço, nas conversas embaixo da árvores, e continua pós refeições quando alguém faz aquele chamado “bora crianças, pegar cascudo”, uns pegam sacos outros baldes, pois temos parentes que não vão mais ao cerrado coletar, então trazemos para eles comerem em casa, a coleta do cascudo acontece aos risos, cantoria, trapalhadas das crianças e fuga dos marimbondos, por ser um fruto doce os marimbondos costumam fazer casas nos galhos e muitas vezes somos pegos desprevenidos e levamos uma e outra ferroadas, o que também é motivo de graça pra o grupo.

Foto 56 – Prima Francisca e seu filho Miguel



Arquivo pessoal, 2025.

Foto 57 – Primo Manoel Bom Despacho



Arquivo pessoal, 2025.

Afirmo que a coleta do cascudo é uma conectividade, nesse modo de vida que temos, fomos ensinados a viver tendo um envolvimento com a natureza e outros seres que as constituem, a maioria dos meus parentes estão fora do território morando em zonas urbanas, mas nós não deixamos os nossos filhos desconectados do nosso lugar de origem, Nego Bispo (2023), também quilombola faz um contraste entre a cidade e a mata e afirma.

O que é a cidade? É o contrário de mata. O contrário de natureza. A cidade é um território artificializado, humanizado. A cidade é um território arquitetado exclusivamente para os humanos. Os humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas na cidade. Qualquer outra vida que tenta existir na cidade é destruída. Se existe, é graças à força do orgânico, não porque os humanos queiram, (Santos, 2023, p. 8).

As várias afirmações dos parentes sobre trabalhar e morar no *mato* ser melhor do que na cidade, é pelo motivo do envolvimento, pela conectividade, pela inteiração que fomos ensinados a ter com todos os seres. Os quilombolas no município de Chapada dos Guimarães procuram viver nesse envolvimento com outros seres, sabemos que muitas vezes se envolver com outros seres não há harmonia, por isso aprendemos a respeitá-los também, em nossa coleta de cascudo no dia 02/01/2025 a minha filha Rebeca e meu sobrinho Miguel, filho da prima Cida Lessa, foram ferroados por marimbondos e isso faz parte do envolver-se e, mesmo sendo ferroados por esse seres não os destruímos, pois aqui no *mato* temos a consciência de que todas as vidas são importantes, e portanto não excluímos nenhuma possibilidade de outras vidas viverem.

### **3.3 Dança Para Fazer Política**

Me lembro na graduação que um professor da disciplina de filosofia política falava em seus comentários que a política existe para evitar a guerra, os quilombolas em Chapada dos Guimarães foram tirados de seus territórios por falta de políticas que garantisse os seus direitos, e permanecem fora do território pela lentidão no processo de regularização fundiária dos territórios, o que caracteriza uma falta de política para reestabelecer essa população aos seus lugares de origens, essa falta de política que contribuiu para a saída desse povo dos territórios faz com que esse grupo viva fora dos seus lugares de origens em “situação de guerra”. O ser humano é um ser político, assim como afirma Aristóteles (2006), que o homem é um animal político inclinado a fazer parte de uma cidade, polis do grego, e somente como parte dessa polis o homem pode desempenhar completamente as suas potencialidades. Já expus nessa dissertação sobre a

política de quilombo que contribuiu para que os quilombolas em Cachoeira Rica continuassem existindo, porém, essa política foi insuficiente para a permanência no território, assim começamos a perceber que é necessário nos inserirmos na política do sistema governamental para termos um representante quilombola que busque recursos, aliados e formulação de leis para a garantia dos nossos direitos.

O “jogo” político é inclinado a ser excludente, acabei de citar Aristóteles com o homem da polis e toda a história do nascimento da democracia na Grécia antiga, mas bem sabemos que naquele contexto o ser humano da polis era o homem livre, mulheres e escravos não participavam da política. Para Aristóteles (2006) o termo democracia não tem o mesmo significado que conhecemos hoje, para esse filósofo a democracia é o governo dos homens livres, essa é a democracia grega radical onde os homens livres independente de classe social ou de nascimento, podiam fazer parte das coisas da polis, política é o nome que ele dá ao governo do povo, do grego politeia, que são os procedimentos realizados na polis, é o exercício de forma direta do poder legislativo e judiciário em favos de todos. A liberdade é o princípio fundamental para esse sistema político, entende-se por liberdade nesse contexto a ideia de que todo homem livre pode participar alternando-se no governo, uma vez que todos governam e há constantes mudanças nos cargos públicos, não é possível a centralização de poder em um indivíduo, ou um grupo específico e a liberdade existe através da igualdade, lembrando que igualdade se refere aos homens livres, ou seja, homens ricos ou pobres, bem ou não nascidos. Aparecem nesse trecho termos como liberdade e igualdade, mas há nas entrelinhas uma exclusão, os capturados de guerra, as mulheres, os forasteiros não tinham a liberdade e igualdade nas assembleias para deliberarem, pois como já afirmei o “jogo” político tende a ser excludente.

Os europeus trouxeram para a América o “jogo” político que exclui, ao se depararem com os povos originários daqui os denominaram de *índios*, e quando acorrentaram os africanos e os forçaram a uma vida de extrema escravidão os chamaram de *negros*, ações que caracterizam uma política que exclui por cor, raça e etnia, pois denomina-los de *índios* e *negros*, e expor esses grupos há uma situação não humana, depreciação que suportamos até a atualidade em nosso país, são fatores irrefutáveis da maneira como a classe elitista “joga o jogo” político, sempre foi com a intenção de uma perpetuação no poder e exclusão de determinado grupos, não posso deixar de mencionar que o “jogo” político também tende a excluir mulheres, pessoas da comunidade LGBT, sendo assim uma exclusão por gênero. Aristóteles (2006) deixa claro que a política é a

busca do humano pela felicidade, segundo o autor, o ser humano recebeu o logos da natureza, que é uma espécie de “espírito de razão”, dessa forma, o ser humano sendo um “animal político”, ou seja, que constrói argumentos racionais para um viver comum em sociedade, deliberando sobre leis, regras e normas, utiliza-se dessa capacidade racional para distinguir o bem do mal<sup>11</sup>. Aristóteles está falando sobre ética, além da ética se observa termos como felicidade, viver em comum, distinção de bem e mal, tudo o que se refere a virtude, no contexto da Grécia antiga se pode perceber uma contradição no pensamento desse filósofo com a estrutura daquela sociedade, uma vez que somente os homens, e livres faziam parte da polis, semelhantemente na atualidade, ainda se ouve político em suas campanhas falarem sobre felicidade, segurança, saúde, inclusão, um discurso político que na prática não se sustenta, enquanto quilombola sei o quanto somos invisibilizado, excluídos e muitas vezes marginalizados.

Pensando todas essas situações decidimos que era necessário um de nós quilombola entrar no “jogo” político em Chapada dos Guimarães, no início de 2024 começamos a conversar sobre o assunto, as primas Francisca e Cida Lessa, os primos João Dias e Manoel Bom Despacho e eu, tínhamos um sentimento misto de frustração por sermos um povo invisibilizado e sem políticas públicas alguma no município, ao mesmo tempo de esperança em eleger um parente para o legislativo municipal. Nossas primeiras conversas me fez lembrar a resposta de Nego Bispo (2023) há um pesquisador de Cabo Verde sobre como “contracolonizar falando a língua do inimigo”, Nego Bispo responde que é possível enfraquecendo as palavras potentes do inimigo, e potencializando as nossas palavras que estão enfraquecidas, e dá exemplo do termo “desenvolvimento” usada pelos colonizadores que deve ser enfraquecida, e em contra partida potencializar o termo envolvimento, pois envolvimento é exatamente o que vivemos, Nego Bispo afirma.

---

<sup>11</sup> Não podemos entender esse bem e mal em Aristóteles como no pensamento maniqueísta, o bem e o mal em Aristóteles é sobre as virtudes e os vícios, ou seja, é sobre uma ética. Como disse a política para esse autor, busca a felicidade do ser humano, por isso é necessário que o ser humano da polis tem ideias puras e imutáveis, que são as atitudes racionais em relação aos desejos e sensações. Assim o ser humano da polis deve ser virtuoso, ou seja, sem vícios, para que possa promover uma felicidade individual e coletiva na cidade-estado. Um ser humano virtuoso para Aristóteles é aquele que age com moderação, a moderação é resultado de bons hábitos, já os maus hábitos formam os vícios e a pessoas com vícios age com exagero sendo perversa e cruel, tal ser humano vive entregue aos prazeres de forma desregrada, logo a conduta moderada é a virtude do político que pode promover a felicidade na polis, esse ser humano por ser moderado distingui aquilo que é justo daquilo que é injusto, sabe o que é prejudicial e o que pode ser útil, promove o bem e aborrece o mal e, essa faculdade de distinção que produz tanto a família como a cidade. Em Aristóteles a cidade em sua natureza é anterior à família como ao indivíduo, esse pensamento se estrutura no princípio de que o todo vem antes do que a parte, logo o indivíduo é parte da família que é parte da cidade, assim, a cidade é a totalidade, isso implica dizer que o ser humano virtuoso tem o dever de promover a felicidade da cidade por sua conduta moral que é a virtude e prudência, que é a moderação.

Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofofia. Vamos dizer que a cosmofofia é um vírus pandêmico e botar para ferrar com a palavra desenvolvimento. Porque a palavra boa é envolvimento, (Santos, 2023, P. 3).

Ouvindo os parentes sobre a possibilidade de se candidatar, e que sendo eleito como lidar em um “campo minado” que é política em Chapada dos Guimarães, pois os políticos atuais em sua maioria são de famílias que foram escravocratas, donos de engenhos e garimpos no município, famílias que são conhecidas como tradicionalmente políticas, como a família Melo, Curvo, Vieira, Moreira e Siqueira. Sabíamos desde o começo as dificuldades a serem enfrentadas, mas como já afirmei, chegamos a uma conclusão que era necessário um de nós estar lá, fazendo parte do “jogo”, mas não utilizando das suas linguagem e ações, essa é a segunda vez que utilizo o termo necessário nesse trecho, pois essa era ideia, eleger um parente que é necessário, assim como afirma Nego Bispo “As pessoas necessárias são diferentes, são pessoas que fazem falta. Pessoas que precisam estar presentes, de quem se vai atrás” (Santos, 2023, p. 12), os meus parentes quilombolas em Chapada dos Guimarães percebem a vida dessa maneira também, enquanto as famílias tradicionais na política em Chapada se sentem importantes por exercer mandatos no legislativo e no executivo, nós decidimos entrar no “jogo” político para continuar sendo pessoas necessárias.

Em reunião decidimos que a Cida Lessa era o melhor nome naquele momento para uma candidatura, então, quando começou a pré-campanha formamos um grupo com 14 pessoas para coordenar a campanha, todos parentes, dentro desse grupo de coordenadores formamos outros grupos, de comunicação e marketing, de articulação e agendas e de mobilização, as reuniões foram feitas semanalmente e todos os coordenadores trabalharam sem receber salário, fizemos a campanha por uma causa, e isso não envolvia dinheiro. Os trabalhos foram intensos, procuramos visitar todas as comunidades rurais de Chapada dos Guimarães, nessas visitas fazíamos rodas de conversas e não levávamos promessas, a ideia sempre foi ouvir as comunidades e formular junto com elas planos de ações para atender as demandas, logo criamos um grupo no WhatsApp com os apoiadores de Cida Lessa que chegou a ter 500 membros, a campanha foi um sucesso.

Foto 58 – Casa de dona Preta, comunidade Pantanalzinho



Arquivo pessoal, 2024.

Foto 59 – Casa de dona Alice, comunidade Pantanalzinho



Arquivo pessoal, 2024.

A comunidade Pantanalzinho era vizinha da comunidade Varjão, a divisa entre elas era o rio da Casca antes do alagamento da Barragem de Manso, com a construção da barragem parte do território do Pantanalzinho foi alagado, e os moradores continuam morando lá, são nossos parentes também, moram nessa comunidade aproximadamente 15 famílias, que se sentem desamparados pelos poderes públicos do município, existem duas rotas para chegar em Pantanalzinho pela MT020 sendo que no quilômetro 20 pega a Estrada do Acorá a direita, essa rota passa pela balsa do rio da Casca, e da cidade de Chapada até a comunidade são 85 Km, a segunda opção é pela Estrada da Cachoeira Rica, não passa pela balsa, mas aumenta para 100 a quilometragem da cidade até a comunidade. Por ter “poucos” moradores e ser difícil o acesso, a comunidade fica isolada e sem manutenção em estradas e pontes.

Foto 60 – Estrada próximo ao Pantanalzinho



Arquivo pessoal, 2024.

Foto 61 – Colhendo mandioca na roça do parente



Arquivo pessoal, 2024.

Nas visitas que fizemos no período eleitoral, sempre fomos bem recebidos, na casa dos parentes não falta um cafezinho, tudo muito simples, mas bem organizado, almoço e janta sempre são oferecido, assim como uma fruta colhida na hora, uma penca de banana, ou algumas raízes de mandioca, cascas e folhas para fazer um chá ou banho, o nosso modo de vida é assim compartilhando, nos sentimos bem e felizes por ser assim, necessários, Nego Bispo (2023) expressa isso muito bem ao afirmar; “Se uma pessoa passava na minha roça e pegava um fruto para comer, eu ficava feliz, era motivo de reconhecimento, como se eu tivesse recebido um troféu” (Santos, 2023, p. 10). Esse é o nosso modo de ser no mundo.

Foto 62 – Casa de Seu João e dona Guilhermina, comunidade Água Branca



Arquivo pessoal, 2024.

Cida Lessa é filha da minha tia Maci, um parentesco bem próximo, morou na zona rural até aos 17 anos, na comunidade Biquinha e comunidade Paiol Velho, aos 17 veio para a zona urbana de Chapada dos Guimarães para concluir o ensino médio, subsidiada pela Comissão Pastoral da Terra (CTP), se formou em Engenharia Sanitária em Cuba, ao retornar para Chapada dos Guimarães passou a atuar em sua área de formação, se filiou ao Partido Social Democrático (PSD), e teve uma votação expressiva nas últimas eleições municipais, Cida Lessa teve 697 votos se tornando a candidata a vereadora mais votada na história eleitoral de Chapada dos Guimarães, em todo o município tem 19 colégios eleitorais, e tivemos votos em todos, cenário que nos levou a pensar que a população chapadense anseia por uma pessoa no legislativo que as representa de fato, e essa tem sido a proposta, termos uma representante, uma pessoa necessária. Em seu discurso de posse no dia primeiro de janeiro de 2025, a Cida Lessa emocionou a todos relatando um pouco da sua vida dura na zona rural, trabalhando em roça, e de como se sente grata, mesmo tendo dificuldades na vida, sempre foi disposta a viver e aproveitar as oportunidades, sendo que essa na Camará Municipal será uma excelente oportunidade para continuar sendo necessária para pessoas diversas no município, em um trecho do discurso a Cida diz.

É com imensa honra e profunda responsabilidade que me coloco diante de vocês hoje na sublime condição de vereadora por Chapada dos Guimarães, município que amo e carrego com muito orgulho no meu coração. Meu coração transborda de alegria, emoção e esperança, por saber que aquela menina que até os 14 anos fazia seus deveres escolares à luz de lamparina, morando em casa de palha, que conheceu a dureza da vida na roça, que teve que sair em busca de oportunidades, dentro e fora do seu país, hoje foi a vereadora mais

votada na história desse município. Sei que esta vitória vem acompanhada de grandes responsabilidades. Comprometo-me a trabalhar incansavelmente para honrar cada voto. Vou ouvir os bairros, as comunidades e os grupos, e transformar as demandas em ações concretas. Quero ser a voz do povo, com diálogo, respeito e compromisso, (Cida Lessa, 01/01/2025).

Sabemos que a Cida Lessa como vereadora tem limitações, e que sua função no legislativo municipal é fiscalizar o executivo e formular leis que atendam às necessidades dos munícipes, mas como ela enfatiza em seu discurso, ela pretende “ser a voz do povo” e afirma que fará isso a partir do diálogo, com respeito e compromisso, e isso tudo será feito com articulações, é nisso que aumentamos a nossa esperança, acreditamos que ela cumprirá com seu dever como vereadora, e para além, buscará alianças com o legislativo estadual e federal para possíveis realizações que contemple os quilombolas em Chapada dos Guimarães.

Foto 63 – Cida Lessa na Câmara de Chapada dos Guimarães



Arquivo pessoal, 2025.

O movimento que fizemos nas eleições municipais em Chapada dos Guimarães, que resultou com a Cida eleita, nos faz perceber a força política que temos e nos mostra o caminho de uma nova forma de lutar, se percebe no resultado dessa campanha eleitoral o vínculo de um parentesco político, é importante ressaltar que esse parentesco não se limita a consanguinidade, mas esse vínculo que uni parentes ao ponto de surpreender um município com uma votação tão expressiva, se explica pela ocupação do espaços, pois ocupamos os espaços pelo município “dançando” para trabalhar nas comunidades, para coletar, para celebrar e agora envolveremos a nossa dança no “jogo” político, e nesse movimento conectando as comunidades rurais e quilombolas com a Câmara Municipal, para que não haja falta de comunicação, pois se faltar a comunicação, os parentes pela

zona rural ficam desassistidos. Mas Cida Lessa em seu discurso disse; “Quero ser a voz do povo, com diálogo, respeito e compromisso”, não esperamos nada menos de uma parenta em sua atuação na Câmara Municipal em Chapada dos Guimarães.

### **3.4 Dança Para Celebrações**

As comunidades quilombolas Ribeirão do Itambé e Morro do Cambambi são formados por diversas comunidades, em Ribeirão do Itambé tem as comunidades Buritizinho, Acorá, Sertãozinho, Ribeirão, Cachoeira Rica. No Morro do Cambambi tem a Cachoeira do Bom Jardim, Morro do Bom Jardim, Barra do Bom Jardim, Campestre, Pingador, Varginha, Pedra Preta, João Carro, Biquinha, Distrito de Água Fria... Em praticamente todas essas comunidades são realizadas festas de santos, e para além das festas de santos, os quilombolas vão ao território festejar em outros momentos, pois os quilombolas em Chapada dos Guimarães são muito festivos.

Praticamente por todo o ano os quilombolas se reúnem tanto na cidade como na zona rural para festejar em celebrações a santos, poucas dessas festas tem a participação do padre, em sua maioria as festas são realizadas por uma família devota que em algum momento um membro fez uma promessa, ou em gratidão começou a realizar a comemoração, festas que são a partir de um catolicismo popular. Em janeiro se comemora a festa de São Sebastião e São Gonçalo, uma festa que meus familiares paternos começaram em Camundá, ao saírem dessa comunidade passaram a realizar a festa próxima da cidade na Cachoeira do Marimbondo, e atualmente a festa é realizada no Bairro Sol Nascente. Em março comemoramos na comunidade de Água Fria o dia de São José, no mês de maio na cidade duas festas são realizadas, as de Santa Cruz no Bairro Santa Cruz e no Bairro Aldeia Velha é feita a festa a Santa Rita. Em junho na comunidade Acorá é realizada a festa a São João, São Pedro e Santo Antônio, em julho temos a festa de São Benedito na comunidade Cachoeira Rica, e na cidade comemoramos o dia de Sant’Ana padroeira de Chapada dos Guimarães.

No mês de agosto nas comunidades Paiol Velho e Pingador são realizadas as comemorações a Nossa Senhora da Guia, em setembro vovó Josefa realiza na comunidade Biquinha a festa a Nossa Senhora do Bom Despacho, São José e festa de promessa a São Benedito. No mês de outubro novamente na Biquinha meus parentes maternos realizam a festa em comemoração ao dia de Nossa Senhora Aparecida, festa que é realizada também na comunidade Ponte Alta, e em dezembro na comunidade Cachoeira Rica

comemoramos o dia da padroeira da comunidade, Nossa Senhora da Imaculada Conceição.

Foto 64 – Altar de Nossa Senhora do Bom Despacho, São José e São Benedito, comunidade Biquinha



Arquivo pessoal, 2019.

Foto 65 – Eu, vovó Josefa ao meio e tia Maci a esquerda, festa de Santos na Biquinha



Arquivo pessoal, 2019.

Foto 66 – Festa de São Benedito em Cacheira Rica



Foto disponível em: <https://www.instagram.com/festasao benedito?igsh=Zzlmc3Q3Z2dYWk0>

Foto 67 – Churrasco para o almoço de São Benedito em Cachoeira Rica



Foto disponível em: <https://www.instagram.com/festasao benedito?igsh=Zzlmc3Q3Z2dYWk0>

Para os quilombolas em Chapada dos Guimarães o ato de se reunirem nessas festas de santos envolve questões de fé, modos e historicidade, vejam que as comemorações à São Sebastião e São Gonçalo tiveram início em Camundá, depois migrou para a comunidade Cachoeira do Marimbondo próxima a cidade e agora está sendo realizada dentro da cidade, os cenários físicos mudaram, algumas formas da realização com certeza mudaram também, mas os encontros ainda acontecem, e nesses encontros as celebrações. Assim, essas celebrações não são questões simplesmente de datas religiosas, mas é como um elo com os *ancestrais* desencarnados, com os seres para além de humanos, com os parentes, com os saberes e conscientes que tais saberes precisam ser transmitidos às novas gerações, essas celebrações são também uma questão de envolvimento, de experiências e

aprendizados, das emoções dos mais velhos que se misturam com as dos mais jovens. Nesse cenário todos dançam, os que estão envolvidos realizando a festa, buscando lenha, organizando a casa, arrumando o altar, enfeitando o mastro, sacrificando os animais aos santos, as cozinheiras, os festeiros, aquele parente que chega de longe, todos dançam cada um a seu modo, e cada dança se direciona para o encontro com os parentes.

Como já afirmei, os quilombolas em Chapada dos Guimarães se reúnem também para celebrar em outras ocasiões, e não somente às comemorações aos dias santos. Celebramos juntos o ano novo, na Sexta-feira Santa é dia de comer peixe e canjica com os parentes, na madrugada do Sábado de Aleluia meus parentes maternos têm o costume de sair na casa de cada parente arrecadando galinhas, para fazer a farofa na manhã do sábado, celebramos juntos o Natal e os aniversários.

Foto 68 – Celebração do aniversário de dona Chica, 30/10/2024



Arquivo pessoal, 2024.

Foto 69 – Sexta-feira Santa na Biquinha



Crédito da fotografia: Cida Lessa, 2025.

Na fotografia 68 está dona Chica e seus filhos vivos, na figura 69 da esquerda para a direita estão a tia Enedina (tia Dina), tia Maci, vovó Josefa (mãe Jé), tia Joanica e a prima Francisca, essas tias e mãe Jé são as parentas mais antigas do grupo familiar Dias, na imagem elas estão reunidas na sexta-feira maior como chamam, esse ano ocorreu no dia 18/04/2025 e o encontro foi na casa de tia Dina na comunidade Biquinha. Pode acontecer de ter pessoas que ao ler sobre as celebrações descrita nessa dissertação, as quais os quilombolas em Chapada dos Guimarães se envolvem nelas, entender como uma cultura do meu povo, e principalmente como uma cultura popular, mas faço questão de deixar esclarecido que, não é cultura. Cavalcante (2010) ao apresentar uma perspectiva conceitual da cultura popular contemporânea escreve que.

Na visão romântica, o mundo do folclore e da cultura popular abriga nostalgicamente a totalidade integrada da vida com o mundo rompida no mundo moderno. O povo encarnaria a visão de um passado idealizado e utópico. É o primitivo - de onde provém a errônea ideia da 'simplicidade' e 'ingenuidade' que emanaria das manifestações artísticas populares. É o comunitário - de onde provém a igualmente equivocada noção de sua homogeneidade e a sua noção irmã, tão abusada, de anonimato. É de preferência o rural – a população que está longe da corrupção das cidades e da industrialização. É também o oral, pois lidamos aqui, note-se bem, prioritariamente com camadas da população analfabetas, isto é, pessoas que não expressam a cultura que detêm através do sistema da escrita. É, finalmente, o autêntico, transformado aqui inevitavelmente em alteridade idealizada, (Cavalcante, 2010, p. 2).

Apesar de Cavalcante procurar desfazer a visão romântica sobre a cultura popular, ainda assim, cultura, ou cultura popular não é o melhor conceito para definir as nossas práticas, as danças que realizamos pelo município de Chapada dos Guimarães em celebrações não se separa do ser a que somos construídos, dessa maneira não é cultural, é sobre quem somos, sobre o modo de viver e agir no mundo, por isso estamos em constantes movimentos para celebrar, ligados uns aos outros, em memória com os mortos, com os não humanos, com os santos e espíritos, celebramos os parentes, celebramos a vida...

### **3.5 Danças, Um Ato de Liberdade**

“Dançar me faz sentir livre, me faz sentir viva”, (Tatiana Reis, 2025).

Tatiana Reis é uma parenta oriunda do quilombo Lagoinha de Baixo, somos da mesma geração, nos tempos de escola, eu e um dos meus irmãos, o Renato, tínhamos um

envolvimento com o rap e poemas, nas datas comemorativas escolares fazíamos apresentações, e a Tatiana se envolvia com dança de rua, ela afirma que sempre teve uma paixão pela dança, mas a depender do grupo ao qual se pertence se têm determinadas oportunidades, e essas situações se complicam quando ainda não temos maturidade física, intelectual e emocional para lutar. Bia Ferreira diz na música “Cota não é Esmola” “experimenta nascer preto, pobre na comunidade, cê vai ver como são diferentes as oportunidades” (Bia Ferreira, 2018). A realidade dos quilombolas em Chapada dos Guimarães foram de ter oportunidades para trabalhar desde cedo, assim a Tatiana não teve a oportunidade para dedicar a sua paixão quando adolescente, pois logo teve que trabalhar para ajudar a sua mãe com as despesas da casa, assim como os demais parentes. Bia Ferreira retrata a mesma experiência que nós quilombolas em Chapada dos Guimarães tem de trabalhar cedo em um trecho da música “Cota não é Esmola”, que diz assim; “Desde pequena fazendo o corre para ajudar os pais. Cuida de criança, limpa casa, outras coisas mais”, entre os quilombolas em Chapada, muitas coisas mais...

Foto 70 – Tatiana Reis



Crédito da fotografia: Oz Ferreira.

Tatiana diz que ao nascer, a sua mãe a deu a uma tia materna para cuidar dela, pois era mãe solo e não tinha condições de trabalhar e cuidar da Tatiana ao mesmo tempo. Aos 8 anos de idade, foi morar com a mãe, que nesse período trabalhava e morava na casa de um fazendeiro, no diálogo Tatiana diz; “cresci nessa casa, é, como que se diz, como se fosse da família” risos e a expressão “entre aspas”. Está muito claro o que os risos e a expressão “entre aspas” significam, com 11 anos Tatiana diz que começou a trabalhar duro, e criou nela o entendimento que somente tinha que trabalhar, com isso foi

suprimindo os planos de dançar, de fazer parte de um grupo que expressa uma arte a partir da dança, concluiu o ensino fundamental e médio, e teve seu filho aos 21 anos.

Em 2016 eu estava morando na comunidade Rio da Casca, que é vizinho da comunidade Lagoinha de Baixo, fui até a Lagoinha de Baixo conversar com os parentes sobre a comunidade escolar dos nossos filhos, meu contato na comunidade era principalmente a Tatiana, ao chegar lá, a encontrei de calça, bota, camisa de manga longa e chapéu de palha no meio da roça carregando caixa de verdura, não me esqueço dessa cena, conversamos ali mesmo no meio da roça.

Com os relatos sobre trabalhar desde cedo não tenho o interesse de vitimizar, são relatos da vida real de pessoas oriundas de comunidades quilombolas no interior do país, o meu interesse maior é mostrar que conseguimos realizar os nossos sonhos, eles apenas acontecem um pouco mais tarde na vida, depois de ter trabalhado pesado por anos, ter esposa e três filhas, tive a oportunidade de entrar na UFMT em 2018, para cursar filosofia, um sonho que tinha desde a infância. No caso de Tatiana não foi diferente, trabalhando pesado desde os 11 anos, depois de ser mãe, e passando por um momento depressivo, em 2017 uma sobrinha e uma irmã de Tatiana a convida para preparar uma dança afro e apresentar na escola como trabalho da disciplina de história, esse foi o começo para Tatiana criar coreografias, figurinos e peças, como também a criação do grupo de dança afro, Elementares do quilombo.

Foto 71 – Grupo Elementares do Quilombo



Crédito da fotografia: Oz Ferreira.

Foto 72 – Partindo da esquerda, Micheli, Tatiana, Grazielli e Gonçalina



Crédito da fotografia: Oz Ferreira.

Em 2024 o grupo Elementares do Quilombo realizou a primeira temporada fora de Chapada dos Guimarães, com o espetáculo de dança “Quilombo de Nanã” com direção de Oz Ferreira e Tatiana Reis, e trilha sonora original produzida por Paulo Monarco, essa temporada fez parte do Projeto Circula Quilombo de Nanã, contemplado pelo Edital Viver Cultura da SECEL – MT. Nesse espetáculo o grupo apresenta as rezas da comunidade, as ervas para tratamentos medicinais, aborda as questões sobre o ser quilombola, e temas sobre religiosidade de matriz africana, sobre como lidar com os rótulos colocados em nós por sermos de quilombo, “apresentamos ainda as nossas lutas, dores e sentimentos” afirma Tatiana. É um espetáculo de 45 minutos de uma arte cênica que leva o público a ter um pouco de percepção de quem somos de verdade.

Tatiana afirma em sua fala que “a dança cura”, entendemos a partir do que ela conta, que sua vida era somente para o trabalho pesado, estava cansada e depressiva, mas quando começou a dançar se sentiu curada, livre e viva, ela diz: “a dança me trouxe para a cidade, e me levou para outros lugares também”. O grupo se apresenta por todo o município de Chapada dos Guimarães e tem saído para várias cidades de Mato Grosso, apresentando suas danças, nossos modos de vida.

Foto 73 – Tatiana Reis, curada, livre, viva



Crédito da fotografia: Oz Ferreira.

Tatiana Reis diz que além de integrar o grupo Elementares do Quilombo, ela faz outros trabalhos dentro da dança, está trabalhando como assistente de produções artísticas, e como atriz em um trabalho intitulado “Bora Passear” onde interpreta uma senhora que conta histórias sobre Chapada dos Guimarães. Ela afirma que não consegue sobreviver somente da arte, por isso ela faz cabelo e é trancista. Tatiana conclui o diálogo com risos e expressa “essa é a minha história”, com certeza uma história que contempla a comunidade quilombola em Chapada dos Guimarães, toda essa movimentação apresentando as suas danças são expressões de resistências, estamos resistindo essa estrutura colonialista que insiste em nos invisibilizar, contudo os quilombolas em Chapada dos Guimarães continuará dançando seus modos de vida pelo município, seja trabalhando, coletando, fazendo política ou sendo artista como a Tatiana e as outras parentas do grupo Elementares do quilombo.

Quiceno Toro (2016) ao escrever com moradores do Médio Atrato, região localizada no norte da Colômbia, afirma que a movimentação deles pela região tinham motivo diversos, então a autora afirma.

Ir y venir siempre ha tenido distintas motivaciones: buscar la mejor partera, acompañar una mortuoria, viajar a una fiesta patronal, buscar un curandero, ir tras la subienda de pescado o trabajar a mano cambiada en la parcela de otro. Todos estos movimientos han definido los ciclos de vida de la gente, (Quiceno Toro, 2016, p. 57).

A movimentação dos quilombolas pelo município de Chapada dos Guimarães tem uma semelhança com a movimentação dos povos ribeirinhos do Médio Atrato. Os

quilombolas em Chapada se movimentam e realizam várias atividades que chamo de danças nessa dissertação, assim como os povos apresentados por Quiceno Toro, várias coisas são importantes na movimentação tanto entre os ribeirinhos do norte da Colômbia como entre os quilombolas em Chapada dos Guimarães. Há algo em comum entre esses dois povos que pode ser destacado, a construção do parentesco, o município de Chapada dos Guimarães segundo o IBGE tem 6. 207 km<sup>2</sup> de extensão territorial, e os quilombolas têm parentes em praticamente todas as comunidades no município, fazer parente constitui nosso modo de viver. Uma das minhas satisfações na realização desse mestrado foi perceber essa movimentação, essas danças apresentadas pelos quilombolas em Chapada dos Guimarães.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O anteprojeto que escrevi para submeter no processo seletivo para entrar para o mestrado, tinha o interesse de construir uma etnografia voltada literalmente para uma antropologia urbana, com esse projeto inicial a pesquisa se atentaria para as “memórias subterrâneas” dos quilombolas em Chapada dos Guimarães que por variados fatores saíram dos territórios e passaram a residir na cidade. Tinha um interesse de compreender sobre a vivência dos quilombolas na zona urbana do município, se estavam agrupados ou separados, e os fatores que os trouxeram para o meio urbano, perceber a condição desse grupo na cidade de Chapada dos Guimarães é uma construção de conhecimento que contribui significativamente para a compreensão do modo de vida deles fora de seus territórios, da luta pela “identidade”, do anseio pelo território regularizado, da não desistência do ser quilombola. Boa parte do projeto inicial foi desenvolvido nessa etnografia, contudo não foquei na pesquisa para realização de uma obra voltada para a antropologia urbana, pois percebi durante a pesquisa um fenômeno entre os quilombolas em Chapada dos Guimarães que me fez entender que a maior relação desse grupo no município ainda envolve o território, esse fenômeno é a movimentação que os quilombolas fazem pelo território de Chapada dos Guimarães, movimento que chamo de a “danças dos corpos quilombolas”, apesar de estarem fora do território, os quilombolas vivem o território, pois sempre estão lá, assim como demonstrei, para trabalhar, coletar, fazer política, celebrar, um fenômeno que nos traz o entendimento que há nos quilombolas nesse município um forte laço com o local de origem, dessa maneira posso afirmar que com esse movimento que passaram a fazer indo constantemente ao território, não tiveram a necessidade da construção de um quilombo dentro da cidade.

Os quilombolas em Chapada dos Guimarães são uma rede de comunidades, de coletivos, resistentes e criativos que, se adaptaram à vida na cidade, conforme o exemplo de dona Rolinha. É também um povo que não se esqueceu das suas raízes, dos conhecimentos transmitidos pelos *troncos velhos*, do modo de vida *ancestral* e, por isso vive esse constante ir e vir. Tenho que deixar claro que ir ao território tem um limite, pois quase todo o território está em posse de fazendeiros, e nós aguardamos a regularização fundiária para podermos voltar em definitivo, regularização que está previsto no Art. 68 da nossa Constituição Federal que diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” reconhecimento legal dos chamados

‘remanescentes das comunidades quilombos’), instituindo-os como sujeitos de direito, não apenas como resistência política, mas como experiência de estar no mundo, rearranjando possibilidades de uma vida. Mas enquanto esse direito não chega em definitivo para nós, mostrei nessa dissertação que nós quilombolas em Chapada dos Guimarães estamos nos rearranjando, construindo possibilidades de uma vida, nos movimentando apresentando as nossas danças pelo município.

Acreditamos que em algum momento os territórios quilombolas em Chapada dos Guimarães serão titularizados e entregues a nós, quilombolas, ao mesmo tempo que sabemos da impossibilidade de alguns parentes em retornar ao seu lugar de origem, como exemplo cito os parentes que não poderão mais voltar à comunidade Varjão, submergido pela Usina Hidrelétrica de Manso, as águas do rio da Casca e do rio Quilombo inundaram esse território.

Foto 74 – Lago do rio Quilombo onde se encontra com o do rio da Casca



Arquivo pessoal, 2025.

O parente Apolônio (Polô), que mora na comunidade Campestre à beira do rio Quilombo e próximo a balsa que faz a travessia para a comunidade João Carro, nos levou até o lugar aonde o lago do rio Quilombo se encontra com o lago do rio da Casca, na fotografia a cima ao fundo se observa uma serra próxima, ali está as águas do lago do rio da Casca, não nos aproximamos mais, pois naquele local o lago é aberto com ventos fortes e ondas altas, e nós estávamos apenas de barco, o barco não é apropriado para ir ao lago aberto. Polô afirma que onde estávamos nesse momento do registro, antes do alagamento era o começo da comunidade de Varjão, o rio alagou naquela região até as proximidades da comunidade Barra do Bom Jardim, antes do alagamento a Barra do Bom Jardim, fazia

divisa com o Varjão, apesar da Barra do Bom Jardim não ter alagada totalmente, a comunidade nunca mais foi a mesma depois da barragem.

Foto 75 – Condomínio a beira do lago, Barra do Bom Jardim



Arquivo pessoal, 2025.

Foto 76 – Lago, condomínio, muros, Barra do Bom Jardim



Arquivo pessoal, 2025.

Alguns parentes ainda moram na comunidade Barra do Bom Jardim, contudo a comunidade tem sido transformada radicalmente, são consequências da construção da Barragem de Manso, as terras boas daquela região, chamamos *terra de cultura*, terreno propício para o plantio, foram alagadas, assim os parentes recuaram para uma terra pouco produtiva, que necessita de investimentos para corrigir o solo, porém, sem as condições econômicas para realizar a correção do solo, e sem nenhuma assistência técnica e/ou

políticas públicas para assisti-los, levando em considerações outros problemas como o desaparecimento dos peixes para o lado de cima da barragem, pois a barragem não tem elevadores de peixes impossibilitando-os de subir o rio, o aumento da temperatura climática na região, contribuíram para que os parentes vendessem seus terrenos, principalmente os da beira do lago. Com tudo isso, o lugar que outrora existia uma diversidade de convivência entre humanos, não humanos e para além de humanos, com envolvimento, *muxirum*, rezas e danças, batismo de fogueira, construção de parentes, agora se limita a casas e lanchas luxuosas, e muros, sim muros, uma construção que estabelece divisão, muros te bloqueia do outro, por isso disse que a comunidade tem sido transformada radicalmente. Os antigos *muxiruns* realizados por meus parentes aconteciam porque havia envolvimento, assim como afirma Nego Bispo (2023) que no quilombo ninguém tem medo um do outro. Mas a Barragem de Manso forçou muitos parentes a tomarem a decisão que nunca tinha sido um plano, de vender suas propriedades, e as pessoas que vieram da cidade, estão levantando muros por trazerem o medo que sentem do outro, fenômeno da cidade.

Ter o conhecimento da construção da Barragem de Manso e os impactos negativos causados por ela para os seres que habitam aquela região, me leva a pensar sobre o Antropoceno. Na exposição de Latour (2020), sobre a natureza no antropoceno, esse antropólogo explica o conceito de Gaia colocado por James Lovelock, e Gaia aqui não é uma deusa, não é uma criatura do acaso e nem uma criatura da necessidade, não foi fabricada, e não tem um mantenedor supremo, e tão pouco é a natureza no sentido binário do pensamento clássico, de humanos e não humanos, de masculino e feminino, não é a natureza relacionada com o feminino considerado nesse pensamento clássico como frágil, Bruno Latour deixa claro que a natureza não é nada frágil, pelo contrário ela é super potente. Gaia é uma história, ou melhor uma série de acontecimentos históricos, é o planeta terra considerado um sistema todo unificado de biosfera, geosfera, antroposfera e tecnosfera. Se observa nesse sistema uma ordem, ordem somente por não ser desorganizado, mas não uma ordem que estabelece níveis, ou seja, é um sistema sem hierarquia, dessa forma não há seres passivos em Gaia, sendo assim, esta é um superorganismo, não no sentido de supremacia, e sim entendido como um sistema autorregulado. Como Gaia é definida também como um sistema evolutivo, sua autorregulação não pode ter previsão, antecipação como estudos sobre suas finalidades.

Nessa discussão o antropoceno diz respeito ao impacto da ação do ser humano nesse sistema autorregulado, o que o Latour (2020) chama de mutação climática, esses

impactos já deixaram de ser hipóteses, são dados empíricos. Assim as discussões são a partir de evidências, de que as ações do ser humano está transformando drasticamente Gaia, ao ponto segundo o autor, de fazer o cenário antigo do planeta desaparecer a uma velocidade assustadora. Latour destaca, “não é mais um espetáculo que pode ser apreciado à distância, nós fazemos parte disso”, (Latour, 2020, p. 126)<sup>12</sup>.

Percebo o problema da discussão de Bruno Latour na construção da Usina Hidrelétrica de Manso que mudou drasticamente a paisagem, o clima e outros aspectos prejudicando assim o modo de ser dos quilombolas, dos ribeirinhos e de toda a população chapadense, assim como foi colocado em sofrimento também outras formas de vida em Chapada dos Guimarães, posso ressaltar alguns aspectos negativos dessa construção, aspectos sociais e principalmente ambientais, o deslocamento dos parentes, ação que causa nesses indivíduos conflitos emocionais e sociais, pois as condições de vida fragilizou com a insegurança alimentar, uma vez que diminuiu a caça, a pesca, e a terra onde foram assentados em sua maioria improdutiva para a agricultura. Nos impactos ambientais se observa o extermínio da vegetação natural, não se pode mensurar, mas muitas formas de vida se perderam com essa construção. Como recuperar a perda dessa biodiversidade nessa região de Chapada dos Guimarães?

Nesse mesmo cenário podemos pensar também o antropoceno mais que humano discutido por Anna Tsing (2021), onde plantas, animais e fungos podem aproveitar as infraestruturas humanas para realizar as suas transformações em paisagens nos ambientes em que foram inseridos, como um dos exemplos, Tsing descreve sobre a destruição de florestas nos Estados Unidos da América por insetos que são levados de um ambiente para outro através de paletes de madeira para transportar mercadoria com facilidade, os paletes começaram a ser usados na segunda guerra mundial e se propagou posteriormente

---

<sup>12</sup> Segundo Latour a ação do ser humano nesse sistema unificado promove a mutação da vida no planeta como um todo, do clima, da atmosfera, uma mutação geológica, do humano, dos não humanos. Importante observar aqui é que nesse pensamento há uma perspectiva de grandes possibilidades de extinção, mas não é a extinção de todas as espécies, não é o fim do mundo, pois é mais provável os seres humanos chegar à extinção do que os outros seres do sistema, assim como já foi afirmado aqui, a natureza não tem nada de frágil, os organismos fazem seus ambientes, não se adaptam a eles. Nesse sentido há um paradoxo na discussão sobre a antropoceno, pois a ascensão do ser humano no sistema terra pode levá-lo a extinção. O desafio do antropoceno é mostrar o que significa “ser desta terra”, esse entendimento segundo Latour é uma “fusão lenta e progressiva de virtudes cognitivas, emocionais e estéticas”. Essa fusão leva o ser humano ao saber agir, há no texto um exemplo interessante sobre fumar, é possível que todos os fumantes tenham a informação que o cigarro causa câncer, mas entre essa informação e o ato de parar de fumar tem um caminho longo. A conclusão do exemplo é “saber e não agir não é saber”. Esse agir faz parte, mas não é individualizado.

como uma tecnologia no uso de transportes, principalmente nas transferências rápidas de mercadoria dos navios para trens e caminhões. Anna Tsing afirma que.

Os criadores não humanos do Antropoceno são entidades que tiram proveito das possibilidades das infraestruturas humanas. Os insetos usam paletes para encontrar novas casas. No processo, eles mudam completamente as florestas, às vezes acabando com elas. Esse é o Antropoceno mais-que-humano dos efeitos ferais. Aqui, os insetos são nossas entidades ferais, nossos conspiradores do Antropoceno. Os paletes de remessa são a infraestrutura que os refaz como matadores de florestas. O estudo do Antropoceno deve começar com as infraestruturas e os seres refeitos por essas infraestruturas – como brocas cinza-esmeralda que destroem as florestas americanas, (Tsing, 2021, p. 180).

Em Chapada dos Guimarães existem essas infraestruturas que se refazem como matadores de outros seres e transformações de paisagens, a Usina Hidrelétrica de Manso é uma dessas infraestruturas, que ao ser construída trouxe destruição e possibilidades para que atores não humanos pudesse fazer também as suas transformações, no lago a população de piranha, uma espécie de peixe que não era muito encontrada em nossos rios, cresceu assustadoramente, enquanto que outras populações diminuíram, na tentativa de solucionar esse problema, pois a piranha não tem muitos predadores, foram introduzidos tucunarés, amarelo e azul naquelas águas. A gravidade dessa situação é que o tucunaré é um predador voraz, nativo da Amazonia e se encontra entre os que estão no topo da cadeia alimentar na bacia Amazônica e Tocantins-Araguaia. Em nossa região o tucunaré não tem um predador natural, exatamente o que preocupa os quilombolas que ainda moram nessa região de Chapada dos Guimarães. Segundo Débora Motta (2021), aponta em uma pesquisa que investigou impactos da introdução de tucunaré em outros ecossistemas, a pesquisa diz que essa espécie causa graves desequilíbrios ambientais fora do seu ecossistema aquático natural, os pesquisadores Luciano Santos e Ana Clara Franco afirmam.

Existiam programas oficiais do governo brasileiro, já nos anos 1950, que preconizavam a introdução do tucunaré em represas recém-construídas, com o objetivo de repor numericamente as espécies de peixe afetadas pelo represamento. Porém, não se sabia na época que ele causaria impactos negativos sobre as espécies de peixes nativas. A partir dos anos 2000, o tucunaré foi deixando de ser introduzido em reservatórios por programas oficiais e começou a ser disseminado, furtivamente, em ambientes aquáticos para pesca esportiva, em todo o País. Com uma capacidade de dispersão muito alta, a expansão dos tucunarés introduzidos nesses locais ocorre em detrimento de outras espécies que já habitavam o mesmo ecossistema. No Panamá, um estudo comprovou que eles dominaram o lago Gatún, no vale do rio Chagres, o que acarretou a predação de espécies de peixes menores, usadas para a alimentação dos tucunarés e que, por sua vez, se alimentavam de larvas de

mosquitos. Como consequência, a malária voltou a assolar a região, (Motta, 2021, p. 1).

Nas redes sociais muitos vídeos circulam com títulos como, “nova rota para a pesca de tucunaré no Brasil, Lago de Manso em Chapada dos Guimarães”, para a elite política, para as pessoas que estão levantando muros nos novos condomínios a beira do lago, para turistas, pode até ser uma questão de “avanço” na economia, no turismo, e até mesmo na ostentação, pois vão de lancha, equipamentos sofisticados, drones para filmagens nessas pescarias, mas para os quilombolas, ribeirinhos e as muitas formas de vidas que habitam aquelas águas e as suas margens, isso tudo está sendo visto como a possibilidade de extinção de algumas vidas.

Outra infraestrutura humana em Chapada dos Guimarães é o avanço do agronegócio com plantio de grãos, de algodão e do eucalipto. Essa *plantation* é a mesma estrutura do sistema da colonização das Américas, com exploração de mão de obra, avanço sobre território quilombola, produção para exportação e um rastro de impactos ambientais e sociais negativos no município. Ricardo Westin em uma publicação para a Agência Senado em 27/09/2024 abordando assunto sobre o cultivo do eucalipto afirma que.

Muitos especialistas condenam o uso da palavra “floresta” para se referir a essas plantações. A floresta propriamente dita, afirmam eles, compõe-se de inúmeras espécies de árvores e outras plantas, o que cria o habitat ideal para uma variedade de animais. A plantação florestal, em vez disso, é um ambiente homogêneo, composto de uma única espécie. Ou seja, não oferece as condições necessárias para o desenvolvimento da fauna ou de uma flora associada. É uma lavoura destinada à exploração comercial, não muito diferente da monocultura da soja, do milho ou da cana-de-açúcar, (Fonte: Agência Senado).

O eucalipto é nativo da Oceania, é uma planta que cresce com rapidez e alcança alturas notáveis, podendo chegar a 40 metros, fator que coloca as árvores nativas do Brasil em desvantagens, de maneira que não conseguem competir com os eucaliptos, assim a plantação de eucalipto é silenciosa por sua agressividade em não dar condições necessária para que a fauna e a flora brasileira cresçam e se desenvolvam de forma associada.

Contudo, como já afirmei os quilombolas em Chapada dos Guimarães são resilientes, sofrem as consequências do antropoceno junto com outros seres, mas seguem mostrando um caminho a ser trilhado, um modo de vida não ambicioso, não egoísta, não capitalista, um caminho para a construção de múltiplos viveres, esse modo de vida pode ser comparado com a legítima obra de arte em Deleuze (2013), ao deixar claro que uma obra de arte legítima faz apelo para um povo que não está aqui agora, exatamente como

vivemos, conscientes de que virá uma geração depois de nós. O nosso modo de vida atenta para as ações dos animais conforme Despret (2022), expressa sobre o agenciamento deles.

Nosso modo de vida conflui com os pensamentos de Tsing (2019), ao argumentar a favor da socialidade das plantas e fungos. A forma como vivenciamos o mundo pode ser percebido nos relatos de Vania Cardoso e Scott Head (2013) ao etnografar com os espíritos, eles relatam sobre a possibilidade de ser afetado pelo imaginário, ser afetado pelo imaginário é vivenciar as multiplicidades do mundo, assim como já afirmei nessa dissertação, o afeto perpassa atores e espectadores, essa relação com os espíritos é vivenciar a multiplicidade no mundo e a possibilidade do *ser* dos espíritos no mundo *real*, dessa forma os espíritos se tornam atores de suas próprias constituições, isso é bem claro com o relato do sorriso maroto de uma entidade incorporada em uma interlocutora para Vania Cardoso.

O nosso modo de vida se assemelha aos escritos da ficção de Ursula Le Guin (2021) ao se posicionar contra as histórias com a ascensão do herói que sempre terminam com pessoas e animais sendo furados, os quilombolas em Chapada dos Guimarães não têm um herói, somos um povo que vive, um viver simples, simples não simplista ou simplório. A partir desses últimos autores citados, percebi que os quilombolas em Chapada dos Guimarães vivem o que chamamos na antropologia de “a virada ontológica”, pois o meu povo apesar de ter histórias tristes de açoites e troncos, tem uma percepção para vivenciar o mundo, que contraria a visão antropocêntrica no pensamento Ocidental, o que busquei mostrar nessa etnografia foi exatamente essa relação que temos com o território e com todos os habitantes dali, sim, todos os habitantes, uma etnografia com um pouco de romance, de narrativa, de arte, que buscou contemplar não humanos, para além de humanos e humanos, a vida dos quilombolas no território de Chapada dos Guimarães.

Foto 77 – Embaúba, babaçal ao fundo, nascer do sol no quilombo Ribeirão do Itambé,  
Sítio de dona Chica



Arquivo pessoal, 2023.

## BIBLIOGRAFIA

ARISTÓTELES. **Política**, Editora Martin Claret Ltda – Rua Alegrete, 62, Bairro Sumaré, São Paulo, 2006.

CANÇÃO INFANTIL. Interprete: Cesar Mc e Cristal. Compositor: Cesar Mc. Gravado e Produzido no Estúdio Sala de Estar. Vitória ES. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ri-eF5PJ2X0>.

CARDOSO, V. Z.; HEAD, S. C. Encenações da descrença: a performance dos espíritos e a presentificação do real. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 56, n. 2, p. 257-289, 2013.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Cultura, Festas e Patrimônios. In **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia**. Coordenador geral: Carlos Benedito Martins; Coordenador de Área: Luiz Fernando Dias Duarte. São Paulo: ANPOCS, 2010.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.

COSTA, Lucio. Chapada Dos Guimarães: plano diretor para o turismo. / Lucio Costa, Maria Eliza Costa, Paulo Jobim. Cuiabá: casa de Guimarães, 2008.

COTA NÃO É ESMOLA. Interprete: Bia Ferreira. Compositora: Bia Ferreira. Gravado no Estúdio Show livre (ao vivo). São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0d5roQ3ZWAw>.

DA MATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional**: Nova Série: Antropologia, n. 27, 1978.

DELEUZE, Gilles. “O que é o ato de criação?” In: DUARTE, Rodrigo (org.). **O belo autônomo**: textos clássicos de estética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

DESPRET, Vinciane. **Autobiografia de um polvo**. Tradução Milena P. Duchiede. RJ: Editora Bazar do Tempo, 2022.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional**, um enigma. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 1ª edição, 2013.

DURKHEIM, Emile. **As formas elementares da vida religiosa**: o sistema totêmico da Austrália [1912]. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

DUSSEL, Henrique. **1942: O Encobrimento do Outro**: A Origem do Mito da Modernidade: Conferencia de Frankfurt/ Enrique Dussel. Tradução Jaime A Clasen – Petrópolis, RJ. Vozes, 1993.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Os Nuer** [1940]. São Paulo: Perspectiva, 1993.

FANON, Frantz. **Pele negra, mascaras brancas**. Trad. de Renato da Silveira, EDUFRA, Salvador, 2008.

JONAS, Hans. **O Princípio Responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução do original alemão Marijane Lisboa e Luiz Barros Montez – Rio de Janeiro, Contraponto, Editora PC-Rio, 2006.

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade de Julgar**. Tradução de Valério Rohden e Antônio Marques. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

LAGROU, Els. **Arte indígena no Brasil**: agência, alteridade e relação. Belo Horizonte: Com Arte, 2009.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** – Como se orientar politicamente no Antropoceno, 1947. Tradução: Marcela Vieira; posfácio e revisão técnica: Alyne Costa. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LATOUR, Bruno. “Terceira Conferência: Gaia: uma figura (enfim profana) da natureza”, “Quarta conferência: O Antropoceno e a destruição (da imagem) do Globo” in: **Diante de Gaia**. Oito Conferências sobre a natureza no Antropoceno. Traduzido por Maryalua Meyer. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Ateliê de Humanidades Editorial, 2020.

LE GUIN, Ursula K. **A teoria da bolsa da ficção**. SP: N-1 Edições, 2021.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Família**. In: SHAPIRO, H.L. (org). Homem, cultura e sociedade. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura Econômica, 1972.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Estruturas elementares de parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LOURENÇO, Sonia Regina; DA SILVA, Danielli Katherine Pascoal. Uma análise antropológica sobre a cosmologia da comunidade quilombola de Lagoinha de Cima: entre santos, “arrumações” e seres não-humanos. **ACENO**, Vol. 3, N. 6, p. 71-86. Ago. a Dez. de 2016. Cosmologias, territorialidades e políticas de quilombolas e de povos tradicionais (dossiê).

LOURENÇO, Sonia R. **Nota Técnica – CRQ: Comunidade Remanescente de Quilombo Ribeirão Itambé**. UFMT; Procuradoria da República de Mato Grosso, Ofício de Populações Indígenas e comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal, 2018.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental** [1922]. São Paulo: Abril (coleção Os Pensadores), 1976.

MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha. **Intrigas e questões**: Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UFRJ. Núcleo de Antropologia da Política. 2002.

MAUSS, Marcel. “As técnicas do corpo” [1935]. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a dádiva” [1925]. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAUSS, Marcel. “Esboço de uma teoria geral da magia” [1902-3]. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MELLO, Marcelo Moura. **Reminiscências dos Quilombos**. Territórios da memória em uma comunidade negra rural. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2012.

MORPHY, H; OVERING, J; COOTE, J; GOW, P. “A estética é uma categoria transcultural. In: Ayé: **Revista de Antropologia**. Edição Especial Traduções. n. 1, v. 1 (2019). Acarape, 2019. UNILAB. Traduzido de “Aesthetics is a cross-cultural category”. In: INGOLD, Tim (org.). *Key Debates in Anthropology*, p. 203-236. Londres: Routledge, 1996. Tradução de Hércules Lima e Kleyton Rattes.

MOTTA, Débora. Pesquisadores investigam impactos da introdução do tucunaré em outros ecossistemas. Pesquisadores: Luciano Santos e Ana Clara Franco. Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação. Rio de Janeiro 2021. Disponível em: <https://siteantigo.faperj.br/?id=4212.2.4#:~:text=O%20tucunar%C3%A9%20%C3%A9%20originalmente%20uma,1990%2C%20em%20v%C3%A1rias%20regi%C3%B5es%20brasileiras.>

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**, 3. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

PEIRANO, Mariza. “Etnografia não é método”. **Horizontes Antropológicos**. 20 (42): 377-391, 2014.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 3- 15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/227>.

QUICENO TORO, Natalia. *Vivir Sabroso: luchas y movimientos afroatrateños*, em Bojavá, Chocó, Colombia. Bogotá, Colombia: Universidad del Rosario, 2016.

SANTOS, Antônio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. Texto de orelha de Malcom Ferdinand. São Paulo: Ubu Editora/ PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: Modos e Significações**, Brasília, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo. Modos quilombolas. **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 09, página 58 - 65, 2016.

SILVA, Nayara Marcelly Ferreira. **Benzeção nas Comunidades Quilombolas de Laranjal e Cambambi: Uma Etnografia Multiespécie da Arte do Cuidado entre Humanos e Não Humanos**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso, 2024.

SYMANSKI, Luís. **Engenhos e escravidão em Mato Grosso: uma arqueologia das identidades**. Belo Horizonte: Caravana, 2024.

TSING, Anna. O Antropoceno mais que humano. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.

TSING, Anna Lowenhaupt. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno, Thiago Mota Cardoso e Rafael Victorino Devos (orgs), Brasília, IEB Mil Folhas, 2019.

VIDA LOKA PARTE II. Interprete: Racionais MC's – Mano Brown. Compositor: Mano Brown. In: Nada como um dia após o outro dia. Interprete: Racionais MC's – Mano Brown, 3 CD, faixa 7. Gravadora: Cosa Nostra. São Paulo, 2022.

VIEIRA, Suzane de Alencar Resistência e Pirraça na Malhada: Cosmopolíticas Quilombolas no Alto Sertão de Caetité. Suzane de Alencar Vieira – Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 2015.

WESTIN, Ricardo. Afinal, o Cultivo do Eucalipto é Mesmo Prejudicial ao Meio Ambiente? Agência Senado. 2024.